



Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



Erasmus Mundus

Master Erasmus Mundus em
QUATERNARIO E PRÉ-HISTÓRIA

MUSEU DA CASA GRANDE (FREIXO DE NUMÃO) – DIDÁCTICA DA ARQUEOLOGIA E ACÇÃO EDUCATIVA

SANDRA MARIA EUZÉBIO NALDINHO

Orientadores: Professor Doutor Luíz Oosterbeek

Co-orientador: Mestre António Sá Coixão

Júri: Professor Doutor Patrick Paillet
Professora Doutora Marta Arzarello
Professor Doutor Robert Sala
Professor Doutor João Baptista
Professor Doutor Luíz Oosterbeek
Professor Doutor Pierluigi Rosina
Professor Doutor Luís Mota

Ano académico 2006/2007



Agradecimentos

A presente dissertação resulta da colaboração directa ou indirecta de um conjunto de pessoas que das mais variadas maneiras contribuíram para a realização deste trabalho, cabendo-me dedicar a todas elas o resultado final:

Ao corpo docente do mestrado em Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre do Instituto Politécnico de Tomar e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, designadamente ao Professor Doutor Luíz Oosterbeek, pelo profissionalismo, pela dedicação e pelo empenho com que sempre me recebeu.

Ao mentor da investigação arqueológica de Freixo de Numão, ao Mestre António do Nascimento Sá Coixão, pela disponibilidade, transmissão de conhecimentos, mas principalmente pela confiança que me tem depositado.

À equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa, principalmente à Dr.^a Marta Mendes e ao Dr. Jorge Sampaio, pela ajuda que me concederam.

Aos meus colegas da Casa Grande, ao Paulo Moutinho e Helena Costa pela amizade e compreensão, e um reconhecimento especialmente ao Mestre João Muralha, pela disponibilidade e orientação prestada no decorrer deste trabalho.

Aos meus colegas do mestrado de Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre, particularmente ao André Freitas, pela sua sincera amizade e constante partilha de projecto.

Aos meu país, pelo afecto e pelo amor que sempre me demonstraram, e por fazerem com que tudo seja possível.

À minha irmã, pela amizade genuína, pela paciência e pela compreensão.

Agradeço carinhosamente ao meu marido Carlos Alves, por tudo, pelo amor, pela serenidade, pela companhia.

RESUMO

O presente trabalho de investigação teve como objectivo averiguar sobre a função social, cultural e educativa das instituições museológicas. Sendo o museu, um espaço privilegiado para preservar, estudar e perpetuar a cultura, este trabalho explica como estas instituições, nomeadamente um museu local, podem estabelecer a ligação entre a instituição e a comunidade, e em particular junto das faixas etárias mais jovens.

Estas funções são claramente postas em evidência na estrutura do Serviço Educativo que actua como um órgão mediador do conhecimento. Este serviço funciona como um instrumento eficaz de auxílio ao museu, melhorando indubitavelmente o nível de comunicação entre o museu e os seus públicos, mas também ao nível pedagógico e lúdico, fomentando a aprendizagem não formal dos seus visitantes. Os Serviços Educativos são certamente uma realidade fundamental que oferecem importantes e múltiplos benefícios a quem os usufrui.

Para tal, analisamos um caso específico – o MUSEU DA CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO – museu de cariz associativo e detentor de duas colecções (arqueologia e etnografia), que tem ao longo destes onze anos de existência privilegiado essencialmente os seus objectivos científicos em detrimento da educação dos seus visitantes. É neste sentido, que se desenvolveu este trabalho que visa criar uma proposta educativa para esta instituição museológica, através, nomeadamente, da implementação de um Plano de Acção Educativa que congrega várias acções lúdico-pedagógicas destinadas, essencialmente, ao público escolar, mas também, ao público em geral.

Palavras-chaves: museu, património, arqueologia, serviço educativo, público.

RÉSUMÉ

Ce travail d'investigation a pour objectif d'examiner la fonction sociale, culturelle et éducative des institutions muséologiques. Etant donné que le musée est un espace privilégié qui préserve, étudie et perpétue la culture, ce travail explique comment ces institutions, notamment un musée local, peuvent établir un lien entre l'institution et la communauté, en particulier, chez les plus jeunes.

Ces fonctions sont clairement mises en évidence dans la structure du Service Educatif qui opère comme un organisme médiateur du savoir. Ce service fonctionne comme un instrument efficace d'assistance au musée, améliorant indubitablement le niveau de communication entre le musée et ses publics, mais aussi au niveau pédagogique et ludique, facilitant l'apprentissage non formel de ses visiteurs. Les Services Educatifs sont certainement une réalité fondamentale qui offre d'importants et multiples enrichissements à ceux qui en bénéficient.

Pour cela, nous analysons un cas spécifique – le MUSEU DE LA CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO – musée de charisme associatif et détenteur de deux collections (archéologique et ethnographique), qui au long de ces onze ans d'existence a privilégié essentiellement ses objectifs scientifiques au détriment de l'éducation de ses visiteurs. C'est dans cette perspective, que nous développons ce travail qui vise à établir une proposition éducative pour cette institution muséologique, à travers, notamment, de l'implantation d'un Plan d'Action Educatif qui réunit plusieurs actions ludique-pédagogiques destinées, essentiellement, à un public scolaire, mais également, au public en général.

Mots-clefs: musée, patrimoine, archéologie, service éducatif, publique.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 – Introdução ao património arqueológico	7
1.1). Noção e conceito de património	7
1.2). Aproximação do conceito de património arqueológico	12
1.2.1). Normas do património arqueológico	14
1.2.2). Difusão do património arqueológico	19
1.2.3). Museus arqueológicos em Portugal	21
Capítulo 2 – Apontamentos históricos acerca da evolução conceptual do museu	26
2.1). Génese dos museus na modernidade	26
2.1.1). Antecedentes: Do coleccionismo ao museu público	28
2.1.2). O século XVIII: O museu público	32
2.1.3). Século XIX: O século dos museus	34
2.1.4). Século XX: Novos ideais	35
2.1.5). Século XXI: Perspectivas ao serviço do desenvolvimento	39
2.2). Breve resenha histórica do museu em Portugal	42
Capítulo 3 – Os públicos da arqueologia: da investigação à educação do património	50
3.1). O património arqueológico entre a investigação e a musealização	50
3.2). Serviços educativos e acção didáctica	57
Capítulo 4 – Estudo de Caso: a experiência do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão	67
4.1) – Da criação da A.C.D.R. de Freixo de Numão à criação do Núcleo de Pré-história	67
4.2) - Contexto patrimonial de fundação e acção do museu	77
4.2.1) - Do território ao museu: a investigação arqueológica	77
4.2.2) - Do museu ao território: a investigação etnográfica	81
4.3) - Revisão de iniciativas e projectos	84
4.4) - Caracterização dos espaços museológicos	88
4.4.1) - Núcleo-Sede: Casa Grande	88
4.4.2) - Núcleo de Pré-história – Casa do Moutinho	91
4.5) - Caracterização das colecções	93

Capítulo 5 – Acção Educativa no Museu da Casa Grande	95
5.1) Os serviços educativos do Museu da Casa Grande	95
5.1.1). Missão	96
5.1.2). Público-Alvo	97
5.1.3). Recursos humanos	103
5.2). O Plano de Acção Educativa	107
5.2.1). Objectivos	108
5.2.2). Acções	109
5.2.2.1). Visitas orientadas	110
5.2.2.2). Oficinas pedagógicas	118
5.2.2.3). Oficinas continuadas	124
5.2.2.4). Jogos	126
5.2.2.5). Percursos	130
5.2.2.6). Apoio a projectos escolares	132
5.2.3). Calendarização	132
5.2.4). Comunicação	135
5.2.5). Orçamento	138
5.2.5.1). Despesas	138
5.2.5.2). Receitas	139
5.2.6). Avaliação	141
5.2.7). Linhas orientadoras para os anos seguintes	142
Considerações finais	143
Referências bibliográficas	146

ÍNDICES

- ÍNDICE I – Índice de Imagens
- ÍNDICE II – Índice de Tabelas
- ÍNDICE III – Índice de Gráficos

ANEXOS

- ANEXO I – Enquadramento geográfico de Freixo de Numão
- ANEXO II – Plantas do Museu da Casa Grande
- ANEXO III – Plantas do Núcleo da Casa do Moutinho
- ANEXO IV – Regulamento Interno do Museu da Casa Grande
- ANEXO V – Organigramas
- ANEXO VI – Material Pedagógico
- ANEXO VII – Material de divulgação
- ANEXO VIII – Inquérito para os professores

LISTA DE ABREVIATURAS

A.C.D.R	(de Freixo de Numão) Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão
AIBT	(do Côa) Acção Integrada de Base Territorial do Côa
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPM	Instituto Português de Museus
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
MCG	Museu da Casa Grande
NCM	Núcleo da Casa do Moutinho
PA	Património Arqueológico
PAE	Plano de Acção Educativa
PAVC	Parque Arqueológico do Vale do Côa
PNTA	Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos
RPM	Rede Portuguesa de Museus
SE	Serviço Educativo
UNESCO	<i>United Nations Educational, Social and Cultural Organization</i>

Índice de Imagens

• Área de Autocaravanas Jean Pierre Rossi, <i>Freixo de Numão</i>	68
• Centro de Juventude, <i>Freixo de Numão</i>	68
• Escavação Quintal da Casa Grande, <i>Freixo de Numão</i>	69
• Sítio arqueológico do Prazo, <i>Freixo de Numão</i>	70
• Sítio arqueológico de Castelo Velho, <i>Freixo de Numão</i>	71
• Casa Grande durante a intervenção de recuperação do edifício, <i>Freixo de Numão</i>	72
• Casa Grande depois da intervenção de recuperação do edifício, <i>Freixo de Numão</i>	72
• Inauguração do Museu da Casa Grande – exposição de arte sacra, <i>Freixo de Numão</i>	72
• Núcleo de pré-história da Casa do Moutinho, <i>Freixo de Numão</i>	76
• Centro de documentação do núcleo de pré-história, <i>Freixo de Numão</i>	76
• Sala de tratamento do núcleo de pré-história, <i>Freixo de Numão</i>	76
• Rio Douro junta a foz do rio Côa, <i>Vila Nova de Foz Côa</i>	78
• Amendoeira em flor, <i>Freixo de Numão</i>	82
• Grupo a varejar amêndoa, <i>Freixo de Numão</i>	83
• Partida da amêndoa – Núcleo de Pré-história, <i>Freixo de Numão</i>	83
• Grupo a vindimar, <i>Freixo de Numão</i>	84
• Pisa da usa em lagar tradicional, <i>Freixo de Numão</i>	84
• Ceia Medieval – Casa Grande, <i>Freixo de Numão</i>	87
• Oficina de Arqueologia experimental – Núcleo de Pré-história, <i>Freixo de Numão</i>	87
• Brasão da Casa Grande, <i>Freixo de Numão</i>	88
• Planta Geral da Casa Grande, <i>Freixo de Numão</i>	90
• Exposição permanente, sala da evolução da moagem – <i>Casa Grande, Freixo de Numão</i>	94

Índice de Tabelas

• Tabela 1 – Calendarização das actividades do PAE	133
• Tabela 2 – Cronograma de pré-produção do PAE	68
• Tabela 3 – Cronograma de produção do PAE.....	69
• Tabela 4 – Despesas do PAE.....	70
• Tabela 5 – Recetas do PAE.....	71

Índice de Gráficos

• Gráfico 1 – Visitantes escolares entre o ano de 2000 e 2006	99
• Gráfico 2 – Número de visitantes entre 2000 e 2006.....	100
• Gráfico 3 – Visitantes médios/meses entre o ano de 2000 e 2006.....	101
• Gráfico 4 – Progresso das visitas ao MCG entre 2001 e 2006 dos grupos de adultos e dos visitantes individuais	141

Introdução

“ Património...palavra que nos deixa uma sensação de desconforto - é um tema sobre o qual já se disse tudo e, ainda parece que está tudo por dizer. Talvez porque associamos a palavra a algo que se esvai, que se esgota, que se desvanecesse... e que queremos desesperadamente recuperar na sua totalidade mítica, que é rigorosamente utópica, porque o que queremos salvar como património nunca existiu” (JORGE, 2000:18)

Por estas razões, achamos que o museu não deve ser um espaço observado, mas também vivido por quem o visita.

O Museu é um lugar privilegiado, um lugar diferente, demarcado e separado da vida quotidiana que guarda a nossa memória colectiva. Ele é um lugar de tesouro, um espaço que nos leva a construir e a reconstruir novas visões do mundo, narrações da vida, discursos sobre o passado.

Ainda há poucos anos, o visitante percorria os espaços museológicos com apenas o auxílio de legendas e/ou folhas de sala que lhes forneciam alguns elementos informativos e, nalguns casos um guia que, através de um discurso mais ou menos cativante, ajudava-o a descodificar o património cultural apresentado.

Actualmente, a planificação de programas educativos específicos para grupos organizados tem vindo a aumentar consideravelmente, tornando mais evidente e estreita a relação entre o papel educativo dos museus (a sua missão pedagógica) e a formação cultural de cada visitante. Cabe aos museus estreitar relações com as populações que constituem os seus públicos potenciais e a elaborar, de forma sistemática, estudos de novos públicos. Tendo presente que a programação de actividades museológicas deve contemplar um leque alargado e diversificado de ofertas susceptíveis de interessar novos e diferentes públicos, é essencial manter o conhecimento actualizado das respectivas realidades sócio-demográficas e conferir uma especial atenção aos factores de mudança.

Apresentação

Actualmente temos a plena noção que aos museus não compete somente estudar e expor as suas colecções, é também seu dever e sua obrigação divulgá-las de forma pedagógica fazendo-as chegar a um público mais alargado. Acreditamos que os *Serviços Educativos* são uma realidade fundamental que oferecem importantes e múltiplos benefícios a quem os usufrui. Quando bem programados, funcionam como um instrumento eficaz de auxílio ao museu, melhorando indubitavelmente o nível de comunicação entre o museu e os seus públicos, mas também ao nível pedagógico e lúdico, fomentam a aprendizagem informal dos seus visitantes.

O trabalho que agora se apresenta *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão) – Didáctica da Arqueologia e Acção Educativa* e, como o seu nome indica, trata-se de um estudo que é, hoje e na nossa opinião, uma das áreas de actuação mais débil desta instituição museológica. Este estudo perspectiva nortear alguns princípios para a

implementação de uma política educativa interna que exige congregar vontades e solucionar possíveis obstáculos que possam interferir, com a plena intervenção de todos os que trabalham no Museu da Casa Grande e sabem que, o museu é um “lugar de identificação e irradiação cultural” (SILVA in CAMACHO, FREIRE & MONTEIRO, 2002:7).

Deste modo, enuncia-se a urgência de implementação de um *Serviço Educativo no Museu da Casa Grande* e da elaboração de um Plano de Acção Educativa e, por isso, este documento é uma proposta enunciativa de eixos de actuação concretos, alguns deles já em marcha e outros a iniciarem-se no próximo ano. O presente trabalho e a sua respectiva metodologia de actuação estão a ser conceptualizados e edificados simultaneamente, numa atitude de inclusão positiva. A reflexão está aberta e o campo de acção já principiou, contendo ambos os domínios, amplos âmbitos de decisões a serem propostas e assumidas nos próximos anos. Neste contexto de repto, as linhas programáticas do *Serviço Educativo do Museu da Casa Grande* e o seu Plano de Acção Educativa, aqui apresentados, deverão ser pontos de chegada e pontos de partida de um novo compromisso por parte do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão.

Objectivos do estudo

Este estudo pretende delinear algumas orientações para a implementação do Serviço Educativo no Museu da Casa Grande de Freixo de Numão.

È nosso propósito:

1. Analisar o contexto sócio-cultural do Museu da Casa Grande
2. Identificar os potenciais recursos do Museu da Casa Grande

3. Analisar os diferentes públicos do Museu da Casa Grande

4. Propor um Plano de Acção Educativa

Qual o papel deste trabalho para o Museu da Casa Grande?

Na nossa opinião, as considerações deste trabalho permitirão ao Museu da Casa Grande lançar as bases de trabalho para a implementação do *Serviço Educativo*, assentes na análise e na optimização dos recursos, do qual decorre a sua perspectivação educativa. No momento presente a criação e a entrada em funcionamento de um Serviço Educativo (SE) e de um Plano de Acção Educativa (PAE) no Museu da Casa Grande reforçará indubitavelmente a sua missão social, cultural e educativa.

Nesta perspectiva, o Serviço Educativo com o seu plano de actividade e com as acções de comunicação constituirão uma oportunidade fundamental para seduzir a comunidade e o público-alvo a quem se destina. Este desafio dará a conhecer ao maior número de visitantes possíveis o Museu da Casa Grande que caracteriza não só as populações longínquas, mas também as vivências culturais das populações locais, através da aplicação de métodos de aprendizagem, assentes em acções pedagogicamente orientadas, de modo a fortalecer a relação com a sociedade e incentivar a criação de novos hábitos culturais.

Limitações do trabalho

Como qualquer projecto de investigação, também este possui algumas limitações e condicionantes. De entre elas, o facto deste trabalho representar um início que ainda não teve a oportunidade de ser testado e melhorado com a experiência. Sendo uma

investigação de âmbito académico, isto é de procura e reformulação constante, nunca se poderá dar como finalizado.

No entanto, este trabalho pode vir a despoletar o empenho do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão pela necessidade de disponibilizar actividades educativas.

Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, o primeiro capítulo, *Introdução ao Património Arqueológico* inicia-se com uma aproximação do conceito de património cultural (1.1) e de património arqueológico (1.2), realçando as normas do património arqueológico (1.2.1), a difusão do património arqueológico (1.2.2) e os museus arqueológicos em Portugal (1.2.3).

O segundo capítulo, intitulado *Apontamentos históricos acerca da evolução conceptual do museu*, principia com o estudo e com a génese dos museus na modernidade (2.1), cujos seus antecedentes remontam ao coleccionismo (2.1.1). No século XVIII, o museu evolui e constituiu-se como uma entidade pública (2.1.2) para no século XIX se multiplicar (2.1.3) e no século XX adquirir novos ideais (2.1.5). Salienta igualmente o século XXI com as suas perspectivas ao serviço do desenvolvimento. Finaliza-se este estudo com uma breve resenha histórica do museu em Portugal (2.2).

O terceiro capítulo são realçados os *públicos da arqueologia (da comunicação à educação do património)*, apresentando o património arqueológico entre a investigação e a musealização (3.1), os serviços educativos e a acção didáctica (3.2).

O quarto capítulo é dedicado ao *estudo do caso da experiência do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão*. Iniciamos com uma breve resenha histórica da A.C.D.R.

de Freixo de Numão até à criação do Núcleo de Pré-história (4.1), apresentando o contexto patrimonial de fundação e acção do museu (4.2) com uma recensão da investigação arqueológica e etnográfica. Faz-se ainda neste capítulo uma revisão de iniciativas e projectos (4.3), uma caracterização dos espaços museológicos (4.4) e das suas colecções (4.5).

O quinto e último capítulo contextualiza o *Plano de Acção Educativa*, propondo a criação de um Serviço Educativo para o Museu da Casa Grande (5.1) explicitando ainda quais seriam as suas missões, qual o seu público-alvo e recursos humanos necessários para levar avante o projecto. Estruturou-se de seguida um Plano de Acção Educativa (5.2), determinando as actividades, a calendarização, a comunicação, o orçamento, a avaliação e as linhas orientadoras para próximo ano.

O trabalho conclui-se com as considerações finais, apresentando os pontos críticos e os sinais positivos desta investigação.

Capítulo 1

Introdução ao Património Arqueológico

1.1). Conceito de Património Cultural

“ Património...palavra que nos deixa uma sensação de desconforto - é um tema sobre o qual já se disse tudo e, ainda parece que está tudo por dizer. Talvez porque associamos a palavra a algo que se esvai, que se esgota, que se desvanecesse... e que queremos desesperadamente recuperar na sua totalidade mítica, que é rigorosamente utópica, porque o que queremos salvar como património nunca existiu” (JORGE, 2000:18)

O conceito de património é para a maioria dos indivíduos um elemento abstracto, sobre o qual existe uma forte consciencialização da sua existência e da importância da sua preservação, mas que poucos conhecem e sabem defini-lo.

“Definir el Patrimonio no es fácil a pesar de que en una primera visión todo sabemos a qué nos estamos refiriendo” (ÁLVAREZ cit. in MERILLAS, 2003:25).

O conceito de património surge pela primeira vez como uma concepção de passado que garantiria a continuidade de uma determinada cultura. Esta visão Romana, que considerava o património como um bem privado torna-se no renascimento um bem público, que adquire um estatuto de identidade nacional. O acesso ao conhecimento através desta concepção de património envolve indubitavelmente vários elementos combinados entre situações políticas, valores económicos e atitudes pessoais. Deste modo, o património transforma-se em valor, em capital, e como tal deve ser gerido. (COSTA, 2004:333) Porém, actualmente, face ao fenómeno da globalização e da expansão do conceito de património ligado ao facto de não serem os Estados os principais detentores destes bens, leva a que os Estados se tornem cada vez mais reguladores da qualidade da gestão (OOSTERBEEK, 2003).

Para Ballart e Tresserras, *La palabra patrimonio viene del latín; es aquello que proviene de los padres. Según el diccionario, patrimonio son los bienes que poseemos, o los bienes que hemos heredado de nuestros ascendientes. Lógicamente patrimonio es también todo lo que trasparamos en herencia. Entendemos que se trata fundamentalmente de objetos materiales como una casa, unos libros, unos utensilios o un trozo de tierra. De forma parecida podemos referirnos a derechos e obligaciones, es decir, a cosas menos tangibles. Incluso podemos hablar de patrimonio en uno sentido menos materialista, más abstracto o más espiritual.* (BALLART & TRESSERRAS in MERILLAS, 2003:24)

Nesta definição encontram-se todos os aspectos que exprimem o conceito e a realidade do património cultural (transmissão, herança, possessão, carácter material, imaterial e espiritual), mas também todas as chaves das variações terminológicas que engloba (dimensão histórica presente, dimensão material e imaterial e o âmbito cultural).

Património histórico, património etnográfico, património arqueológico, património industrial, ... todos estes termos referem-se a uma mesma realidade, ou seja, “as manifestações e testemunhos significativos da civilização humana. No entanto, cada uma delas, ao surgir nos distintos momentos, responde a planeamentos teóricos concretos que nem sempre com resultados coincidentes” (MORALES *cit. in* MERILLAS, 2003:25).

Relativamente às legislações dos diferentes países não parece existir um consenso sobre os critérios de bens culturais e valores culturais, muito menos sobre a sua protecção.

A lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro estabelece as bases da política e do regime de valorização do Património Cultural Português. Esta considera como património cultural “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português pelo menos para os efeitos nelas previstos.”¹. Neste sentido, e ao abrigo da *Convenção da UNESCO do Património Mundial, Cultural e Natural*, que tem por objectivo proteger os bens patrimoniais dotados de um valor universal excepcional, “ *integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa*”².

No intuito de unificar os critérios reguladores e terminológicos do Património, a UNESCO e o Conselho da Europa têm vindo a exercer fortes influências sobre os países

¹ Lei n.º 107/ 2001, de 8 de Setembro, Artigo 2º, alíneas 1 e 5.

² Lei n.º 107/ 2001, de 8 de Setembro, Artigo 2º, alínea 6.

aderentes. A UNESCO considera como Património Cultural: “ *os monumentos*. – obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *os conjuntos* – grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; e *os locais de interesse* – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”³

Deste modo, a UNESCO tornou-se nestes últimos trinta anos num organismo internacional de referência, que orienta as concepções e actuações na matéria do Património Cultural agora entendida numa perspectiva mais universal. Em Novembro de 1972, inaugurou a “Lista do Património Mundial”. Trata-se de uma lista que proporciona prestígio, favorece o turismo e, ao mesmo tempo, estabelece um compromisso de protecção para estes bens patrimoniais. A inauguração desta lista deriva da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural que surgiu depois de um tratado conhecido com o mesmo nome e cujo propósito é a identificação de bens culturais e naturais de “extraordinário valor universal”. A designação de Património Mundial obriga os países que possuem esses bens a zelar pela protecção dos mesmos. Trata-se assim de um instrumento jurídico internacional que impõe aos Estados o dever de participar na salvaguarda de bens (monumentos, conjuntos e sítios) que possuem um valor universal de excepção.

³ Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural, Artigo 1º.

“A estratégia defensiva teve, no plano internacional, como melhor expressão jurídica a criação da “Lista do Património Mundial”, e como melhor expressão prática a mega-operação de transladação do complexo de Abu-Simbel, durante as obras de construção daquela barragem no Egipto”. (OOSTERBEEK, 2006)

Verifica-se desde logo uma forte adesão de Estados a esta convenção, sendo feitas as primeiras inscrições de bens na “Lista do Património Mundial” em 1979. Dados, referentes a Outubro de 2006 revelam uma adesão de 184 países e uma lista de 851 bens classificados como Património Mundial, sendo 660 bens culturais, 166 naturais e 25 de diversas propriedades. Portugal que depositou o instrumento de ratificação da Convenção em 1980, possui actualmente nesta lista 13 sítios classificados, a saber: o Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores, o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém em Lisboa, o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo em Tomar, o Centro Histórico de Évora, o Mosteiro de Alcobaça, a Paisagem Cultural de Sintra, o Centro Histórico do Porto, os Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa, a Floresta Laurissilva na Madeira, o Centro Histórico de Guimarães, o Alto Douro Vinhateiro e a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Concluindo, o conceito de Património como o conhecemos hoje nem sempre foi este. De facto, passou de um conceito ligado a um conjunto de bens de pertença familiar para um conceito colectivo de bem comum, símbolo e factor de uma identidade nacional. De um significado limitativo, aplicado exclusivamente a bens materiais, para incluir bens tangíveis e intangíveis, abrangendo a paisagem natural, o meio construído, ofícios culturais, idiomas,

crenças religiosas e tradições culturais, tidos agora como de crucial importância para o desenvolvimento sustentável da Humanidade.

Nos dias de hoje, a problemática em torno da salvaguarda, preservação, conservação e dinamização do património levanta duas questões que marcarão forçosamente o futuro próximo: o carácter económico associado à noção de património e a sua dimensão mundial, que mobiliza cada vez mais agentes e participantes. De facto, o património cultural tende hoje a ser analisado como um bem económico gerador de riqueza, associado a comportamentos de produção, de consumo, de investimento e de conservação, integrando as denominadas “Indústrias Culturais”.

1.2) - Aproximação ao conceito de património arqueológico

A problemática de se lidar com uma definição do que vem a ser o Património Arqueológico presente em diversas discussões, desde o pensar num âmbito científico até à prática da protecção sobre os bens ameaçados, expõe a necessidade de um exercício sobre este termo.

Considera-se Património Arqueológico (PA), o conjunto de bens materiais, independentemente do seu valor artístico e/ou científico, que representam e constituem testemunhos históricos, do qual usufruímos e que temos a necessidade de conservar e proteger para as gerações futuras. O património arqueológico é uma parte do património cultural, sendo que as fronteiras entre ambos não estão bem delimitadas, pois o fim que procuram é o mesmo.

O aparecimento, nas últimas décadas, de especialistas em arqueologia que estudam épocas contemporâneas põe em questão, por um lado, o “antigo”⁴ da disciplina e, por outro, traz uma nova consciência da necessidade de protecção do património arqueológico. Consequentemente, a arqueologia acaba por assumir um papel determinante como factor educativo e social, carregado de uma nova perspectiva de valorização.

Em 1999, Ignacio González afirmou que o património arqueológico pertence à única categoria de bens culturais que se define pela sua metodologia de recolha e de estudo, ou seja, pelo método científico da disciplina arqueológica. A metodologia arqueológica pode ser aplicada a qualquer elemento do passado, inumados ou não no subsolo (ROTÈS, CERVANTES, 2005: 421). Assim, a arqueologia enquanto campo disciplinar é uma só pelos métodos e procedimentos que utiliza, independentemente do período que estuda.

Se consideramos que a arqueologia é uma ciência que se põe em prática nas escavações arqueológicas, não podemos esquecer-nos do problema da conservação dos contextos arqueológicos. Pois, actualmente, concede-se muita importância ao contexto espacial em que os objectos foram inseridos, pois também eles hoje são considerados Património Cultural. Estes contextos são importantes pela informação estratigráfica, funcional e paleoambiental que proporcionam. Afinal, a estação arqueológica é o lugar geográfico onde ocorreram cenários físicos da cultura humana e onde existiram relações com o meio natural.

⁴ É difícil definir uma fronteira cronológica, já que o próprio conceito de arqueologia determina que o passado vai desde o princípio da humanidade até ontem. Este amplo conceito explica porque a arqueologia, tal como a história, se divide em dois âmbitos: a arqueologia pré-histórica – que reconstitui o passado agrafa -, e a arqueologia histórica – que ajuda a reconstruir o passado apoiando-se na escrita, e que por sua vez se divide em especialidades cronológicas.

De facto, à semelhança de outros domínios do património também a arqueologia tem vindo a alargar o seu campo de estudo, investigando as relações entre o meio envolvente e os achados resultantes dos trabalhos arqueológicos. Exemplo significativo é a criação de Parques Arqueológicos, com o intuito de estudar os objectos ou evidências arqueológicas através de dados contextuais, como seja o meio ambiente, a economia ou a geografia e que, enquanto marco interpretativo de cultura, passam também a integrar, como um todo, o património cultural.

Ainda há que referir que a arqueologia – ciência que investiga os vestígios do passado, destrói estes mesmos vestígios aquando da realização da sua investigação. Esta afirmação é difícil de contestar no caso da arqueologia paleolítica, já que a escavação arqueológica apaga os contextos. No entanto, nestes casos subsistem os dados dos contextos, o lugar exacto que ocuparam e, sobretudo, o conhecimento⁵.

Grande parte dos elementos do património arqueológico ainda está para ser desvendado, uma vez que a arqueologia não é uma ciência exacta pois o que hoje se pensa ser verdade, amanhã pode não o ser.

1.2.1) - Normas do património arqueológico

O primeiro documento internacional que se refere, de forma exclusiva, ao património arqueológico é a Carta de Nova Delhi, Recomendação da UNESCO, que define os *Princípios Internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisa arqueológicas* em 1956. Este testemunho é fundamental já que pela primeira vez aparece o conceito de

⁵ Não podemos confundir arqueologia com trabalho de campo. A arqueologia é uma ciência com métodos e procedimentos próprios e a escavação representa apenas uma parte do procedimento de investigação arqueológica, estudada pela arqueografia.

património arqueológico. Esta recomendação define como pesquisa arqueológica “todas as investigações destinadas à descoberta de objectos de carácter arqueológico, quer tais investigação impliquem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície, ou seja, realizadas sobre o leito ou no subsolo das águas do território”⁶. Assume também que as escavações arqueológicas devem estar submetidas a uma vigilância e a uma autorização prévia concedida por uma autoridade competente. Os trabalhos arqueológicos devem ser orientados por profissionais, “arqueólogos qualificados” ou “pessoas com garantias”. Este texto pioneiro considera ainda necessário que cada estado membro se encarregue de garantir a protecção do seu património arqueológico e que assegure a manutenção dos sítios e das peças exumadas durante as intervenções. Outro dos pontos com que se preocupa é o comércio ilegal de peças arqueológicas, muitas delas de proveniência duvidosa, recomendando aos museus que aquando da aquisição das peças as publiquem rapidamente com o fim de que outras entidades as possam controlar.

Já nos anos 90, a *Carta de Lausanne* refere-se pela primeira vez à protecção e à gestão do Património Arqueológico. Esta iniciativa levada a cabo pelo ICAHM – formado por um grupo de especialistas em arqueologia e gestão provenientes do ICOMS –, surge para propor uma recomendação que se comparava à Carta de Veneza (1966), referente ao Património Arquitectónico. Este documento oferece uma série de recomendações para a gestão do Património Arqueológico ao nível da identificação, protecção, conservação e apresentação ao público dos restos do passado. Diz-nos ainda que a protecção do Património Arqueológico deve fundamentar-se numa colaboração efectiva entre especialistas interdisciplinares e dos serviços públicos, das empresas e do público em geral.

⁶ Carta de Nova Delhi, 1956.

Define como Património Arqueológico “a porção do património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de actividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados”⁷. Insiste também que se trata de uma riqueza frágil e não renovável, por isso defende uma gestão preventiva desde a fase de elaboração de inventários até a conservação *in situ* dos sítios arqueológicos. O planeamento - tema central dos anos oitenta – tem um lugar de destaque nesta carta, defendendo programas de ordenação de território para minimizar as repercussões negativos no Património Arqueológico.

Todavia a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*, realizada em Malta em 1992, a *Conferência do Rio de Janeiro*, no mesmo ano, terão despertado as consciências para a necessidade de maior protecção dos vestígios arqueológicos, bem como o Plano Nacional do Ambiente, em 1995, alimentava a esperança de um volte-face legislativo e institucional que a Lei de Bases 13/85, ainda não regulamentada, limitava por desactualização.

Relativamente à realidade Portuguesa, foi com a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980, e dos Serviços Regionais de Arqueologia⁸ que se registou um avanço significativo na institucionalização da arqueologia portuguesa, na organização dos serviços e na descentralização das funções de acompanhamento e decisão.

⁷ Carte de Lausanne, 1990, Artigo 1.

⁸ Decreto-Lei nº 403/80, de 26 de Setembro de 1980.

No IPPC sobressai o *Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA)*, coordenado pelo seu Departamento de Arqueologia que tinha como tarefa aprovar projectos de trabalhos submetidos a uma Comissão Nacional Provisória de Arqueologia (CNPA). Mais tarde, em 1982, acabar-se-á por definir que “de futuro e em termos de apreciação de apoio financeiro do IPPC, a CNPA considerará apenas os trabalhos arqueológicos integrados em projectos de investigação, os quais prevejam quer a escavação, quer a conservação, valorização e divulgação do património arqueológico” (FABIÃO, 1995: 87).

Em 1997, a reestruturação da tutela, com a divisão do IPPAR e com o aparecimento do IPA, criaram-se grandes expectativas no meio arqueológico em Portugal, ficando, deste modo, definidas as respectivas competências. Para o “enquadramento de uma política de prevenção, de salvaguarda, de investigação e de apoio à gestão do património arqueológico imóvel e móvel” (incluindo o que se encontra à guarda do IPPAR e do IPM), nasce o Instituto Português de Arqueologia (IPA), ao qual são atribuídas as funções de assegurar “o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da arqueologia”, promover a “institucionalização” desta área “através de uma política de contratualização com outras pessoas colectivas públicas e privadas” e colaborar em acções de “sensibilização pública para o património arqueológico”⁹.

Apesar desta autonomia, ficam consagradas ainda ao IPPAR as competências no domínio dos imóveis classificados, nomeadamente, no plano dos projectos de valorização. Assim, o Departamento de Estudos do IPPAR promove “planos de estudo, [...] em arqueologia” e as Direcções Regionais deste Instituto, em número de sete (Porto, Vila Real,

⁹ Decreto-Lei 117/97.

Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Évora e Faro), estudam, propõem e tomam as providências destinadas à protecção, salvaguarda e valorização arqueológica dos imóveis, conjuntos e sítios. Articuladas com o IPA, estas ainda prestam apoio técnico e metodológico às acções de defesa e conservação do património arqueológico promovidas por outras entidades.

Recentemente, no quadro de Reestruturação da Administração Central do Estado foi criado o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), no âmbito do programa PRACE, que resulta da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Arqueologia e incorpora ainda parte das atribuições da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob tutela do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Deste modo, será esta nova entidade que terá por missão gerir, salvaguardar, conservar e valorizar os bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integram o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País¹⁰.

Por esta altura alguns problemas são levantados à Arqueologia Portuguesa, Oosterbeek (1997: 51) enumera os seguintes: inventário nacional arqueológico por fazer; ausência de política de prevenção, morosidade nas escavações de emergência e salvamento; a insuficiência de componente laboratorial de ajuda aos arqueólogos; a inexistência de uma política de divulgação eficaz do património arqueológico; inexistência de uma política articulada de conservação mais do que de restauro (défice de recursos humanos); escassez de financiamentos por parte do Estado.

¹⁰ Decreto-Lei 96/2007, de 29 de Março.

1.2.2) - Difusão do Património Arqueológico

A divulgação do património arqueológico implica uma gestão cultural mediadora entre o património arqueológico e a sociedade, e envolve muito mais do que dar a conhecer os resultados da investigação à comunidade científica¹¹.

A maior parte das actividades destinadas à difusão do património arqueológico pretendem dar a conhecer os resultados das investigações, normalmente através de publicações e/ou de exposições permanentes ou itinerantes em museus. Ainda que os conteúdos sejam por vezes pouco rigorosos não podemos desprezar o interesse que provocam ao grande público (ROTÉS & CERVANTES, 2004: 430). São bons exemplos, os fascículos semanais que acompanhados por vídeos relacionam a arqueologia com aventura.

É fundamental que a divulgação do património arqueológico se encaminhe para novas linhas de acção, não permitindo que a disciplina arqueológica se reduza a meras aventuras de personagens fictícias, tais como: o Asterix ou o Indiana Jones.

Estas novas orientações devem começar pelos espaços museológicos que expõem materiais arqueológicos – sejam eles nacionais, regionais, municipais ou locais. De facto, os museus – espaços idóneos para a difusão do património arqueológico e do conhecimento científico através das suas salas de exposição (permanentes ou temporais) –, necessitam de novos tratamentos museográficos para alcançar um maior êxito. Com este intuito, o conhecimento exposto nas exposições tem que se transformar num palco cognitivo com directrizes didácticas bem definidas. As autoras Rosa Ròtes e Magda Cervantes apontam

¹¹ ROTÉS, R.S; CERVANTES, M.F (2004), *Musealización didáctica de conjuntos monumentales*, in *Museografía didáctica*, pp.429.

para: a realização de hipotéticas reconstruções a partir de reconstituições paleo-ambientais, desenhos e/ou esquemas de bens arqueológicos que contextualizados permitem a aproximação do visitante á época e à ciência arqueológica, sendo esta oferta complementada por ferramentas experimentais e material didáctico (como por exemplo as maletas pedagógicas).

Este objectivo básico de difusão não é concebível sem a intervenção de uma equipa interdisciplinar (arqueólogos, conservadores, desenhadores, museólogos, serviços educativos, didácticos, ...), cuja complementaridade permitirá delinear novas soluções para uma maior compreensão dos bens materiais que por si só não falam aos visitantes, geralmente amadores do mundo arqueológico.

Em 1999, os autores Santacana e Hernández abordam a problemática dos objectos como fonte didáctica inseridos fora dos seus contextos, ou seja, nos museus. Estes autores consideram que a análise de todos os vestígios arqueológicos é susceptível de realizar-se mediante a aplicação do método hipotético-dedutivo (ROTÉS & CERVANTES, 2005: 431). Este conceito neo-positivista é actualmente posto em causa por alguns arqueólogos uma vez que esta abordagem poderá condicionar outro tipo de interpretações.

São cada vez mais os visitantes que gostam de passear por entre as “pedras” dos conjuntos arqueológicos com intuito de conseguirem ler e entender este grande livro aberto, porém escrito numa linguagem ininteligível. O facto do público visitar a(s) estação(ões) arqueológica(s) – de onde provêm os bens móveis -, facilita a compreensão dos bens patrimoniais e fomenta o interesse e o fascínio para o mundo arqueológico. O interesse passa a ser ainda maior quando as visitas aos locais decorrem durante a efervescência dos

trabalhos de campo – importância que advém não só da multiplicidade de ocupações, mas também do enorme interesse científico que potencia.

1.2.3). Museus arqueológicos em Portugal

De entre o conjunto das instituições que intervêm na preservação e divulgação dos bens culturais, os museus encontram nessas actividades a sua razão de existência. Aliás, essa relação íntima entre museu e património está expressa na própria definição de museu, adoptada em 1989, pelo ICOM.

A integração dessas realidades no conceito de museus é reflexo da própria evolução do conceito de património cultural que, ao incluir todos os testemunhos da vida cultural das civilizações, determinou um sistema de classificação dos museus que, de forma mais precisa, sintetiza as diferentes categorias de bens que compreendem actualmente o património. De entre as diferentes categorias, importa aqui referir os museus de Arqueologia e de História¹² – Museus consagrados à apresentação da evolução histórica de uma região, e museus cujas colecções têm origem, em parte ou na totalidade, em escavações. Este grupo engloba os museus com colecções de objectos históricos ou vestígios, museus comemorativos, museus de arquivos, museus militares, museus de personalidades históricas, museus de arqueologia, museu de antiguidade, etc.

Para além da produção científica e troca de experiências entre especialistas, a actividade arqueológica é, cada vez mais, um veículo privilegiado de contacto com um público alargado, através da musealização de sítios e da exposição de colecções de

¹² Segundo o quadro “Sistema de Classificação de Museus” adaptado de UNESCO/ICOM (1986).

materiais arqueológicos. De facto, na actualidade, a ciência arqueológica constitui um dos domínios de pesquisa histórica de maior divulgação pública.

A principal plataforma de avaliação de qualquer museu de arqueologia estará na sua autenticidade disciplinar. Apesar dos museus terem nascido do coleccionismo, ou seja, de “gabinetes de curiosidade” onde era frequente encontrar nas suas colecções peças de origem arqueológica, o museu de arqueologia não pode ser concebido neste gosto dos séculos passados, mas sim como uma forma de fazer e transmitir a história, de melhor compreender as comunidades humanas do passado, a partir dos vestígios materiais que nos legaram. Assim, à instituição museológica não lhe interesse apenas ter no seu espólio objectos importantes seja pela sua raridade, antiguidade e/ou beleza se não lhe for possível dar o devido enquadramento histórico.

“Nos mais comuns objectos do dia a dia encontra-se, por consequência, a dimensão humana e histórica que melhor faz aproximar cada presente de passados que considera seu.” (RAPOSO L., 1993: 203)

Em Portugal, os museus com colecções de arqueologia começam-se a organizar desde a segunda metade do século XIX, verificando-se que, numa primeira fase, os objectos arqueológicos eram incorporados nos museus ou instituições situadas nos principais centros urbanos: em Lisboa e nas capitais de Distrito com a criação de museus regionais. Desta forma assistiu-se ao fenómeno centralizador do património.

A organização de museus com colecções arqueológicas teve como impulso o incremento dos estudos arqueológicos associado à realização de trabalho de campo na

Europa. Foi desde então que em 1849 o Conde de Palmela criou, em Setúbal, a “Sociedade Archeologica Lusitana”. Os estatutos desta sociedade preconizavam o estudo das ruínas de Tróia e a fundação, nesta mesma cidade, de um museu “arqueológico”. Esta teria como principal responsabilidade a gestão dos museus e das suas colecções. Contudo, o Estado tinha a obrigação de inspeccionar esta gestão afim de evitar a degradação dos espólios. Os estatutos desta sociedade exigiam, sabiamente o registo e descrição em livros próprios dos objectos inumados e, conseqüentemente a sua publicação na imprensa local. No entanto, e apesar dos esforços realizados a realidade foi bem diferente, uma vez que as escavações em Tróia e a revista “Annaes da Sociedade Archeologica” foram suspensas, e o museu nunca viria a instalar-se.

Outro exemplo paradigmático da museologia arqueológica portuguesa, foi o do “Museu do Algarve” concebido por Estácio da Veiga nos anos de 1879/1880. O arqueólogo foi encarregue de efectuar trabalhos arqueológicos no Algarve e elaborar a respectiva Carta Arqueológica. Este árduo trabalho realizado foi publicado em 1910, catorze anos depois da sua morte. Com base nos estudos efectuados, o arqueólogo apresentou ainda um programa para a implementação do “Museu Arqueológico do Algarve” a instalar nesta região, mas que por vicissitudes não foi permitido a sua concretização. Esta extraordinária pesquisa levada a cabo pelo investigador algarvio impressionou e influenciou positivamente os arqueólogos portugueses. Porém em 1880, em Lisboa, aquando à realização da IXª sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica foi possível implementar este programa de museu arqueológico, com base em estudos efectuados por Estácio da Veiga. O programa previa a divisão da colecção em quatro grandes secções:

Arqueológica, Epigráfica, Antropológica e Paleontológica. Predominaram também os critérios geográficos e cronológicos.

Contudo só a partir de 1857 é que podemos falar em Museu, graças à acção de Carlos Ribeiro, Francisco Pereira da Costa e Nery Delgado. A exposição do museu pretendia explicar a história da terra e do homem apoiando-se nos conhecimentos científicos adquiridos através de estudos geológicos e paleontólogos.

Qualquer olhar, mesmo rápido sobre os museus com colecções de arqueologia, implica uma referência ao actual museu nacional de arqueologia. Foi fundado por Leite de Vasconcelos em 1893, com o nome de “Museu Etnográfico Português”. Depois, em 1897, passou a denominar-se “Museu Etnológico Português” (RIBEIRO *in* PEREIRA, 1999: 33). Nesta época, o Museu Etnográfico viveu alguns momentos difíceis, pautados pela procura de novas instalações, pelo enriquecimento de novas colecções e na tentativa de alcançar um melhoramento das relações com a tutela. Em 1987, o museu propôs “contribuir para uma exposição permanente de objectivos relativa a todas as épocas da nossa civilização, desde das mais remotas, para o conhecimento das origens, vidas e carácter do povo português” (VASCONCELOS *in* PEREIRA, 1999: 33).

Mais tarde, já durante o período da República, os museus funcionariam como instituições permanentes, contribuindo assim para o desenvolvimento da nação. A arqueologia continua a ser considerada como o sector antigo da etnografia.

Foi só nos anos 60, com a abertura do “Museu Monográfico de Conimbriga”, que foi revitalizado o panorama museológico na vertente mais arqueológica. O programa contemplava a musealização *in situ* das ruínas da antiga cidade de Conimbriga (Coimbra) e

ainda da existência de um laboratório de conservação e restauro para intervir nos bens culturais da escavação do sítio, bem como apoiar pequenos museus locais.

A Revolução de Abril e a consequente descentralização cultural teve um efeito imediato nas áreas de investigação arqueológica. Os municípios tornaram-se numa fonte subsidiária de escavações, recolhendo em instalações próprias o material que estava inumado. Desenvolveu-se o conceito da necessidade de valorizar todo o património local, surgindo assim diversas instituições museais com núcleos museológicos de razoável importância, sem que na generalidade não estivessem uma programação coerente que caracterizam a instituição museu.

Em Portugal, contabilizam-se actualmente mais de uma centena de instituições museológicas que exibem colecções de arqueologia, no entanto nem todos serão museus, nem entre estes, todos serão museus de arqueologia.

Capítulo 2

Apontamentos históricos acerca da evolução conceptual do museu

2.1). Génese dos museus na modernidade

O conceito de museu tal como o entendemos hoje, ou seja, *uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educacionais e lúdicos; Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade*¹ demorou a estabelecer-se.

¹ Lei nº 47/ 2004, de 9 de Agosto, Artigo 3º.

Este conceito tem evoluído muito ao longo dos tempos, desde as suas origens elitistas e minoritárias, passou a ser considerado, cada vez mais, uma instituição ao serviço da comunidade. De facto, o tradicional museu, fechado e selectivo, não se assemelha com as actuais instituições museológicas, cuja aspiração reside, precisamente, na abertura das comunidades.

“Es lógico suponer que el museo seguirá evolucionando, como la sociedad, ya que se trata de una creación humana y, como tal, está sujeta a cambios” (SAGÜES, 1999).

Porém, procurar as origens da instituição museológica é antes de mais retrair a história da passagem da colecção ao museu. De facto, o museu enquanto instituição, sempre se fundou na existência de colecções, assumindo esta palavra o sentido mais linear possível: conjuntos de objectos. A constituição de “colecções” é fruto de uma prática eminentemente social que aparece com o espírito enciclopedista e que pode ser motivada por várias razões: a curiosidade – objectos insólitos e/ou curiosos; a admiração pelo passado – traduzida num gosto pelos valores, pela estética e pela história antiga; um sentimento religioso; ou simplesmente por uma questão de prestígio e/ou uma vontade de possuir. Deste modo, o espírito coleccionista é o “pai” de toda a atitude museológica (RAPOSO, 1997: 73). Inúmeros museus, nomeadamente os museus nacionais, nasceram da constituição de colecções privadas.

“O acto humano de coleccionar objectos – aos quais é retirado valor de uso e atribuído, em contrapartida, valor simbólico –

constitui, em si mesmo, o fundamento antropológico da atitude museológica” (BRIGOLA, 2003: 32).

Actualmente, o termo "coleção" assume, quando aplicado às instituições museológicas, um carácter excepcional. E se um museu não existe sem coleções isto não significa que possa existir apenas com coleções. O museu actual é composto pelas suas peças, pelas suas coleções, mas também e necessariamente, pelo seu público, pelos seus profissionais, pelas suas bases de dados e pela memória associada aos objectos. Assim, ao museu cumpre recolher, preservar e estudar as suas coleções. De outra forma o "museu" não passaria de um depósito, bem ou mal arrumado, interessante ou desinteressante, mas tão só um depósito.

2.1.1). Antecedentes: Do colecionismo ao museu público

A palavra Museu vem do grego *mouseion*, ou seja, templo dedicado às musas – na mitologia grega, deusas da inspiração e da aprendizagem e protectoras das artes.

“Y estas musas, de donde procede no en balde la palabra “museo”, son extraños seres que han poblado la mente de los artistas durante siglos” (MESTRE, 2005:633)

Para a história da museologia, o primeiro museu foi construído em Alexandria no Egipto no século III a.C. por Ptolomeu II, o mais apto dos reis da dinastia ptolemaica depois de Alexandre Magno. Alexandria transformou-se desta forma na cidade mais proeminente na procura do conhecimento na área mediterrânea, e o museu desempenhou ainda funções de biblioteca académica, centro de investigação e retiro contemplativo.

A seguir a esta primeira ideia de museu, atravessou-se um longo período de inactividade museológica. As colecções da Grécia antiga e, posteriormente, de Roma, estavam restringidas aos templos e aos lugares públicos. Os objectos depositados nos santuários (Delfos, Olímpia, Éfeso, ...), – oferendas de todas as partes do mundo – tinham, evidentemente, uma função religiosa mas traduziam também a ideia de “tesouro público”, daí a preferência por objectos de valor económico, principalmente os metais preciosos. Para além do coleccionismo religioso, poder-se-á referir o de objectos preciosos que os monarcas e tiranos expunham nos seus palácios e nos lugares públicos para os cidadãos os admirarem, como sinais de atracção e de poder. Assim, o primeiro impulso de coleccionar objectos era indicativo de uma distinção social que se apegava a uma nova motivação de acumulação de objectos valiosos como “inversão de capital”, e nunca de enriquecimento cultural humano. Estas são as bases do coleccionismo da Antiguidade.

Na Idade Média assistimos à polarização eclesiástica da actividade artística. Os templos e os lugares sagrados apresentavam-se como os únicos espaços onde se expunham as colecções, resultado das doações ou dos saques de guerra. Relativamente ao coleccionismo laico, encontrava-se numa grande precariedade devido à posição inflexível e peremptória das ordens eclesiásticas contra as imagens pagãs e a todo o tipo de expressões artísticas não religiosas.

É, finalmente, com o surgimento das correntes humanísticas do Renascimento que poder-se-á falar de uma eclosão do coleccionismo que além do valor hedonístico e económico da obra realça um valor formativo e científico. De facto, é durante este período que se evidencia, de forma marcante, uma admiração pelo passado, traduzido

num gosto pelos valores e pela estética da antiguidade (MATOS: 2002, 13). Os critérios de valorização do objecto passam a ser, em consequência, artísticos e históricos – *artísticos*, porque os nobres, os reis e papas que reuniam as grandes colecções tinham um certo nível de erudição que lhes permitia seleccionar e apreciar uma obra pelos seus valores estéticos; e *históricos*, porque o renascimento buscava as fontes da antiguidade e admirava a cultura clássica (HOMS: 2004, 27).

Foi durante este movimento cultural que em Florença – centro do desenvolvimento intelectual que apoiava as artes e as ciências – a palavra museu foi usada pela primeira vez para descrever a colecção dos Médicis², em lembrança de Alexandria.

Geralmente, o coleccionador só exhibia a sua colecção perante o seu grupo restrito de amigos. Foram estes coleccionadores requintados, conhecedores e críticos de arte e da história, que imersos em círculos minoritários deram origem ao conceito elitista de museu, entendida como uma instituição reservada a eruditos e especialistas. No entanto, alguns iniciadores de mentalidade mais aberta possibilitavam o acesso às suas salas. De entre estes casos isolados, há que referir o Papa Sixto IV que abriu em Roma o Museu Capitolino ao público em 1471.

² Cosme de Médicis, o Velho (1389-1464) e a seguir Lourenço de Médicis, o Magnífico (1449-1492) reuniram uma importante biblioteca e colecção que Cosmo o Jovem (1519-1574) herda. O duque da toscana manda construir por Giorgio Vasari o palácio Uffizi. Trata-se de um edifício pensado para ser eminentemente administrativo constituindo por isso uma inovação na medida em que criou uma tipologia até ali inexistente. Foi elaborado segundo o estilo maneirista, patente no tratamento do espaço que cria perspectivas extensas. O seu corpo apresenta a forma de U em torno de um pátio estreito com uma ligação entre as duas alas através de uma ponte, o corredor Vasariano, que liga o *Pallazzo Vecchio* – na qual se encontra implementado o governo toscano - ao Palácio Pitti – residência da família Médicis.

“À Rome, le 14 décembre 1471, le pape Sixte IV restitue “au peuple de Rome”, une série de bronzes antiques conservés au palais du Latran depuis l’Antiquité. Ces œuvres sont exposées sur la façade et dans les galeries du palais des Conservateurs sur le Capitole, siège du nouveau pouvoir « laïc » (GOB ; DROUGUET, 2006 :25).

Durante os séculos XVI e XVII, uma série de factores favoreceu o incremento do afã coleccionador, entre eles: o estabelecimento do “Tratado de Arte” e o crescimento da burguesia. O “tratado de Arte” pretendia definir as grandes “verdades” e determinava as modas e influências dentro do importante mercado de arte. Por outro lado, a burguesia converte-se também num consumidor de arte, em concorrência à aristocracia e às monarquias absolutas da época.

Neste período, intensifica-se o conceito de coleccionista virtuoso que não adquire apenas por prestígio social mas também por prazer pessoal. Efectivamente, já não se procura somente os objectos artisticamente “belos” porém também as peças que ostentam algo de raro, único e maravilhoso. Surgem, com esta nova percepção, as primeiras colecções de ciências naturais – animais, vegetais e minerais –, que já aparentam um determinado valor científico (HOMS: 2004, 28). Neste sentido, nos finais do século XVII, em Inglaterra, inaugura-se o *Ashmolean Museum* em Oxford, a partir da colecção de um amador – Lorde Tradescant, coleccionador de arte mas também de ciência –, que lega a sua colecção a Lorde Elias Ashmole com a condição de legar ele próprio à Universidade de Oxford. Respeitadas estas condições, abre em 1683 a instituição museológica, inscrevendo-se numa visão global da ciência e do universo.

“Le musée est une nouvelle bibliothèque, qui peut contenir les parties les plus remarquables du grand livre de la Nature et rivaliser ainsi avec la collection bodléienne de manuscrits et d’imprimés » declara o Vice-Chanceler da Universidade de Oxford aquando a inauguração do museu (GOB ; DROUGUET, 2006 :25).

2.1.2). O século XVIII – O museu público

Sem dúvida que o carácter elitista da instituição museológica tem as suas origens no renascimento, no entanto, é o afã científico do século XVIII que marca o início da dicotomia, apontada por Singleton (1970-1971), de instituição entendida como serviço público e como centro de investigação. De facto, a ideia de “museu público” é, segundo Mark Luca (1973), a expressão do espírito do século XVIII, que engendrou o entusiasmo pelo valor da educação e que difundiu a ideia de que as colecções tinham que ser acessíveis a todos. (HOMS: 2004, 28)

É neste intuito que é oficialmente inaugurado em S. Petersburgo, em 1719, o museu como um lugar público graças à iniciativa de Pedro o Grande da Rússia, ele mesmo coleccionador. O Czar comprou na Holanda e na Alemanha várias colecções de história natural para “que o seu povo visse e se instruisse”. Mandou ainda fazer um memorando preconizando que estes “espaços não servem só para satisfazer a curiosidade, mas são um meio de aperfeiçoar as artes e as ciências” (GOB & DROUGUET, 2006: 26).

Nesta época, muitas das galerias particulares, entre elas as reais³ – caso da monarquia francesa que vê as suas coleções serem transferidas para o Museu do Louvre em Paris –, deram origem aos grandes museus nacionais públicos. Tradicionalmente considera-se que um acontecimento político, a Revolução Francesa, teve um desfecho importante na história da museologia internacional uma vez que deste acontecimento político surgiu o Museu da República, que reuniu as coleções da coroa, dos nobres que tinham imigrado, dos conventos extintos e ainda coleções provenientes do resto da Europa como botim de guerra. Este feito, introduz o conceito de museu público não só por estar aberto ao público mas também por trazer consigo a nacionalização do património histórico-artístico, a democratização dos bens culturais, juridicamente de natureza pública e propriedade do estado, e a universalização da educação (SAEZ: 1999, 32). Pela primeira vez foi reconhecido o usufruto da arte como um direito natural de todos os homens e não apenas a uma minoria poderosa.

“El museo formó parte integral del nuevo estado democrático y se convirtió en elemento esencial de los esfuerzos gubernamentales por educar a los franceses como ciudadanos. El papel educativo del museo fue dirigido por distintas vías: exposiciones temáticas con etiquetas, catálogos baratos y galería docente” (HOOPER-GREENHILL *in* SAGUES, 1999: 33)

³ São exceção os grandes museus britânicos uma vez que *British Museum* foi criado pelo parlamento e *National Gallery* por Real Academia das Artes em 1824. Relativamente as coleções reais, reunidas no The Queen’s Gallery, continuam a pertencer a coroa real.

É ainda no século XVIII que ocorre uma revolução no que se refere no objecto digno de ser coleccionado. Surge o “curioso erudito” que se interessa pela ciência e pelo enciclopedismo e que pratica agora um coleccionismo sistemático, metódico e especializado. O “século das luzes” inaugura o conceito de museu científico, segundo princípios teóricos estabelecidos por em tratados por eruditos, como se de uma enciclopédia se tratasse (HOMS: 2004, 28). A natureza e a organização das colecções transformam-se pouco a pouco, entrando em ruptura com a tradição da curiosidade. Começam a proliferar novas colecções, tais como as de arqueologia, botânica e geologia.

2.1.3). O século XIX – O século dos museus

Nos limiares do século XIX a Europa já contabiliza uma importante quantidade de museus, classificáveis em três categorias: os *museus de arte* – os mais numerosos, cujos bens culturais provêm directamente das colecções particulares; os *museus de ciências naturais* – que expõem espécimes naturais, fósseis, cristais e rochas; e os *museus históricos* – normalmente galerias com retratos e quadros históricos.

Apesar da implementação de numerosos espaços museológicos, surge a dúvida de saber se estes deviam abrir exclusivamente aos estudiosos e investigadores, ou, pelo contrário, se se incentivava a aprendizagem do público em geral. De qualquer modo e, apesar da indecisão, verificou-se que os museus progrediram no sentido de se tornarem instituições de um maior alcance e com uma orientação pública. Durante o período de transição, os museus, muitas vezes, optaram por abrir ao público em determinados dias do ano, ou épocas.

As peças que foram expostas na primeira Exposição Universal (1951) em Inglaterra permitiram a abertura em 1856 de um novo edifício com uma arquitectura de ferro e de vidro, o South Kensington Museum, que na viragem do século XX é rebaptizado de Victoria and Albert Museum. Nesta altura, esta instituição destacou-se pelo estabelecimento de um horário pós-laboral, cujo objectivo era facilitar as visitas às classes trabalhadoras.

Assiste-se ainda a um frenesi de criação de novos espaços museológicos e a diversificação das suas temáticas cujas palavras-chaves são eclectismo, romantismo e nacionalismo.

Os valores artísticos começam a ganhar força, o museu adquire, pouco a pouco, uma nova função, a de consagrar os artistas vivos. Deste conceito nascem os museus de arte “contemporânea” que recebem os artistas que não se enquadram com o classicismo. Para o efeito, o Estado Francês estabeleceu no Palácio do Luxemburgo, um museu de artes vivas, uma espécie de “antecâmara do Louvre”, suportado pela administração das Belas Artes. O desejo de ser conhecido conduziu numerosos artistas a assegurar, por legados e doações, que as suas obras entrassem no Museu. (BARBOSA, 2006: 19)

2.1.4). O século XX – novos ideais

Se durante o século XIX os maiores esforços concentraram-se na aquisição e na conservação das colecções, o século XX teve como principal desfecho torná-las acessíveis à sociedade, e potenciar os valores que estas podem transmitir aos indivíduos, ou seja, converter-se num verdadeiro serviço público.

No entanto, até a segunda guerra mundial, o museu perdura como um espaço de armazenamento de uma cultura fossilizada cuja contemplação passiva e reverente de uma realidade histórico-cultural fechada só é alcançada por uns quantos privilegiados (HOMS: 2004, 29). De facto, se o espaço físico das instituições museológicas é acessível a todos, o acesso pleno aos bens culturais - visto como entendimento, compreensão e fruição -, é ainda uma realidade usufruída por apenas alguns privilegiados. Grossmann (2001) refere que estes problemas já existiam na abertura dos museus ao público no século XVIII, “os especialistas ligados à instituição museu (...) concordavam, cinicamente que os museus em geral deveriam ser acessíveis ao grande público, mas por outro lado mantinham o entendimento da arte como um produto de uma sensibilidade especial, passível de ser adquirida somente por via de um conhecimento *a priori* e certo grau de educação”.

Em linhas gerais, no início do século, dá-se um forte impulso à especialização dos museus que, na sua maioria, podiam ser visitados, porém sem atribuir a mínima importância aos meios de comunicação entre os objectos e o público.

As primeiras iniciativas importantes começam a surgir no período de entre guerras (1919 e 1939) com a constituição em 1926 do International Museum Office⁴ que estava ligada a Cooperação Intelectual de Paris e a Liga das Nações (CHADWICH *in* HOMS, 2004: 29). Entre as opiniões críticas destaca-se o museólogo inglês, J. Rothebstein, que no ano de 1937 aponta a necessidade de definir os objectivos do

⁴ O International Museum Office foi criado para dar saída às opiniões, cada vez mais críticas, especialmente em referencia a situação de “armazéns de objectos” em que se encontravam muitos museus.

museu e afirma que a sua mais importante função é consciencializar a sociedade acerca do seu património. À medida que se vai avançando no século aumentam-se as posturas que afirmam que o museu é uma instituição fundamentalmente educativa.

A partir da Segunda Guerra Mundial engendram-se algumas mudanças substanciais que assinalam o fim do conceito de instituição intangível e elitista. R. Marcousée (1973) considera que estas mudanças ocorreram pela existência de uma nova atitude social – encarando o museu como uma instituição que deve ser inteligível e entendível por toda a comunidade – e ainda pela aparição de um “novo público”, com novas opiniões políticas, sociais e económicas que foram geradas após a Segunda Guerra Mundial.

De entre estas transformações do pós-guerra destaca-se a troca de uma política centrada no objecto para uma política centrada no público e no papel que deveria ter junto dele. O museu surge então como uma entidade dinâmica, dialogante com o meio, um centro difusor de cultura em que o público está presente como parte integrante. Seja qualquer, o ponto de vista que se considere, a actividade museológica só pode justificar-se, social e culturalmente, em função do seu destinatário – o público.

Depois da Segunda Guerra Mundial surge o primeiro organismo internacional exclusivamente vocacionado para a realidade museológica, o ICOM – dependente da UNESCO. Esta organização, criada em Paris em 1947, declara:

“Le musée est une institution permanente sans but lucratif au service de la société et de son développement, ouverte au public, et qui fait des recherche concernant les témoins

matériels de l’homme et de son environnement, acquiert ceux-là ; les conserve, les communique et notamment les expose à des fins d’études, d’éducation et de délectation” (ICOM, 2001).

Esta definição evidencia o conceito actual de museu, com as características e funções que actualmente se deve reger. A visão moderna de museu não inventa nada nem assume funções totalmente novas porém reivindica somente a sociabilização das suas funções.

“sus tradicionales funciones (...) colección, conservación y exhibición (...) todavía hoy persisten, dado que son imprescindibles (...) la nueva orientación radica en el énfasis puesto en servir como instrumento de comunicación” (MARTÍN in SAGUES, 1999: 37)

O director geral da UNESCO, Federico Mayor, na inauguração da *XV Conferência Geral do ICOM*, 1972, resumiu este esforço de adequação das estruturas museológicas às condições da sociedade contemporânea da seguinte forma: “a instituição distante, aristocrática, olímpica, obcecada em apropriar-se dos objectos com fins taxionómicos vai dando lugar cada vez mais a uma entidade aberta ao meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo, que se manifesta no aparecimento de museus comunitários, de museus “sem muros”, de eco-museus, de museus itinerantes ou

museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna, tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica.”

O museu torna-se assim um verdadeiro recurso educacional público porém sem perder qualquer uma das suas outras funções essenciais.

2.1.5). Século XXI: Perspectivas ao serviço do desenvolvimento

Neste início de século XXI discute-se muito o que deverá ser o museu, ou seja, quais as modificações e acréscimos que estas instituições deverão assumir para revitalizarem-se frente às demandas da contemporaneidade? De facto, o conceito de museu afasta-se do modelo de templo de objectos consagrados, tornando-se cada vez mais num agente cultural e recreativo. Converte-se assim numa instituição multifuncional que pode servir a comunidade de várias formas e em diversos níveis intelectuais porém, por vezes, de forma desajustada.

Actualmente assume-se que *“o museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educacionais e lúdicos; Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade⁵”*.

⁵ Lei nº 47/ 2004, de 9 de Agosto, Artigo 3º.

Esta recente definição vem preencher uma lacuna legislativa de décadas, no que respeita às limitações e individualização dos campos funcionais desta instituição. Fica aqui bem patente, que o museu já não se preocupa somente com as suas colecções e respectiva conservação, mas também com o seu público e à exposição das suas manifestações. Deste modo, é função do museu *investigar* para incorporar, *inventariar* para documentar, *conservar* para interpretar e *expor* para divulgar os testemunhos humanos em interface com o meio, organizados em conjuntos – as colecções. Estas remetem *lato sensu* para uma realidade mais abrangente: é como se o museu trouxesse os territórios, físicos ou simbólicos, para dentro das suas paredes para projectar, para além delas, percursos e reflexões sobre múltiplos tempos e espaços. (ARAÚJO, 2005: 126)

Todas estas funções – ou funcionalidades – que vinculam as actividades operacionais dos museus são universais e devem ser aplicadas a todos as instituições embora cada uma possui os seus próprios propósitos ou fins. As finalidades têm que possuir um profundo vínculo com o local, com o particular. Se a política cultural norteia as funções do museu, estas, por sua vez, servirão como um termómetro para detectar os erros e acertos dos propósitos. A finalidade do museu é proporcionar algum tipo de benefício às pessoas e provocar mudanças nas suas vidas, e não ser simplesmente uma casa de custódia para obras de arte ou um centro erudito. Isto implica um constante questionamento das suas funções e propósitos.

Estes espaços culturais são antes de mais, como afirma o director do Museu Het Domein da cidade holandesa de Sittard, “ [...] instituições científicas com uma tarefa

pública e não vice-versa (ou seja, o museu não é uma instituição pública com tarefa científica)”. (HUIJTS *in* LARA, 2005)

Um museu do século XXI, seja criado agora ou não, será aquele que se compromete em despertar a curiosidade científica através da criação de emoções. “[...] Seduzir o visitante para os mistérios da realidade é a melhor forma de fazer com que ele queira entender a realidade” (WAGENSBERG *in* LARA, 2005). Não se trata apenas de assimilar as novas técnicas e tecnologias mas de estruturar políticas culturais inovadoras e estimulantes.

Este processo de estruturação tem ao longo dos tempos vindo a sofrer profundas alterações criando um novo tipo de museu que, por vezes, é mesmo contestado pela própria contradição dos seus termos (novo e museu). Apesar destas críticas, continuam a surgir semanalmente um grande número de museus em todo o mundo, predominando os de arte contemporânea, antropologia e ciências. Este dinamismo, que até pouco tempo atrás não era previsível, traz a premência da revitalização dos museus já existentes, processo que passa pela reestruturação das suas funções, pela reformulação dos seus espaços de acolhimento ao público e expositivo – reformas e ampliações dos edifícios –, e também pela procura de uma nova museografia.

Estes novos museus possuem uma visão pragmática e até mercantilista inventada pelos norte-americanos e que por vezes se torna em alguns casos excessiva. Para além de incluir novas manifestações e produções, até então nunca vistas num museu, estes espaços culturais passam também a promover exposições temporárias, conferências, debates, sessões de cinema, etc.. Estes eventos permitem alcançar novos públicos que

se tornam assíduos e que inclusive dão um certo sustento financeiro. Esta renovada atracção dos espaços museológicos deve-se também à sua inserção no mundo das médias. Deste modo e como escreve Grossmann “o museu já não é mais considerado apenas como mero depósito, mas também como um agente cultural [...]” (2001:198).

Deste modo, o museu do século XXI vê-se diante de um dilema: priorizar a popularização de seu acervo, a qualquer custo, transformando o museu num showroom ou num shopping center (LEVIN *in* GROSSMANN, 2001: 193), ou preservar o carácter “culto” da produção e da própria origem do museu, em prejuízo de sua popularidade?

2.2). Breve resenha histórica do museu em Portugal

A história dos museus em Portugal acompanha a evolução da própria sociedade e cultura portuguesa. Deste modo, tem sido possível documentar a existência de colecções, desde a fundação da nacionalidade até aos nossos dias.

Na época da pré-museologia, na época dos gabinetes de curiosidade, tesouros e galerias de príncipes, nobres e burgueses particulares constituíram-se várias colecções que se mantiveram até ao século XVIII, acessíveis a uma pequena elite, constituída por eruditos, científicos e viajantes. Os coleccionadores do Renascimento interessavam-se sobretudo pela recolha de espécimes arqueológicos, epigráficos, numismáticos, artísticos, naturais e científicos. São exemplos, os coleccionadores portugueses: o 1º Duque de Bragança, o D. Afonso, o D. Pedro de Avis, o D. Diogo de Sousa, o André de Resende e o Damião de Góis. Já no século XVII, Gaspar Estação e D. Rodrigo da Cunha reuniram colecções de moedas, enquanto que Severim de Faria, na mesma época, para além de um tesouro de moedas romanas e portuguesas “conservou grande número de

vasos e outras relíquias da grandeza Romana de que formou um Museu digno de um Príncipe” (NABAIS: 1993, 72). Destaca-se igualmente D. Luís de Menezes que iniciou no Palácio da Anunciada, em Lisboa, um Gabinete de curiosidades naturais, bem como uma biblioteca que chegou a possuir mais de quinze mil volumes, instrumentos matemáticos e colecções de antiguidades e de numismática.

No reinado de D. João V, a museologia portuguesa caracterizou-se pela tentativa de ajuste com a Europa, nomeadamente, no que respeita aos museus de ciência e de história natural. O monarca instituiu, em 1720, a Academia Real de História Portuguesa e, no ano seguinte, através do *Alvará de 20 de Agosto sobre a Conservação de Monumentos Antigos*, atribuiu aos académicos e aos sócios correspondentes a missão de salvaguardar o património edificado e os bens culturais móveis.

“ [...] examinar os monumentos antigos que havia que se podiam descobrir no reino dos tempos em que nele dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábidos [...] achava-se que muitos edifícios, estatuas, mármores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos, por incúria e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meio mais próprio e adequado para verificar muitas noticias da venerável antiguidade assim Sarada como Politica [...]” (Alvará de 20 de Agosto *in* NABAIS, 1993: 72-73).

Desta acção resultou a recolha de inúmeros objectos arqueológicos, descobertos em escavações fortuitas em distintas partes do país. Com estes objectos organizou-se, no edifício do Paço dos Duques de Bragança, o que José Leite de Vasconcelos designou de “primeiro museu nacional de arqueologia”. Além destes bens culturais e de acordo como o coleccionismo barroco, os interesses também se dirigiram para as obras de arte em geral e para os espécímenes da natureza.

As colecções públicas portuguesas começam a organizarem-se no final do século XVIII e, mais tarde, no século XIX, multiplicam-se. Nos finais da centúria de setecentos, instala-se a consciência de que a designação “Museu” deveria ser reservado a iniciativas que envolvessem dimensões que ultrapassassem a realidade do vulgar coleccionismo privado de amadores e eruditos. Desde então, o “Museu” aparelha um espaço de exibição fisicamente vasto, dotado de um quadro de profissionais, que assume obrigações permanentes para com o público e, por sua vez, a designação “gabinete” passa apenas a reflectir a realidade de um coleccionismo de particulares que não cumpre, genericamente, o triplo alcance *público, permanente e profissional* das colecções (BRIGOLA, 2003: 34-35).

Relativamente à história da museologia arqueológica, Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, bispo de Beja e arcebispo de Évora, desempenhou um papel notável ao recolher e organizar variadíssimos materiais arqueológicos. A ele se deve a instalação do primeiro museu em Portugal, o museu Cenáculo Pacense, aberto em Beja em 1791. Este procede às primeiras escavações arqueológicas em Tróia. Para este, o estudo das ruínas através das colecções era necessário para a intervenção e datação, assim como a observação dos lugares. Cenáculo destaca-se positivamente dos outros historiadores

pelo manifesto cuidado posto na informação (levantam-se plantas, desenham-se artefactos, desenham-se e transcrevem-se epígrafias e os seus suportes). Além da Antiguidade Clássica, Cenáculo prestou atenção aos vestígios proto-históricos (MATOS, 2002: p.44-45).

Na segunda metade do século XIX, a museologia portuguesa conheceu experiências que marcaram uma fase importante da sua história. A sociedade liberal quebra com a acentuada macrocefalia das épocas anteriores, e evidencia uma nova concepção de museu enquanto centro de estudo, de inventário e catalogação de colecções. Nesta altura os museus em Portugal afirmaram-se como espaços públicos e pedagógicos, cuja oferta museológica só não foi mais generosa devido à instabilidade política e cultural que o país atravessava no final do antigo regime. Só na museologia arqueológica e até 1893, data da criação do Museu Nacional de Arqueologia de José Leite de Vasconcelos, foram constituídos vários museus e colecções, de entre os quais: Paço da Ajuda (numismática e arqueologia), Academia das Ciências (arqueologia, numismática e antiguidades), Comissão Geológica (pré-história e antropologia), Museu Arqueológico da Associação dos Arqueólogos Portugueses ou Museu do Carmo (arqueologia pré-romana, romana, portuguesa e numismática), Casa das Moedas (numismática), Museu da Universidade de Coimbra (numismática), Museu do Instituto de Coimbra (arqueologia), Museu do Bispo (arqueologia), Museu Municipal do Português, Museu da Sociedade de Martins de Sarmiento de Guimarães, Museu Arqueológico ou Municipal de Santarém, Museu do Cenáculo em Évora, Museu Municipal de Elvas, Museu Arqueológico Municipal de Beja e Museu Municipal da Figueira da Foz. (NABAIS, 2003: 73).

Outras importantes iniciativas museológicas de cariz artístico, histórico, arqueológico, etnográfico e científico, cuja influência se prolongou até aos nossos dias, ficaram a dever-se, entre outros, a Martins Sarmento, a António Augusto Gonçalves, a Francisco Tavares Proença Júnior, à instituição militar com o Museu de Artilharia, aos Serviços Geológicos, à Sociedades de Geografia de Lisboa, e, sobretudo, à acção teórica e pedagógica de José Leite de Vasconcelos.

Já no início do século XX, Portugal estava longe de poder acompanhar o dinamismo cultural vivido na maior parte da Europa. No entanto, a instauração da República em 1910 fortaleceu a vontade política de dar corpo e coerência a uma rede de museus nacionais e regionais, de acordo com uma visão pedagógica, patrimonial e artística que se queria essencialmente divulgadora e descentralizadora. Em Maio de 1911 é criado o primeiro decreto sobre legislação relativa à institucionalização de três “circunscrições artísticas” – Lisboa, Porto e Coimbra – que eram dirigidas por Conselhos de Arte e Arqueologia com responsabilidade da guarda dos monumentos e a direcção dos respectivos museus. O escasso número de museus em Lisboa faz com que se divida o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia em dois museus, o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea que acolheria as colecções posteriores a 1850. Além destes a capital contemplava ainda o Museu Etnológico Português e o Museu Nacional dos Coches. No Porto determinava-se a criação do Museu Nacional de Soares de Reis e em Coimbra era fundada o Museu de Machado de Castro. Para além da reestruturação e da criação de novos museus o decreto n.º1 de 26 de Maio de 1911 assinalava ainda a importância da criação dos museus regionais. Entre 1912 e 1924 inauguram-se treze museus regionais - Bragança, Chaves,

Vila Real, Braga, Aveiro, Lamego, Viseu, Leiria, Abrantes, Tomar, Évora, Beja e Faro – com colecções ligadas as artes, a arqueologia, a história e numismática.

Mais tarde com o regime do Estado Novo - dos anos 30 a meados dos anos 70 (1974) - as novas ideologias vão ter impacto sobre a museologia nacional, nomeadamente o do restauro imperativo do património edificado e o das comemorações nacionais. Em 1932, o decreto n.º 20985 extingue os concelhos de Arte e Arqueologia, ficando as suas funções sobre a alçada do Conselho Superior de Belas Artes na dependência do Ministério da Instrução Pública. Esta medida fortemente centralizadora era acompanhada por uma classificação de museus, segundo três categorias: *museus nacionais* (todos em Lisboa: Arte Antiga, Arte Contemporânea e Coches), *museus regionais* (Machado de Castro em Coimbra, Grão Vasco em Viseu, Aveiro, Braga, Bragança, Lamego), e *museus municipais* (tesouros de arte sacra e outras mais colecções de valor arqueológico, histórico e artístico).

Até ao final da década de 50, surgem iniciativas como a instalação no Porto do Museu Nacional Soares dos Reis (1940) – cujo acervo resulta da colecção do Museu Portuense e de um depósito da Câmara Municipal do Porto –, é lançado um plano de museus regionais etnográficos, e ocorrem actividades museológicas associadas às Comemoração Centenárias (1940), de que é exemplo o Museu de Arte Popular (1948). Inédito na história dos museus em Portugal é a inauguração nas Caldas da Rainha, do Museu José Malhoa (1948), por ter sido a primeira instituição museológica com edifício construído de raiz.

A museologia portuguesa vai na década de 60 sofrer mutações que vão proporcionar novas visões patrimoniais e museológicas quer em termos legislativos (Decreto 467/58)⁶, quer associativos (criação da Associação Portuguesa de Museologia), quer mesmo de novas propostas museais, de que é exemplo o aparecimento da Fundação Calouste Gulbenkian e do Museu Calouste Gulbenkian (1969). Dotada de meios absolutamente inéditos para a escala nacional esta instituição vai marcar a diferença pela sua capacidade económica, pela diversidade das suas iniciativas e pelas suas opções modernistas e independentes.

“ (...) Tanto no delineamento das suas diversas componentes (espaços expositivos, acolhimento, reservas, laboratórios, oficinas e serviços) e respectiva articulação funcional como nas soluções museográficas adoptadas e respectivo percurso, ele beneficiava dos notáveis progressos da museologia internacional entretanto ocorridos que, em geral, proclamavam o Museu como lugar de cultura visual, de forte marcação estética, onde os vários conjuntos de peças, mas também cada uma delas, deveria ser capaz de entrar em diálogo silencioso com o visitante”
(SILVA, 2001 *in* BARBOSA, 2006: 25)

⁶ Publicado em 18 de Dezembro de 1965, este Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, vai trazer novas responsabilidades e exigências. Desde logo, é elaborado uma lista de museus dependentes do Ministério da Educação Nacional para o qual foi sistematizado o âmbito das colecções dos respectivos museus, os seus objectivos, o seu papel educativo e social. Foi também esta legislação que implementou o curso de conservador de museu e definiu as competências e sistema de recrutamento de conservadores.

Com o regime democrático fundado em 1974, surge um renovado interesse pelo património natural e cultural, que, por um lado, promoveu a protecção e musealização de numerosos sectores da paisagem portuguesa e, por outro, culminou numa verdadeira explosão museal. Deste movimento resultou a “municipalização” do universo museológico uma vez que as administrações regionais e locais começam a tutelar uma fracção significativa de museus em Portugal. As novas tipologias – nascidas a partir de experiências museológicas claramente inspiradas das linhas doutrinárias da chamada Nova Museologia e marcadas por um conceito mais abrangente de património, associado aos conceitos de cultura material, comunidade, território e identidade –, caracterizam as décadas de oitenta e de noventa. (BRIGOLA, TEIXEIRA, NABAIS & PERREIRA, 2003: 37-38)

Durante toda a década de noventa vai-se assistir a uma consolidação das funções museológicas, quer através da reestruturação das exposições permanentes, inauguração de exposições temporárias e itinerantes, organização de serviços educativos, promoção e divulgação de actividades, estudo e inventários das colecções, e promoção de catálogos.

Os fundos Estruturais da Comunidade Europeia transformaram-se numa lufada de ar fresco pois permitiram finalmente viabilizar todo um conjunto de intervenções, há muito necessárias e desejadas pelos museus. Estes trabalhos realizados ao longo das duas décadas proporcionaram uma franca melhoria nas condições de trabalho, na conservação e restauro das colecções, na adaptação dos espaços expositivos e no atendimento ao público.

Capítulo 3

Os públicos da arqueologia: da investigação à educação do património

3.1). O património arqueológico: entre a investigação e a musealização

Os museus são lugares privilegiados que guardam fragmentos da nossa memória colectiva para transmitir à sociedade. Porém o que desconhece o público é o “mundo invisível”, invisível no sentido em que este não tem normalmente acesso (FERNANDES, 2003: 24). De facto, são-lhe desconhecidos os “bastidores” de uma realidade complexa que tem por função identificar, estudar e preservar o património.

No caso dos bens culturais de cariz arqueológico esta verdade é ainda mais patente uma vez que a diversidade do nosso passado só é desvendada depois de uma rigorosa investigação científica, materializada de forma sugestiva durante a escavação arqueológica e, mais tarde, nos laboratórios.

Enquanto actividade e área de pesquisa específica, a arqueologia tem como principal objectivo tornar o passado mais inteligível. Para conseguir esta reconstituição do passado, a arqueologia baseia-se na associação de dados, ou seja, na observação directa ou indirecta, e na sua interpretação em função das estruturas ambientais, humanas e não humanas, ou seja, antropológicas ou não antropológicas.

“Uno de los más importantes (principios) es el de la desmitificación del objeto arqueológico como elemento centralizador y casi exclusivo de la investigación arqueológica, y su conversión en una parte del conjunto de datos e informaciones de todo tipo (estratigráficos, paleoambientales, funcionales, etc.) que deben ser estudiados en sus interrelaciones temporales y espaciales. De aquí la importancia del contexto espacial en el que son recogidos los datos y que el protagonismo haya pasado del objeto al yacimiento arqueológico, concebido no ya en el sentido tradicional de cantera de extracción de objetos, sino del lugar geográfico, del espacio físico, donde una comunidad humana desarrolló sus actividades y estableció sus relaciones internas, entre sus miembros, y externas, con otras comunidades y con el medio ecológico circundante” (MONTILLA *in* QUEROL; DÍAZ, 1996: 33).

Segundo Maria Ángeles Querol e Belén Martínez Díaz (1996: 34-36), a definição moderna de Arqueologia pode ser resumida em três palavras-chaves: ciência, cultura e passado.

Ciência porque ela traduz-se pelo conhecimento certo das coisas, pelos seus princípios e pelas suas causas. Embora não seja aqui intuito de discutir se a arqueologia é ou não uma disciplina científica o facto é que esta área disciplinar põe em prática métodos para elucidar um pressuposto teórico estabelecido. Esta realiza, através da análise de um conjunto de dados de várias naturezas, uma investigação que lhe permite formular determinadas hipóteses que podem ser contratáveis de acordo com o propósito teórico.

Cultura porque é objectivo da arqueologia desmistificar, através da cultura material, o passado dos nossos antepassados. Isto, segundo as perceptivas clássicas marxistas que admite que a partir da análise dos restos materiais é possível aceder ao conhecimento das culturas. Se, pelo contrário, assumimos uma concepção sistémica da cultura, não temos outra solução de que aceitar nunca alcançar à integralidade dos conhecimentos referentes às sociedades do passado, porque não são somente os elementos tecnológicos, ideológicos, sociológicos ou ambientais que permitem a compreensão das relações existentes entre os indivíduos ou as modificações de alguns subsistemas que se foram alternando, e em que medida.

Passado porque, no contexto actual, a arqueologia estuda os dados referentes desde o princípio da humanidade até “ontem”.

“(…) el campo de trabajo de la Arqueología no se limite a la Antigüedad como un marco cronológico consensuado (...) ni a los objetos de valor “artístico”, sino que implique a todo el comportamiento humano desde su orígenes (y por tanto desde la

aparición del hombre) hasta la actualidad. Además, sus fuentes no solo son las evidencias antropogénicas (artefactos, actividades relacionadas con la obtención de alimentos o el acondicionamiento del espacio), sino también una amplia información “contextual” de tipo climático, ecológico y geográfico que actúa como marco interpretativo de la cultura y ayuda a entender las respuestas adaptativas del hombre ante su medio ambiente.” (MOURE *in* QUEROL & DÍAZ, 1996: 36)

Deste modo, a arqueologia é o campo disciplinar que investiga as *culturas* do *passado*. Como qualquer investigação, os trabalhos arqueológicos iniciam-se pela escolha e pela enunciação clara e explícita de um pressuposto teórico estabelecido. Todavia, e como é evidente, durante a elaboração da hipótese o planeamento poderá ou não ser alterado, consoante o desenvolvimento dos trabalhos.

A concretização da investigação arqueológica prossegue com uma fase de levantamento e registo de dados, normalmente materializada por trabalhos de campos (prospecções, sondagens, escavações arqueológicas, etc.). Todos os dados recolhidos são posteriormente tratados em laboratório, parte mais experimental que conclui o ciclo da confirmação ou do re-planeamento das hipóteses enunciadas inicialmente.

Parte imprescindível de todo este processo é a comunicação ao público das conclusões obtidas. De facto, todo este trabalho não faria sentido “ (...) se não conseguimos que este grão de areia passasse a formar parte da praia dos nossos interesses: a história da humanidade” (1996: 35). A divulgação do património

arqueológico passa, normalmente, pela publicação dos resultados dos trabalhos, seja em monografias ou em revistas especializadas destinadas a um público muito específico. A promoção deste património procura abranger cada vez mais públicos através dos novos canais de comunicação. Os museus são instituições nos quais os objectos não valem por si só, mas pelos contextos que documentam e pelos saberes que originam. A arqueologia é assim uma ciência que estuda os contextos em detrimento dos objectos – “o arqueólogo não escava coisas, mas povos” (WHEELER *in* RAPOSO, 1997: 83)

Um problema de ordem museológica é o de como expor materiais arqueológicos nos museus? De facto, reunir colecções de objectos não chega é necessário reflectir sobre a melhor forma de os “fazer falar” (RAPOSO, 1997: 76).

Condição fundamental para expor tais materiais, é possuir um conhecimento profundo dos objectos de estudo a musealizar, mas também, das ciências referentes – neste caso da ciência arqueológica –, da construção do conhecimento e das técnicas de comunicação, para poder responder aos diferentes problemas que se vão levantar. Isto significa que existe uma relação determinante entre o conhecimento do objecto e a musealização. Não se pode musealizar o que se desconhece. Contextualizar e virtualizar o compreensível de um determinado objecto de estudo exige o conhecimento científico da dita peça para otimizar todas as suas potenciais no processo de musealização.

“Tudo – a história, a razão e o simples bom senso – nos impele a afirmar, como já fizemos noutra ocasião, que “a principal plataforma de avaliação de todo o Museu de Arqueologia estará na sua autenticidade disciplinar” (RAPOSO, 1997: 77)

Neste sentido não pode haver museografia¹ sem relação e dependência relativamente à disciplina referente. Este planeamento consiste em conhecer a função própria das didácticas específicas, que não pode conceber-se à margem das disciplinas referentes e quando se reduzem a uma simples base de pedagogia geral se convertem em considerações axiológicas.

Assim a museologia seria a inteligência em mostrar e desenhar objectos, em organizar e desenhar imagens virtuais para mostrar e fazer compreender um determinado fenómeno objecto de estudo.

O museólogo actua como comunicador entre um objecto de estudo e um horizonte destinatário (determinados colectivos humanos) com o fim de fazê-lo perceptível, cognitivo e compreensível.

“Com quanto se procure dar aos objectos certa disposição artística, e haja de se atender a diversas condições materiais de instalação, o que principalmente se deve buscar no Museu é o método científico da classificação e do arrumo, de modo que os objectos falem, por assim dizer, mais à inteligência do visitante do que aos olhos. Não se estranhe por isso se, ao lado de um belo instrumento de sílex, de osso ou marfim, se vir um caco, ou se ao pé de uma estatua de mármore estiver uma inscrição partida: é que às vezes, por um só caco, pela natureza da sua pasta, pela sua superfície alisada ou tosca, pelo seu bordo, pela sua

¹ Entende por museografia as técnicas que permitem a optimização da comunicação e encarregua-se de formar técnicos neste campo do conhecimento.

ornamentação, pode também resolver-se um problema importante, a exacta situação de um *oppidum*, a decifração de um texto literário obscuro, a restituição de uma palavra ou até de um língua antiga” (História de Museu Etnológico Português *in* RAPOSO, 1997: 79)

O objectivo da museografia (e museologia em geral), na sua vertente investigadora, é analisar as técnicas de didáctica-divulgação-comunicação e os processos de compreensão do conhecimento com respeito aos objectos de estudo a musealizar e em relação com os saberes que as disciplinas científicas acrescentam ao seu conhecimento.

É claro que as actividades, as necessidades de um museólogo, no que diz respeito ao objecto de estudo, não são as mesmas do que a de um investigador disciplinar. Por outro lado, o investigador utilizará uma linguagem específica destinada ao horizonte do seu destinatário (a própria comunidade científica) e um museólogo deverá construir uma linguagem compreensível para horizontes de destinatários amplos.

Quanto melhor conhecermos os objectos de estudo a musealizar e as ciências referentes, tanto maior será a resposta aos diversos problemas que se levantam. Isto significa que existe uma estreita relação entre o conhecimento do objecto e a musealização, uma vez que não se pode musealizar aquilo que se ignora. De facto, contextualizar o compreensível de um determinado objecto de estudo exige o conhecimento científico do mesmo para otimizar todas os seus potenciais no processo de musealização.

Neste sentido não pode existir museografia sem relação à disciplina referente. Este planeamento consiste em compreender qual a função própria das didácticas específicas que não pode ser concebida à margem das disciplinas referentes, e quando se reduzem a uma simples base de pedagogia geral convertem-se em considerações axiológicas.

O papel do museólogo é o de actuar como um comunicador entre um objecto de estudo e um horizonte destinatário (o visitante) com o intuito de o tornar perceptível, cognitivo e compreensível.

3.2). Serviços educativos e acção didáctica

O surgimento, depois da Segunda Guerra Mundial, da UNESCO e, conseqüentemente, do seu órgão consultivo para os assuntos do Património, o ICOM, tiveram um papel fundamental nas mais diversas temáticas relacionadas com os museus e os seus profissionais. Dentro das temáticas, primeiro sob a orientação de Georges-Henri Rivière e, mais tarde com o envolvimento activo de Hugues de Varine-Boham, começou-se a promover uma visão mais social e abrangente da cultura, através da sua crescente preocupação com a integração das culturas dos povos não ocidentais, e também com o papel educativo que deveriam desempenhar os museus.

Neste sentido, foram promovidas intensas actividades de ligação entre as instituições museológicas e o sistema educativo, agendando-se diversas acções, nomeadamente, ateliers, estágios e publicações. Estas iniciativas culminariam em Setembro de 1958 com a organização, pela UNESCO, no Rio de Janeiro do “Atelier de Estudos Internacional sobre o papel educativo dos museus”. Neste encontro foram salientados e fortalecidos alguns dos mais importantes aspectos que garantiriam o

envolvimento futuro dos museus no campo da educação. Foi criada a figura dos serviços educativos e definida como prioritária a função educativa dos museus.

Deste modo, as instituições museológicas orientaram-se progressivamente para a sociedade, porém sem nunca abandonar as suas anteriores funções. Estes espaços culturais passaram de simples depósitos de objectos para entidades activas dirigidas por profissionais cujo trabalho consiste em interrelacionar os bens culturais com o mundo exterior para benefício da comunidade em geral.

“Au début du XX^e siècle, quelques directeurs de musée avaient compris qu’en ouvrant ses portes au public le musée assumait des responsabilités éducatives. Ils cherchaient déjà des moyens de faciliter la démarche des visiteurs. C’est ainsi que des musées organisèrent des conférences publiques et des visites destinées aux groupes scolaires” (ALLARD & BOUCHER, 1998: 22).

No entanto, para que esta “consciência educativa” se transformasse numa realidade era imprescindível a implementação de alguns meios, ou seja, infra-estruturas e profissionais qualificados que projectassem e desenvolvessem a oferta educativa destas instituições culturais.

Reunidos estes elementos, nascem os “serviços ou departamentos educativos” que se convertem numa condição indispensável para que a instituição museológica se torne num centro vivo, dinâmico e totalmente integrado na sociedade actual. Cabe aos serviços educativos a função de “descodificar, explicar e tornar compreensível aos visitantes as mensagens que o museu pretende transmitir” (FERNANDES, 2003: 25).

Deste modo, compete então aos serviços educativos dialogar com o público através de uma linguagem adaptada aos seus diversos visitantes.

Apesar do grande arranque dos museus, enquanto instituição social, se ter verificado na década de 1960, em alguns países pioneiros a preocupação pedagógica e a acção cultural produziu-se bastante antes. Exemplo é o Museu Real de Arte e de História de Bruxelas (Bélgica) que em 1922 já possuía um serviço educativo com profissionais próprios. Outro país precursor foi a Grã-bretanha, cuja figura do *museum education officer* era comum e reconhecida bem antes da década de 60. De facto, no período de entre guerras o número de museus britânicos que possui departamentos de educação era já de quinze. De entre estes, destaca-se o Museu de Leicester que em 1931 contratou Ruth Weston como educadora de museu a tempo inteiro. Poder-se-á considerá-la como a primeira profissional desta área uma vez que até esta data os departamentos de educação funcionavam apenas com voluntários.

Deste modo, foi a partir da década de 1960 que os museus começaram a mostrar uma verdadeira preocupação com a institucionalização da função educativa. Uma afluência pedagógica que se deveu, entre outras, a um súbito aumento económico, a um crescimento demográfico, a uma intensificação dos processos de escolarização maciça da população, mas também, e sobretudo, a um aumento das necessidades e expectativas educativas da população.

“Depuis les années soixante, le musée manifeste une véritable ouverture à l'éducation. Le mouvement apparaît plus particulièrement aux Etats-Unis. Il serait tributaire de la

«décennie de l'éducation» (1957-1967), période où le gouvernement américain investit des sommes importantes dans l'éducation” (ALLARD & BOUCHER, 1998: 23).

Nesta mesma época, Molly Harrison (1968) destaca-se enquanto pioneira da conceitualização educativa do museu ao considerar que a instituição museológica devia considerar como prioritário a tarefa de “traduzir o significado das exposições e procurar a maneira de transmitir os seus valores ao público” (HARRISON *in* HOMS, 2004: 34). Uma exposição, seja ela permanente ou temporária, é sempre o resultado de uma escolha e de uma mensagem com a qual se pretende «educar» o visitante, independentemente da sua idade ou capacidade intelectual (FERNANDES, 2003: 25).

Neste contexto surgem uma série de novas teorias e concepções que conjuntura em muitos aspectos fundamentais para uma mudança radical na maneira de entender e de valorizar o direito educativo. Neste sentido, Philip H. Coombs, R.C. Prosser e M. Ahmed desenvolvem em 1973 um novo princípio pedagógico, o da existência no universo educativo de três sectores de educação diferenciado porém complementares: a *educação formal* – educação integrada no sistema educativo legalmente estabelecido em cada país; a *educação informal* – educação como processo de aprendizagem contínua ao longo da vida de um indivíduo; e a *educação não formal* – “toda a actividade educativa organizada, sistemática, impartida fora do marco do sistema formal, para sub ministrar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos concretos da população, tanto adultos como crianças” (COOMBS *in* SAGUES, 1999: 68) – em que os museus são os elementos chaves desta projecção educativa.

Ciente da importância do museu como centro de educação patrimonial, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) consagra em 1971 a sua nona conferência geral ao papel educativo e cultural do museu. Aquando da sua abertura oficial, o seu Presidente declara:

“ (...) nous sommes devenus de plus en plus conscients de la tâche éducative et culturelle des musées. Nous reconnaissons qu’il suffit plus de simplement exposer des collections quelles qu’elles soient, mais qu’il faut aider leur message à pénétrer en profondeur. Que notre public soit la masse ou l’individu, le jeune ou l’adulte, il doit pouvoir comprendre et sentir ce qu’il voit »
(ICOM, 1972)

No decorrer da década de 1970, pretende-se que os espaços museológicos não se limitem somente em transmitir uma informação compreensível – seja ela, de carácter científico, arqueológico, artístico, ...-, ao grande público como era solicitado por Harrison, mas que procure, principalmente, fomentar a participação e estimular as capacidades criativas dos visitantes, mediante os seus conhecimentos. Para a concretização destes propósitos, começam-se a organizar e a definir os objectivos dos serviços educativos. Exemplo é o relatório redigido pelo Departamento de Educação e Ciência (1973) sobre os estatutos dos serviços educativos dos museus provinciais britânicos. Este apontava as seguintes funções aos departamentos pedagógicos (Department of Education and Science *in* HOMS, 2004:34):

- “Responsabilizar os serviços de empréstimo de materiais;

- Organização e/ou participação em conferências;
- Organização das visitas de grupo de todos os níveis;
- Contacto com as instituições educativas que utilizam o museu;
- Oferecer ajuda individual aos estudantes;
- Apoiar a direcção do museu no que diz respeito ao âmbito e extensão da informação que se deverá oferecer ao público;
- Apoiar tanto nas ajudas e nos recursos possíveis a utilizar no campo da tecnologia educativa”.

O mesmo relatório considera ainda preferível que, para uma melhor actuação, os serviços educativos sejam integrados dentro da própria estrutura interna do museu em vez de pertencer a uma entidade externa.

Desde 1980, a institucionalização educativa experimenta um forte avanço, tanto no plano teórico como na prática, assumindo novas competências muito mais ambiciosas e respondendo a uma maior necessidade. De facto, toma-se realmente consciência que o museu enquanto instituição só faz sentido social e culturalmente se pensar no seu destinatário, isto é, no seu público. Fernández (*in* BARBOSA, 2006: 31) defende que há uma série de condições que são essenciais para que a função pedagógica do museu se concretize: o respeito absoluto pelo modo e pela forma cultural de qualquer comunidade; a sensibilização prévia do público a quem é dirigida a experiência do museu; e, possibilitar que seja o público – mais que os técnicos e os especialistas – quem decide a forma de como o museu pode estar presente na comunidade.

Maria Inmaculada P. Homs (2004, 36) aponta que a educação patrimonial no museu passa necessariamente pela contínua formação dos profissionais dos serviços educativos e pela colaboração interna da própria instituição museológica, numa linha de trabalho interdisciplinar e multiprofissional. A mesma, refere ainda que a programação das actividades didácticas deve sempre avançar no sentido de fornecer um serviço, o mais personalizado possível, elaborando sempre uma diversidade de programas e adaptando os existentes às necessidades e expectativas dos distintos grupos de visitantes, algo que exige uma selecção suficientemente ampla de actividades e temas para responder adequadamente ao público. Por último, os departamentos educativos devem obrigatoriamente colaborar com outras instituições educativas e sociais, de entre estas: as escolas.

Apesar de existir uma abertura às escolas, as crianças eram consideradas até há muito pouco tempo como um público incómodo. Os profissionais dos museus consideravam-nos como um público intrometido e ruidoso que impediam a deleitação estética que necessitava de silêncio e concentração. Ainda que as crianças representassem um transtorno, os museus só respondiam à demanda do público jovem por questões de ordem deontológica uma vez que as crianças constituem a sociedade de amanhã e, em particular, o futuro público dos museus. Por outro lado, as crianças constituíam um público numeroso, permanente e previsível que economicamente representavam uma mais valia para os museus. (MERLEAU-PONTY, 2000: 10-11)

Com o tempo, as relações entre o museu e a escola têm vindo a melhorar. A experiência museológica já não é entendida como uma simples saída extra-curricular de

fim de ano mas sim como um importante recurso auxiliar utilizado no processo educativo das gerações futuras.

“Pour plusieurs commissions scolaires, il importe que la sortie éducative s’intègre aux curricula scolaires. A titre d’exemple, à la Commission scolaire Jérôme-Le Royer, on affirmé que « la visite éducative doit être en symbiose avec l’enseignement » et on ne peut « parler de visite éducative en milieu scolaire sans introduire la didactique qui l’accompagne ». ” (ALLARD & BOUCHER, 1998: 25).

Esta experiência cultural é essencial na educação das crianças e como tal devem ser criadas ligações entre estas duas grandes instituições. Estas ligações não podem resumir-se ao envio de cartas de apresentação do museu dirigidas à escola, ou com quem contactar para marcar uma determinada visita, etc. De facto, há uma série de aspectos que o museu deve ter em atenção entre os quais os conteúdos das visitas, os temas que poderão ser abordados, se existem espaços preparados para serem percorridos pelas crianças, se há ou não oferta de oficinas e actividades no espaço museológico, ou seja, tem que explorar os modos de comunicação com o visitante (BARBOSA, 2006: 32). Ao museu compete ainda programar e elaborar actividades educativas de modo a transmitir conhecimentos aos alunos que participem na visita.

Estas actividades de cooperação com a escola devem ser consideradas como um jogo atractivo porém com regras bem definidas. De facto, as instituições museológicas procurem através da promoção de actividades didácticas – projectadas em função da

interacção entre o conteúdo dos programas escolares e a herança cultural presente no museu –, oferecer programas educativos de qualidade. As acções didácticas propõem educar os visitantes mais jovens de forma lúdica através de uma série de aspectos que facilita o seu desenvolvimento, desde a imaginação e criatividade ao fomento do crescimento cognitivo, estético e cultural. Deste modo, as crianças são levadas a experimentar, observar, jogar, inventar e assimilar informações com intuito de actualizar ou reformular conhecimentos anteriormente adquiridos. As crianças acabam por consolidar os seus conhecimentos de uma forma não formal.

“Toute démarche éducative est à la fois intention et action. Elle doit, être vraiment opérante, réunir les composantes d’une situation donnée et les examiner en vue de dégager le modèle théorique de synopsis à l’action (...) le modèle didactique, parce qu’il définit des intentions et suggère des moyens à prendre en vue d’un résultat anticipé, peut s’avérer d’une grande utilité et même devenir, pour les éducateurs de musée, un des outils pédagogiques souhaités.» (LAMARCHE *in* ALLARD & BOUCHER, 1998: 28-29)

Todas estas acções pedagógicas fazem parte de uma política museológica interna. A política educativa deve necessariamente ser exclusiva de uma instituição específica devendo, todavia, reflectir a política educativa do museu no seu todo. De facto, cada museu deve realizar a sua própria programação educativa segundo elementos fundamentais inerentes a cada instituição, tais como: as características e potencialidades do próprio museu; e as características, necessidades e expectativas do público-alvo.

Está aqui bem patente que as instituições museológicas – espaços depositários e gestores do património da humanidade – são “instituições educativas” de extraordinário valor que tem vindo a privilegiar a aprendizagem não formal. Ao assumir esta função, “contribui na aprendizagem através do desenvolvimento de competências ao nível da interpretação e do pensamento crítico, cumprindo, assim desta forma, uma enriquecida missão educativa capaz de promover o desenvolvimento pessoal e a construção da identidade individual e colectiva, desta forma, o valor educativo do museu foi redimensionado de forma a responder a um conceito muito mais alargado de formação cultural” (BARBOSA, 2006: 34).

Com esta ampliação da sua função educativa, o museu verifica um aumento e uma diversificação do seu público-alvo. Assim, a par das actividades para o público escolar, surgem planos de acção educativa para famílias, para grupos culturalmente minoritários, para a terceira idade, para indivíduos com necessidades educativas especiais.

Capítulo 4

Estudo de Caso: a experiência do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão

4.1). Da criação da A.C.D.R. de Freixo de Numão à criação do Núcleo de Pré-história

Freixo de Numão poderia aparentar-se como um local igual a tantos outros do interior nortenho do país – “ [...] pequeno, relativamente despovoado, de feição rústica; porém nele transborda o orgulho dos residentes que o preservaram do cruel destino que assola os territórios rurais [...]” (ARAÚJO, 2005: 114). Com efeito, muito antes da revelação rupestre, um grupo de jovens entusiastas iniciaram em Maio de 1980 uma experiência associativa – denominada Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (A.C.D.R.) de Freixo de Numão – que centrada na defesa, valorização e promoção do património cultural e natural dinamiza a freguesia.

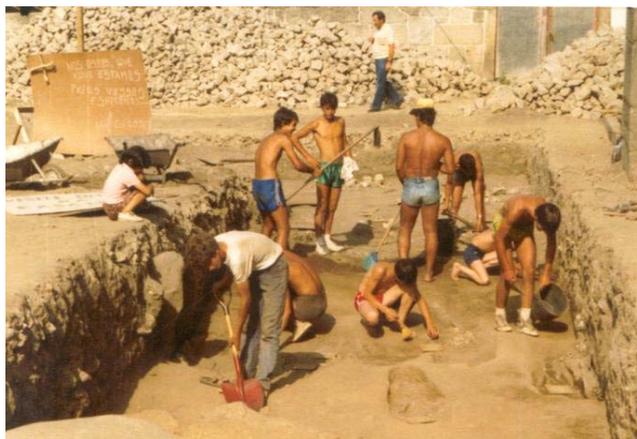
Hoje, com vinte e sete anos de intensa vivência, a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão evidência uma ampla tradição cultural e associativa que contabiliza várias acções alternativas:

Construiu um Estádio, um Centro de Juventude, um Polidesportivo, uma área de auto caravanas. Adquire terrenos de valor arqueológico. Recupera cerca de 100 fachadas de habitações no centro histórico da Vila. Mantém uma actividade desportiva permanente, actividades sazonais de preservação de tradições (...) e ainda mantém um mensário regionalista. No ano de 1996 abre ao público um Circuito Turístico – Arqueológico, Posto de Turismo e o Museu da Casa Grande (de Arqueologia e Etnografia). Também a partir desse ano, dá-se o apoio a grupos escolares que visitam o Vale do Côa, complementando com visitas a Freixo de Numão, alimentação e alojamentos¹.



¹ Cfr. www.acdr-freixo.pt.

Este desafio não impulsionou apenas um excepcional e importante movimento associativista juvenil como também, construiu uma sistemática investigação científica, nomeadamente, na área da arqueologia com a realização de diversas campanhas de escavações. Encarada pelo Estado como parente pobre no domínio do Património, a arqueologia beneficia do interesse crescente da sociedade, e particularmente das suas camadas mais jovens (OOSTERBEEK, 1997: 46). Neste sentido, a A.C.D.R de Freixo de Numão começou os seus trabalhos arqueológicos captando os jovens da freguesia que por carolice se empenhavam neste mundo até então desconhecido. No entanto, este projecto de investigação só teve continuidade graças aos



apoios concedidos pelo então IPPAR e depois IPA, pela autarquia de Vila Nova de Foz Côa e Junta de Freguesia de Freixo de Numão, e pelo Instituto Português da Juventude através dos seus programas de Ocupação de Tempos Livres (OTL) e dos seus Campos de Trabalho Nacionais e, mais recentemente, Internacionais.

Tal como em todas as associações que desempenham actividades arqueológicas, a A.C.D.R. de Freixo de Numão possui na sua equipa um arqueólogo – amante da sua área disciplinar, mas sobretudo da sua terra, que desde o princípio da história da instituição vai dedicar toda a sua alma à esta causa. Este arqueólogo, de seu nome António do Nascimento

Sá Coixão², presidente/fundador da A.C.D.R. de Freixo de Numão há mais de 27 anos, foi e continua a ser incontestavelmente o grande impulsionador da investigação arqueológica e patrimonial do aro de Freixo de Numão.

Os trabalhos arqueológicos tiveram início em 1980 com a descoberta no sítio do PRAZO³ de um vastíssimo substrato de antanho que congrega vastos espécimes de uma abundante cultura material. Este sítio foi apenas o arranque da investigação



arqueológica em Freixo de Numão que teve continuidade com as escavações: no ZIMBRO I, no ZIMBRO II⁴, no RUMANSIL I⁵, no RUMANSIL II, na COLODREIRA⁶, no SALGUEIRO, nas REGADAS⁷, no VALE FERREIRO, na PAINOVA e no CENTRO HISTÓRICO da freguesia (Quintal da Casa Grande, Casa do Moutinho, Casa do Xirumba, Casa do Silvério, ...), sob a orientação do Dr. António Sá Coixão. Destaca-se igualmente a intervenção arqueológica conduzida pela Prof. Susana Oliveira Jorge, no sítio pré-histórico

² Mestre em Arqueologia pré-histórica, Presidente da A.C.D.R. de Freixo de Numão e Director do Museu da Casa Grande.

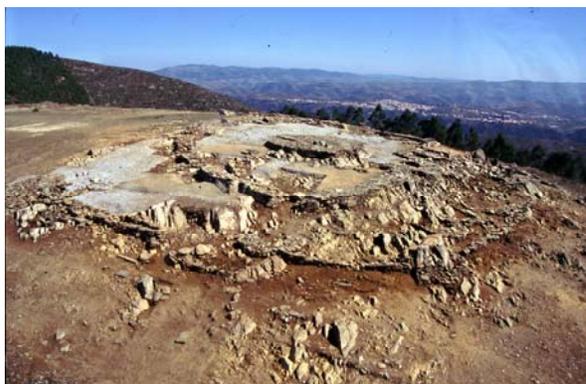
³ Este situa-se dentro do termo de Freixo de Numão, junto de um cruzamento de vias com a denominação Pedra Escrita e possui vestígios Neolíticos e ruínas Romanas e Medievais.

⁴ Este sítio que se situa no importante vale vinícola dos Escorna Bois possui vestígios de uma *Villa Rústica* Romana do século III d.C..

⁵ Trata-se de uma *Villa Rústica* Romana do século III d.C. localizada no termo da freguesia de Murça do Douro. As ruínas postas a descoberto testemunham muitas das actividades desenvolvidas pelos seus moradores: moagem, tecelagem, fundição de chumbo, fabrico e armazenamento de vinhos, olaria.

⁶ Sítio Romano, provável *Villa Rústica* do tempo dos Imperadores. Este lugar aparenta ter sido ocupado a partir do século III d.C. até, talvez, ao século VI d.C.. Neste local são visíveis dois tanques abertos na rocha, além de diversas estruturas.

⁷ No lugar das Regadas, encontra-se uma importante via romana que ligaria, na época dos Imperadores, as duas margens do Douro, no sítio do Torrão.



do CASTELO VELHO⁸. Ainda numa fase embrionária, o sítio pré-histórico do CASTANHEIRO DO VENTO tem sido alvo de uma rigorosa investigação por parte da equipa do Prof. Vítor Oliveira

Jorge.

Estas acções pretendem trazer evidências remotas de actividades e práticas ainda subsistentes, traduzindo experiências intrincadas no *modus vivendi* da comunidade e numa pedagogia de aprendizagem *in situ* que legaram conhecimentos e valores a distintas gerações (ARAÚJO & NALDINHO, 2006:13), nomeadamente as gentes desta “vila museu, vila jardim” que ainda hoje evidência uma rica tradição cultural e associativa.

Em 1993, o projecto conheceu um impulso significativo quando a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa resolve adquirir o sublime Solar da Casa Grande de Freixo de Numão⁹ – palácio barroco situado no Centro Histórico da vila e impressionante exemplar de arquitectura civil oitocentista, certamente uma das expressões arquitectónicas mais imponentes do seu género na região do Douro – e doá-lo, pouco tempo mais tarde, à A.C.D.R. de Freixo de Numão. De imediato, os novos proprietários projectam a criação de um espaço museológico que permitisse preservar, estudar e divulgar os testemunhos encontrados. De facto, faltava “ [...] um espaço vivo onde o passado se alie ao futuro, pois estas terras bem necessitam de alianças que levem à preservação da sua identidade, da sua

⁸ Localizado no alto de um morro, o povoado do Castelo Velho é datado do Calcolítico e Bronze.

⁹ A Casa Grande encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público.

economia rural apoiada e incentivada, para que seja real a fixação da sua riqueza humana – as suas gentes [...] (COIXÃO, 1996: 8).



Rapidamente foram iniciadas profundas obras de restauro e adaptação do edifício (com participação da Direcção Geral do Ordenamento do Território (DGOT) e Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa), cujo seu avançado estado de degradação alimentava a fértil imaginação infantil de cenários fantasmagóricos. Estas obras de recuperação vieram a prolongar-se devido a surpreendente descoberta da existência de vastíssimos níveis de ocupação no seu interior e no quintal anexo ao palácio - a súpula da história de um território, desde a Pré-História à época contemporânea, patente em estruturas e espólio material. Todos estes aspectos consolidaram definitivamente a imponência e singularidade deste espaço.

Só no dia 14 de Julho de 1996 é que o sonho se tornou finalmente realidade com a inauguração do MUSEU DA CASA



GRANDE, à data de hoje o único museu existente no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Neste dia, a Casa Grande não só conhece a sua inauguração pública, como também abriu as portas de um território desconhecido, que ressurgiu renovado e progressivamente patrimonializado. A sua abertura concretizou-se com uma notável exposição temporária consagrada a temática da arte sacra – um património de incomensurável valor para as gentes locais, na qual foram reunidos exemplares de escultura, paramentaria e ourivesaria propriedade de algumas paróquias do concelho, no âmbito de um vasto projecto de inventário promovido pela diocese de Lamego¹⁰.

Para além, dos vestígios provenientes das sucessivas campanhas arqueológicas, o Museu da Casa Grande abunda de testemunhos do passado recente das gentes e lugares. Estes objectos etnográficos, na maioria adjacentes do quotidiano rural, encontram-se profundamente enraizados de sentido de comunidade, na medida em que perpetuam parcelas de um passado comum. Todo este processo de patrimonialização do universo rural é consequência da dádiva concertada dos habitantes que por reconhecer esta casa como sua trazem através dos seus donativos materiais que constituem partes das suas histórias de vida. Desde o início do projecto, a vontade do museu despertou na comunidade Freixiense uma premência de salvaguarda das memórias, associadas ao saber-fazer e aos seus valores identitários. Esta veemência dos primeiros anos não desmoronou com o tempo, bem pelo contrário é ainda muito frequente a chegada de novos espécimes etnográficos.

Tais factos permitem realçar, por um lado, a peculiaridade da origem da instituição e, por outro, o seu notável espectro de reivindicação, uma vez que processo de criação museológico do Museu da Casa Grande advém de numa reivindicação da comunidade

¹⁰ Desta exposição resultou a publicação do catálogo “Tempos áureos de Freixo de Numão”.

local, transversal a gerações e faixas etárias e muito para além do âmbito associativo (ARAÚJO, 2005: 116).

Com a abertura do museu, estavam lançados os alicerces para um excepcional projecto cultural sustentado com base em três eixos de acção complementares: musealização, dinamização turística e animação sócio-cultural (ARAÚJO, 2005: 115).

De facto, uma das primeiras apostas da tutela foi a criação de um *Circuito Turístico-Arqueológico em Freixo de Numão* (1997) que obteve um rápido sucesso, pela existência de infra-estruturas de apoio – Centro de Juventude da A.C.D.R. de Freixo de Numão com restaurante e alojamento –, à época inéditas no concelho, e devido à coincidência temporal da abertura do Parque Arqueológico do Vale do Côa (P.A.V.C). Deste modo, além das visitas guiadas ao museu são organizados percursos aos sítios arqueológicos visitáveis (Prazo, Castelo Velho, Zimbro II, Rumansil I, Calçada Romana e Mutatio das Regadas, Colodreira, Moinho de Cubo das Regadas) e ao centro histórico da freguesia (Igreja Matriz, Pelourinho¹¹, *Ex-domvs municipalis*¹², antiga Casa da Justiça¹³, Capelas, ...).

Com o objectivo de dinamizar culturalmente e turisticamente toda a área oeste do concelho (zona não abrangida pelo P.A.V.C.), a tutela levou ainda a efeito um novo projecto¹⁴ (2001) que visava a criação e divulgação de cinco circuitos do *Aro de Freixo de Numão e Outros* – Complexo Arqueológico de Freixo de Numão: Arqueologia e Natureza,

¹¹ Monumento nacional classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto-Lei nº23.122, de 11 de Outubro de 1933, Diário do Governo, I Série, nº231.

¹² Edifício barroco da segunda metade do século XVIII, que serviu de Casa da Câmara até à extinção do concelho em 1854. A fachada principal tem as armas nacionais – escudo de D. João V – e é de uma arquitectura muito sóbria.

¹³ Encontra-se localizada junto à Ex-domus Municipalis, com um bonito balcão de granito. Possui ainda uma inscrição gravada num dos cunhais, datada de 1601. Nesta inscrição pode-se ler, em latim “*HIC VERITAS REPERIETVS*”, que significa “Aqui procura-se justiça”.

¹⁴ Projecto financiado pelo Programa Operacional do Norte – EIXO 1 – medida 1.4.

Arqueologia e Miradouros, Património e Miradouros, Património e Natureza –, oferecendo ao amante do património alternativas de visitas, individual ou em grupo, com ou sem guia, em transporte próprio ou organizado pela A.C.D.R. de Freixo de Numão. Com o propósito de promoção turística, iniciou-se uma campanha de divulgação dos circuitos e rotas delimitadas, no âmbito do qual a tutela edita brochuras temáticas, dispositivos multimédia, guias do visitante e obras de resenha histórica e patrimonial de Freixo de Numão e respectiva envolvente¹⁵.

No ano de 2002, o Museu da Casa Grande alcança um patamar de qualificação institucional ao ser integrado na “Rede Portuguesa de Museus”¹⁶, tendo o seu desenvolvimento acompanhado as directrizes delineadas por este organismo: *motivar a valorização e a relação entre as entidades museológicas e a realidade social que as envolve, bem como o seu papel de intervenção social e as estratégias de comunicação com os seus públicos potenciais; e motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre entidades museológicas e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais, com vista ao desenvolvimento de projectos comuns e complementares*¹⁷. Com este reconhecimento institucional o Museu da Casa Grande individualiza-se como a única instituição museológica creditada com âmbito do património etnográfico na região do Alto Douro Vinhateiro (ARAÚJO, 2005:125).

¹⁵ Merecem particular destaque: COIXÃO, A. (1997) Um projecto, a Investigação, a Musealização e um Circuito: Freixo de Numão 1980-1996; COIXÃO, A. et al. (1999) Por terras do concelho de Foz Côa: Subsídios para a História e Inventário do seu Património; Rota do Património, Arqueologia e Natureza do Douro Superior a Baixo Côa (CD_ROM) (2002); Museu da Casa Grande. Arqueologia e Etnografia: Guia do Visitante e Circuito Arqueológico de Freixo de Numão: Guia do visitante (2005).

¹⁶ A Rede Portuguesa de Museus é o organismo responsável pelas políticas de qualificação e de articulação dos recursos museológicos nacionais.

¹⁷ CAMACHO, C. et al. (2002), Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas, Lisboa, Estrutura de Projecto da RPM/ Ministério da Cultura, pp. 36-37.

O ano de 2005 constitui um ponto de transição para o museu, o qual conheceu uma ampliação de espaço com a inauguração do “Núcleo de Pré-história da Casa do Moutinho”. Este novo espaço,



resultante de um protocolo celebrado com o IPPAR¹⁸ concede um importante apoio à investigação e a toda uma dinâmica em torno do património arqueológico. Neste momento, o espaço alberga os serviços de apoio à arqueologia (gabinetes, centro de documentação, salas de tratamentos de materiais e reservas) e espera ver surgir no futuro breve o “Núcleo Museológico de Pré-história”¹⁹. Actualmente, o núcleo restringe-se apenas a auxiliar numerosos investigadores das áreas de arqueologia, antropologia, história e conservação e restauro – dos vários níveis académicos (licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) –, que se interessem por o Património da região.



¹⁸ Projecto de reestruturação de edifício para Núcleo de pré-história e áreas de apoio à arqueologia, financiada pela A.I.B.T do Côa e pelo IPPAR.

Nestes últimos anos, a A.C.D.R. de Freixo de Numão tem-se esforçado por internacionalizar-se através de programas de cooperação internacional (aproveitando os projectos comunitários para a constituição de redes transeuropeias) têm posto esta unidade em rede com entidades exteriores, principalmente europeias, de entre estas: a Universidade de Salamanca (Espanha), a Universidade de Lyon (França), a Universidade de Leicester (Inglaterra).

Noutro âmbito, estabeleceu-se uma parceria com a Universidade de Salamanca para promoção de um circuito transfronteiriço – *Circuito Histórico-Arqueológico* – que abarca a zona Oeste salamantina e o Norte do Distrito da Guarda. Este projecto comunitário denominado *CASTEVENESVAL* foi financiado pelo INTERREG III-A deu origem a mais uma brochura que foi lançada em Freixo de Numão (2006) e em Lumbralles (Espanha).

4.2). Contexto patrimonial de fundação e acção do museu

4.2.1). Do território ao museu: a investigação arqueológica

“O DOURO, RIO E REGIÃO, é a realidade mais séria que temos [...] e é no mapa da pequenez que nos coube, a única evidência incomensurável com que podemos assombrar o mundo [...]” (Miguel Torga)

“O Douro dá uma paisagem de incomparável humanidade: um rio caudaloso e navegado entre margens abruptas e apertadas, por onde a vinha trepa na escadaria imensa dos geios, alguns tufos de arvores de fruto, e os salpicos claros das quintas dos produtores do vinho do porto.” (RIBEIRO in FERNANDES, 2005: 7)

O rio Douro é testemunha, e principal referência da “edificação”, numa curta extensão geográfica de um património de valor inestimável, que cruzou a criatividade do traço humano com uma natureza de excepção. Caso único no mundo inteiro, em escassos



150 quilómetros, no seu percurso terminal rumo ao oceano Atlântico, o Douro esteve na origem de três paisagens culturais que a UNESCO considerou de enorme relevância, classificando-as como património da humanidade.

Vila Nova de Foz Côa, não pode ser entendido apenas como mais um concelho no interior nortenho, pois nele existe um património de um valor inestimável. Neste contexto, parece certo que Vila Nova de Foz Côa abarca dois pólos dinamizadores: o Douro e o Côa - “Um Concelho, dois Patrimónios Mundiais”. O primeiro, ao qual foi reconhecido uma comunhão perfeita entre a Terra e o Homem que permitiu criar ao longo de séculos a paisagem única do Alto Douro Vinhateiro. Se o *Doiro* (como lhe chama Miguel Torga) “configura uma paisagem de uma beleza esmagadora tecida em séculos poucos recuados, [...] a Arte do Côa cava fundo nos milénios do Homem Fóssil e a espantosa na sua singularidade e modernidade estéticas, conservando, numa ambiência pouco transformada, as mais notáveis criações artísticas dos primeiros sapiens sapiens que ocuparam e monumentalizaram o nosso território” (BAPTISTA, 2005, 11).

A descoberta da Arte do Vale do Côa trouxe para a ribalta o concelho de Vila Nova de Foz Côa, que vive fundamentalmente da actividade agrícola, porém que é sobre o palco de

um grande número de locais com interesse arqueológico (quase 200) já descobertos e classificados, isto sem contar – é claro – com as gravuras rupestres. Estes locais apresentam uma ocupação humana longínqua e persistente, geradora de um património artístico e cultural que é, só por si, uma fonte de riqueza.

No entanto, o pioneiro da investigação arqueológica no concelho foi sem dúvida a A.C.D.R. de Freixo de Numão que se tem esforçado, ao longo destes vinte e sete anos de existência, em valorizar e promover o património cultural da região. Com este intuito, fundou o Museu da Casa Grande para auxiliar os projectos científicos da tutela.

O Museu da Casa Grande é um museu local de âmbito regional, que tem por missão o conhecimento, a conservação e a comunicação dos elementos patrimoniais resultantes da interface entre as comunidades e o meio envolvente, numa perspectiva territorial e multidisciplinar. Enquanto projecto de cariz associativo, privilegia uma relação de estreita interligação com a comunidade onde se insere, assumindo-se como pólo dinamizador de um programa de desenvolvimento local centrado nos recursos endógenos²⁰.

Neste sentido, o museu tem congregado esforços para se instituir como um referencial de actividade museológica da Região do Douro Superior e do concelho de Vila Nova de Foz Côa. No âmbito do património cultural e museológico em geral e de acordo com o artigo 3º da Lei-Quadro dos Museus Português, a instituição tem ao longo dos anos prosseguido as suas acções em três campos distintos, porém interligados: científicos, educativos e lúdicos.

²⁰ Regulamento Interno do Museu da Casa Grande. Artigo 2º: Missão do Museu.

Para alcançar os seus objectivos, o Museu da Casa Grande prima em constituir-se num pólo atractivo para a “fixação” de investigadores de diversas áreas disciplinares para o desenvolvimento de projectos científicos creditados, nomeadamente na disciplina arqueológica. Como tal, e de acordo com o seu regulamento interno, a Casa Grande tem-se constituído como uma entidade de referência no âmbito do estudo e investigação de colecções arqueológicas numa perspectiva de integração com os respectivos contextos de origem. Deste modo, o museu tem recebido investigadores de vários níveis académicos – desde licenturas a pós-doutoramentos – que contribuem para uma melhor percepção dos vários níveis de ocupação no território. Através da elaboração de projectos, disponibiliza todos os meios conducentes à realização de intervenções de campo (prospecção, sondagem, escavação, acompanhamento e monitorização) e faculta um espaço privilegiado de apoio para tratamento museográfico de materiais arqueológicos, designadamente: recepção, selecção, conservação, restauro, catalogação e acondicionamento.

O Museu da Casa Grande tem também funcionado como um elo de ligação entre a comunidade científica e académica e o público em geral, por meio de uma política editorial consistente e regular, apoiada na realização de congressos e jornadas – destacando-se os anuais Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto-Douro e Beira Interior –, mesas-redondas, publicações – a mais recente, “Museu da Casa Grande – Catálogo ” e visitas temáticas.

A instituição tem estabelecido diversas parcerias entre as diversas entidades gestoras do património arqueológico existentes no âmbito concelhio e regional, no sentido de alicerçar projectos concertados de investigação, nomeadamente com o Parque

Arqueológico do Vale do Côa e, até recentemente, com o Centro Nacional de Arte Rupestre.

4.2.2). Do museu ao território: a investigação etnográfica

É especificidade da instituição museológica procurar salvaguardar, registar e valorizar realidades patrimoniais: directrizes que se enquadram numa óptica de valorização do património de cariz etnográfico afecto ao espaço envolvente. No que se refere às acções de salvaguarda, o Museu da Casa Grande tem orientado campanhas de recolha de património móvel no sentido da complementaridade temática da colecção existente, mas também com a ideia de reforçar a consciencialização das populações para a importância da preservação do património.

Em 2003, o âmbito do registo documental etnográfico foi consolidado com a implementação de um projecto que visava a realização de um inventário sistemático da colecção, o qual findou na requisição dos serviços de uma técnica da RPM. Este trabalho teve seguimento com o *Projecto de Qualificação do Museu da Casa Grande*²¹, em 2005/2006, que permitiu a aquisição de equipamentos informáticos e ainda um programa, o *In Patrimonium Premium* – base de dados relacional estruturada de acordo com a normalização internacional -, com o intuito de transpor toda a informação já existente, bem como a continuidade da inventariação.

Para além da congregação de várias modalidades de gestão numa estratégia de valorização, a acção do Museu da Casa Grande caracteriza-se também pela recuperação de

²¹ Projecto de Qualificação do Museu da Casa Grande, candidatura aprovada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – FEDER/ ON – Medida 1.4 – Valorização Regional e Local.

práticas tradicionais, uma das dinâmicas mais associadas ao turismo²², através de acções de animação cultural. Poder-se-ão distinguir, pela sua pertinência e originalidade, duas destas iniciativas (a apanha da amêndoa e a vindima) que unem as mais-valias gastronómicas a um conjunto de performances recreativas.

Tal como outrora, o quotidiano destas gentes do interior nortenho é ainda muito marcado pelo cadenciar do calendário agrícola, cujas vicissitudes da sociedade moderna fazem com que actualmente muitas destas terras fiquem ao abandono apesar da introdução de novas tecnologias facilitarem grandemente a labora do lavrador. É com intuito de evocar o quotidiano e as tecnologias tradicionais que são programados cenários de animação em que espaços e equipamentos recebem curiosos, inserindo-os no ciclo de actividades associadas a cada produto.

As amendoeiras, hoje plenamente reconhecidas como uma imagem de marca das terras de Foz Côa, embelezam juntamente com a vinha e a oliveira as encostas do Douro Superior. O museu aproveita a singularidade da natureza e as tradições que estas



pobres terras de sequeiro encerram, recriando a actividade da apanha da amêndoa – árdua tarefa que as populações locais enfastiam. Neste intuito, grupos de visitantes são transportados para os amendoais onde os homens, munidos de varas de negrilho, varejam as amendoeiras enquanto as mulheres e as crianças apanham as amêndoas do xistoso chão para dentro de cestas de vime. O ritual da partida manual é também recriado, separando a

²² SILVANO, F. (2003) “Patrimonialização do espaço e afirmação identitária”, *Al-Madan*, IIª série, nº 12, pp. 129-134

casca do miolo pela simples fricção de um pequeno martelo de britar – instrumento de ferro maciço aproveitado das linhas de caminhos-de-ferro – sobre uma pedra que localmente conhece a designação de bruíço. Subsequentemente, é finalizada a partida com uma farta ceia (composta por filhós e outros bolos tradicionais, pataniscas de bacalhau, enchidos, queijos, azeitonas, ...) e regada com vinho generoso e variados licores.



Considerando o território correspondente à região demarcada do vinho do Porto, o Douro Superior, e pela relevância do imenso espólio apresentado no espaço museológico, revelou-se oportuno apostar numa actividade ligada a vinicultura. A recriação das vindimas apareceu como o cenário mais apropriado, apesar de nem sempre utilizarem-se as mais antigas tecnologias. Assim, em Setembro, os visitantes normalmente oriundos das zonas urbanas dirigem-se para as vinhas. Os cortes dos cachos de uva são efectuados pelas mulheres e os homens mais idosos com podões curtos ou tesouras, sendo depositados em pequenos cestos. À medida que ficam cheios, os cestos são recolhidos por rapazes mais novos, que vertem os seus conteúdos em balseiros plásticos (em vez dos tradicionais *cabanos*). As uvas depositadas durante o dia no lugar são subseqüente pisadas no serão animado ao som das concertinas.



4.3) - Revisão de iniciativas e projectos

Se o Museu é um livro aberto que faculta uma leitura interpretativa da região e da comunidade onde se insere, a Casa Grande de Freixo de Numão constitui, à presente data, o espelho do percurso histórico e cultural das humanidades que consolidaram a identidade do território entre o Douro e o Côa, assente numa abordagem que abarcou múltiplos campos de acção (ARAÚJO: 2005, 128). Destes onze anos volvidos, o Museu da Casa Grande congrega várias iniciativas e projectos no desígnio de dinamizar vivências comunitárias e desenvolver o seu património cultural. Um museu vivo, é o que pretende a tutela para atrair e satisfazer diferentes públicos de modo a que desejem voltar, tornando-se assim agentes de promoção do MCG.

Serviu o dia 14 de Julho de 1996 para inaugurar o espaço museológico, mas também para iniciar a primeira de muitas iniciativas do museu, com a apresentação da saudosa exposição temporária “Tempos Áureos de Freixo de Numão – Arte Sacra e Diplomática: séculos XIV/XIX”. Esta exposição resulta da cooperação de diversas instituições²³, e

²³ As instituições que colaboraram foram: a Diocese de Lamego, com seu arquivo histórico; as paróquias de Freixo de Numão, Touca, Murça, Numão, Seixas, Mós do Douro e Santo Amaro; os arquivos nacionais, a

versava quatro áreas temáticas: diplomática, escultura, ourivesaria e outros metais, paramentaria. A sua concretização deve-se totalmente a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, que suportou, sem quaisquer apoios financeiros, todos os custos logísticos e da publicação do catálogo de exposição.

Outras exposições temporárias deram seguimento a este espírito empreendedor, de entre elas se destacam: “Memórias de Portugal Colonial”, “Arte e Arqueologia em Vila Nova de Foz Côa – 13 sítios para um percurso”, “Freixo de Numão – o tempo e o lugar” e “Vestidos e Trajes de outrora ...”

Como indica o nome da exposição “Memórias de Portugal Colonial”, esta relembra os tempos áureos em que Portugal e as suas gentes se expandiram para além fronteiras marítimas. Esta exposição teve êxito com colaboração dos freixienses que viveram décadas nas ex-colónias portuguesas e que contribuíram na doação dos seus objectos.

A exposição de fotografia *Freixo de Numão: o tempo e o lugar*²⁴ – inaugurada no dia 25 de Dezembro de 2006 –, evoca épocas passadas visualizadas nos seus espaços emblemáticos e nas suas figuras mais características. Este desafio foi lançado pela Liga dos Amigos da Casa Grande, composta maioritariamente por naturais e residentes de Freixo de Numão, com intuito de reavivar a memória do passado da freguesia. Esta acção sensibilizou grande parte da população que mesmo depois do seu encerramento, continuam a ceder as suas imagens para o registo histórico do museu. Neste momento, o museu detém mais de

Torre do Tombo; o arquivo da Universidade de Coimbra; o arquivo distrital da Guarda; e o arquivo municipal histórico de Vila Nova de Foz Côa

²⁴ Cfr. ARAÚJO, Graça; NALDINHO Sandra (2007), *Freixo de Numão: o tempo e o lugar – a memória revelada numa exposição de fotografia*, CôaVisão, n.º9, pp. 153-168.

200 imagens, a esmagadora maioria a preto e branco e, uma grande parte, remetente para a primeira metade do século XX.

Mais recentemente, abriu no último dia 19 de Maio de 2007, na Casa do Moutinho, mais uma exposição temporária subordinada ao tema “Vestidos e Trajes de Outrora...”. Esta iniciativa pretendeu, por um lado, dinamizar o museu e reavivar as memórias e, por outro, revelar estes testemunhos às gerações mais novas. Com esta mostra, que ocupou duas salas, divulgaram-se vestidos de comunhão, vestidos e fatos de noivos das gentes de Freixo de Numão desde a década de 1930. O amplo espólio arqueológico e etnográfico do museu permitiu integrar este vestuário num ambiente já pouco habitual das costureiras e dos alfaiates, que meticulosamente transformavam um simples retalho de tecido em belos indumentos.

Por outro lado, para “seduzir” mais visitantes o museu tem aderido a diversos eventos do panorama museológico nacional mas também internacional. Neste âmbito, poder-se-á salientar a sua sucessiva adesão à “Nuit des Musées”²⁵, em que o museu se propõe de realizar actividades no dia 19 de Maio num horário nocturno. Em 2005, a Casa Grande entranhou-se por uma noite na atmosfera da Idade Média através de reconstituições de cenários e vestuários associados, para recriar uma farta e alegre “Ceia Medieval”. No ano subsequente, e numa perspectiva de cooperação entre as diferentes instituições gestoras do património cultural concelhio, o museu recua ainda mais no tempo, com o programa “Oficina de Arqueologia e Música Experimental” em que numa suposta recriação de um ambiente paleolítico os visitantes aprenderam a talhar instrumentos líticos, fazer um fogo e

²⁵ A iniciativa “La Nuit des Musées” é promovida anualmente pela Associação dos Museus de França com intuito de abrir porta a um novo público para que depois se possa se torna assíduo.

cola, isto tudo, ao som da música experimental dos Chukas. Esta iniciativa consolidou, indubitavelmente, a acção do museu na comunidade educativa do património arqueológico.



Após décadas de investigação, o Museu da Casa Grande tornou-se demasiado pequeno para responder aos novos desafios que a tutela se propunha realizar. Surgiu então a possibilidade de adquirir um novo espaço – projecto financiado por o IPPAR e AIBT do Côa – que depois de restaurado permitisse dar apoio as iniciativas do núcleo sede. Entre estas, inscreve-se o Projecto de Qualificação do Museu da Casa Grande²⁶ que visou a informatização do inventário de ambos os acervos numa óptica de articulação com a proveniência e locais de recolha, associando dimensões intangíveis e informações de vários suportes (fotográfico, monográfico, cartográfico, etc.). Paralelamente, reformulou-se a toda sinalética da exposição permanente, tornando-a mais perceptível ao visitante. Ambos os trabalhos convergiram na edição do *Catálogo do Museu*²⁷, publicação que disponibiliza ao público informação sobre as peças expostas na exposição permanente.

²⁶ *Projecto de Qualificação do Museu da Casa Grande*, candidatura aprovada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – FEDER/ ON – Medida 1.4 – *Valorização Regional e Local*.

²⁷ *Museu da Casa Grande: Catálogo* (2006). Edição da A.C.D.R. de Freixo de Numão/ APOIO FEDER – ON.

4.4) - Caracterização dos espaços museológicos

Como já foi referido, o Museu da Casa Grande compreende dois núcleos: o núcleo-sede (Casa Grande) e o Núcleo de Pré-História (Casa do Moutinho), o primeiro compreendendo salas de exposição permanente, reservas visitáveis e reservas de acesso restrito, e o último, salas de exposição temporária e reservas de acesso restrito.

4.4.1) - Núcleo-Sede: Casa Grande

O Museu da Casa Grande encontra-se instalado num bonito e nobre palácio barroco situado na zona histórica da vila de Freixo de Numão. A fachada deste imponente edifício é marcada por um cadenciar de janelas, em que a opulenta varanda com balaustrada, encimando o portal da entrada principal, determina o carácter simétrico do edifício. Este eixo de janelas exhibe uma decoração simples, no nível térreo, e uma mais apurada – com peitoril recortado e ornamentado com uma concha – no andar nobre. Por cima do portal e do varandim foi colocada uma imponente pedra de armas com cartela de motivos *rocaille*, que obriga a cornija a um movimento de acentuado ondulamento. O brasão, esquartelado, ostenta as armas de: 1º Sousa de Arronches; 2º Vasconcelos; 3º Moutinho; 4º Amaral. Timbre de Sousa e de Vasconcelos. Um coronel de nobreza remata todo este conjunto. (SOUSA, 1996: 11)



Junto a este edifício senhorial, entrevê-se uma soberba Capela encimada por dois fogaréis a ladear um frontão com nicho. Encima da porta, rasga-se uma janela com remate em concha – motivo nitidamente setecentista. Nos

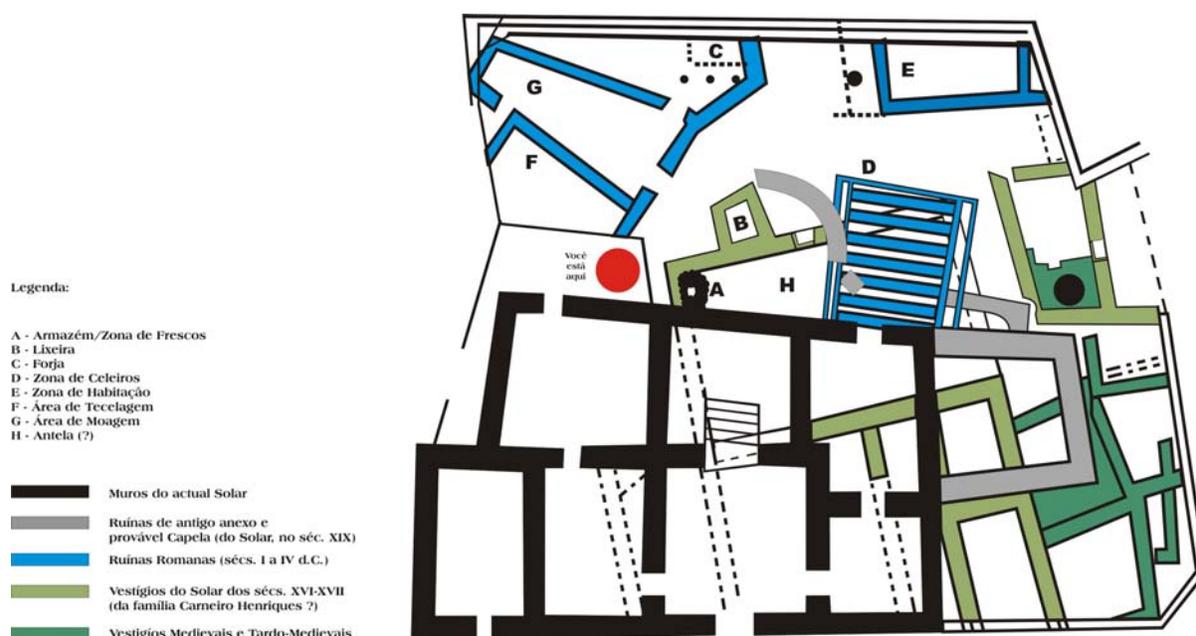
cunhais, desenham-se capitéis coríntios, permitindo aferir a existência de boas escolas de cantaria na região, ou, pelo menos, indiciam uma frequente utilização deste material.

O portal da entrada principal abre para um faustoso átrio que deixa antever uma imponente escadaria que bifurca em dois lanços a partir do primeiro patamar, iluminado por uma janela, para permitir o acesso ao andar nobre. Neste espaço foram instalados uma recepção e loja, bem como a congregação de alguns espécimes de cada uma das colecções. A colecção de etnografia é caracterizada pela reconstituição de uma cozinha tradicional das casas rurais da região, onde em torno da lareira se dispõem mobiliário e utensílios diversos. Com o mesmo intuito, foram colocados dois expositores: um com alguns exemplares de numismática, e outro, com diferentes elementos representativos do universo arqueológico do concelho.

A primeira sala do lado direito é dedicada ao período da Pré-história, onde se dispõem materiais de alguns sítios arqueológicos estudados em Freixo de Numão – espólio proveniente essencialmente dos sítios do PRAZO e do CASTELO VELHO –, e que evidenciam ocupação humana entre o Paleolítico e a Idade do Bronze. Já a segunda sala expõe o espólio Medieval e Contemporâneo descoberto aquando da realização das distintas campanhas de escavação no interior do actual solar e no quintal anexo, porém ilustra também a musealização de estruturas arquitectónicas precedentes da actual construção do edifício.

Do lado esquerdo, a primeira sala apresenta alguns objectos agrícolas relativos à moagem dos cereais, numa evolução etno-arqueológica. A última sala dedica-se a actividade da tecelagem e à sua evolução desde o período Calcolítico à época

Contemporânea e expõe materiais recentes ligados à olivicultura. Esta sala permite aceder às ruínas do quintal, estruturas musealizadas de três períodos cronológicos distintos: Romano, Medieval e Moderna. A par de duas reconstituições etnográficas – uma forja e uma oficina de destilação – estas estruturas constituem os contextos reais de deposição de grande parte dos objectos expostos no interior.



No segundo piso, do lado direito, localizam-se duas salas. A primeira congrega documentos epigráficos relativos à história político-administrativa do concelho. A segunda é dedicada às técnicas de construção utilizadas pelos Romanos, evidenciando materiais e ofícios consignados a essa função. Esta sala dá passagem para o coro da capela do solar que deixa antever um lindíssimo altar em talha com elementos decorativos *rocaille*, douramento e pinturas em marmoreado (SOALHEIRO: 1996, 11).

Segue o salão central com materiais maioritariamente etnográficos e com várias temáticas: a vinha e fabrico vinícola, assente numa reconstituição etno-arqueológica; a

laboração dos cereais, desde a sementeira à confecção do pão; a reconstituição de uma barbearia antiga; utensílios ligados a arte de carpinteiro; e materiais associados a actividade da caça. A última sala, à esquerda, recreia a actividade da pastorícia e o ciclo da amêndoa, sendo os objectos ilustrados com reconstituições *in situ* e presença de figurinos.

As colecções etnográficas são agrupadas no núcleo sede, cujo coabitam dois tipos de reservas: as reservas visitáveis e as de acesso restrito. As primeiras são espaços de acondicionamento de objectos não enquadrados no âmbito expositivo, mas que fazem parte do circuito normal de visita – sala do lado esquerdo. As segundas são espaços normalmente interditos aos visitantes, apenas destinados ao pessoal do museu e investigadores afectos ao estudo das colecções. No núcleo sede, constituem reservas de acesso restrito o sótão e a capela anexa.

4.4.2) - Núcleo de Pré-história – Casa do Moutinho

O Núcleo da Casa do Moutinho é constituído por dois edifícios contíguos, de dimensão e qualidade arquitectónica relevantes, um do século XVIII – o maior – e outro do século XIX, localizados num ponto central da Vila de Freixo de Numão, com boas condições de acessibilidade. Embora as duas casas se encontrem ligadas internamente – condição fundamental para o estabelecimento da necessária unidade funcional – os dois corpos do edifício defrontam-se entre três vias, com mesma cota: Rua dos Malgos, Rua do Carrascal e Travessa da Igreja.

Aos dois pisos do conjunto edificado correspondem duas áreas relativamente distintas na orgânica do núcleo. No rés-do-chão – área de acesso restrito – ao nível dos arruamentos, estão instalados os serviços de reservas, sala de tratamento e zona de lavagem

de materiais, gabinetes, centro de documentação e área de sanitários. Acede-se ao 1º andar – de acesso público – por uma escadaria exterior que liga a uma ampla recepção e, por sua vez, assegura a ligação a todo o sector museológico.

Deste modo, o 1º andar é destinado a exposição permanente e/ou itinerante do espólio arqueológico relativo ao período da pré-história recente. No entanto, este espaço expositivo – três salas – ainda não se encontra em funcionamento, na medida em que a instalação dos primeiros aguarda a implementação de uma parceria com o IPPAR, destinada à execução de um programa museológico específico. A implementação do respectivo programa revestir-se-á de uma componente interpretativa e territorial, em articulação com outras experiências de musealização *in situ* realizadas sobre sítios arqueológicos de cronologia Pré-Histórica situados na área de intervenção do MCG.

Neste piso, prevê-se igualmente a existência de um gabinete reservado ao Director do museu e de uma sala dedicada aos serviços educativos, com acesso ao pátio exterior e a um espaço de adega com dois lagares de vinho, em pedra.

No R/C estão instaladas duas salas de acesso restrito e consignadas para o acondicionamento de materiais arqueológicos - dividido de acordo com as respectivas tipologias, contextos de origem e ordem sequencial de inventariação -, e os serviços de apoio a investigação arqueológica, estritamente ligada com a recolha, classificação e conservação de materiais arqueológicos resultantes das distintas campanhas desenvolvidas na área envolvente.

Este piso também é dotado de um Centro de Documentação que abarca publicações especializadas nas áreas de história, arqueologia, etnografia, museologia e arte, e ao qual

compete prestar apoio documental, técnico e de informação teórica e científica aos investigadores e alunos das áreas centrais que o solicitem. Ao lado desta sala, encontram-se os gabinetes equipados, uma sala de tratamento dos acervos e uma sala de lavagem de materiais. Esta mesma sala dá acesso a um pátio exterior, lajeado por granito, e com um coberto. O acesso aos deficientes motores é facilitado por uma pequena placa elevatória que atinge a varanda do 1º andar para garantir a possibilidade de acesso a todos os espaços, por eventuais deficientes.

4.5) - Caracterização das colecções

Na sequência da sua missão de documentar e apresentar os distintos contextos de povoamento e interface das comunidades humanas no território envolvente, as “colecções” do museu – assumindo nesta palavra o sentido mais linear possível, ou seja, conjuntos de objectos –, centram-se em duas áreas temáticas centrais: a arqueologia e a etnografia. Deste modo, as colecções da instituição abarcam amplos intervalos cronológicos e tecnológicos que se estendem desde o Paleolítico à actualidade, com especial relevância para o período romano.

Particularmente notável é o facto da existência dos espólios ter antecedido a constituição dos espaços museológicos, justificando por um lado, o carácter territorial da acção da instituição, e por outro, demarcando os contextos de apropriação dos dois espólios — arqueológico e etnográfico²⁸.

De facto, o espólio arqueológico – o mais abundante no museu – resulta das sucessivas campanhas arqueológicas que a tutela se tem esforçado em fomentar desde a

²⁸ Cfr. Política de Incorporação do MCG. Artigo 3: Caracterização das colecções.

década de oitenta do século passado, entusiasmando várias gerações em acções de salvaguarda e atraindo projectos de investigação. Durante este amplo espaço de tempo, a investigação arqueológica pôs a descoberto um substrato antigo que evidencia gentes e usos de antanho, permitindo a recolha de vários espécimes de uma rica e variada cultura material que ilustra vários períodos históricos.

Por sua vez, e em consequência de céleres mudanças ocorridas no mundo rural foi constituído o espólio etnográfico, uma vez que ao longo dos tempos, os espaços e equipamentos perdem as suas funções originais e tornam-se alvo de patrimonialização. Todos estes “fragmentos de memória” – objectos que traçam histórias associadas às vivências do quotidiano – têm origem na dádiva voluntária da comunidade, acto de cidadania louvável e demonstrativo de um grande sentimento de pertença. Assim, os objectos *espelham, em simultâneo, uma individualidade e uma colectividade: quem ofereceu, ofereceu um pouco de si e das histórias quotidianas que configuram as relações sociais* (ARAÚJO, 2005: 82).

As duas colecções que se apresentam na Casa Grande completam-se entre si. De facto, o discurso concebido para o núcleo de exposição permanente da Casa Grande obedeceu a uma orientação de base pedagógica, tentando, sempre que possível, estabelecer uma perspectiva de evolução das comunidades humanas que deixaram vestígios neste espaço: nesta óptica, esboçou-se uma narrativa de continuidade, entre os acervos arqueológico e etnográfico.



Capítulo 5

Acção Educativa no Museu da Casa Grande

5.1). Os serviços educativos do Museu da Casa Grande

O Museu da Casa Grande, enquanto instituição de grande herança cultural, proporciona uma realidade histórica através de documentos do passado que representam testemunhos únicos da maneira de ser e pensar à qual nós como educadores não podemos desprezar. Deste modo, a criação de um *Serviço Educativo no MCG* visará dinamizar a relação com o público que o visita, preenchendo indubitavelmente uma importante lacuna da instituição.

De facto, a instituição tem ao longo destes onze anos de existência privilegiado essencialmente os seus objectivos científicos através da programação de tarefas como recolher, conservar, estudar e expor em detrimento do desenvolvimento de uma actividade educativa ao serviço da comunidade. Assim, o Museu da Casa Grande deve

também implementar as directrizes lúdico-pedagógicas que o Art.º 7 do seu Regulamento Interno¹ – elaborado em 2006 – faz referência.

Neste sentido, surge a necessidade de criar um programa, ou um plano de acção que contemple de forma estruturada, aquilo que até aqui foi um conjunto de ideias dispersas. O Museu deverá através do seu programa educativo consciencializar a população para a identidade cultural do espaço e do tempo da região. É por isso objectivo do *Serviço Educativo do MCG* propor ao público novos métodos de aprendizagem, assentes em acções pedagogicamente orientadas a médio e longo prazo, de modo a fortalecer a relação com a comunidade e incentivar a criação de novos hábitos culturais. Entende-se que este projecto educativo deverá, através da programação, criar a vivência de momentos de aprendizagem orientados pelo pressuposto teórico-construtivista. Nesta perspectiva é fundamental que as iniciativas decorrentes deste projecto sejam espaços onde a abordagem à colecção e/ou criação passe pela criação de dinâmicas entre o público e o bem cultural.

Com a criação do *Serviço Educativo no Museu da Casa Grande* prevê-se a concretização de várias acções que a médio e longo prazo irão, certamente, contribuir para aumentar o fluxo de visitantes, trazer novos públicos ao Museu e, conseqüentemente, estabelecer uma ligação mais próxima e eficiente com a sociedade.

5.1.1). Missão

O Museu da Casa Grande tentará através da criação do *Serviço Educativo* reconhecer a educação como uma das funções centrais à acção museológica. Deste modo, deverão ser objectivos do *Serviço Educativo do Museu da Casa Grande*:

¹ Cf. Regulamento Interno do Museu da Casa Grande. Art.º 5 – Objectivos do MCG.

- Fomentar e valorizar o património arqueológico e etnográfico;
- Contribuir para o desenvolvimento social, cultural, cognitivo e afectivo do indivíduo;
- Oferecer experiências sociais e culturais gratificantes, com vista a habituar visitas regulares ao Museu da Casa Grande e a outras instituições culturais, na perspectiva de uma educação não formal;
- Adaptar o conhecimento apresentado no Museu da Casa Grande de forma lúdica para facultar a aprendizagem porém sempre com base científica;
- Estabelecer parcerias com as escolas com vista à programação de actividades conjuntas;

Nesta perspectiva, o *Serviço Educativo do Museu da Casa Grande* pretende desenvolver um conjunto de actividades pedagógico-formativas dirigidas a diversos públicos e a públicos com especificidades próprias.

Finalmente, o *Serviço Educativo* poderá ainda contribuir para reforçar o desempenho da função social e cultural do MCG e do seu papel de intervenção na sociedade, na medida em que pode estimular o desenvolvimento de contactos mais profundos com as populações, na perspectiva de motivar a sua participação em acções que visam a interpretação e valorização do património.

5.1.2). Público-alvo

A elaboração do Plano de Acção Educativo deve, em primeiro lugar, ter em conta a identificação do público sobre o qual o *Serviço Educativo* se pretende debruçar, uma vez que cada tipo de publico padece de necessidades distintas e exige actividades e

metodologias apropriadas às mesmas. Deste modo, para assegurar a qualidade aconselha-se que os objectivos em termos de selecção de públicos sejam programados em várias etapas, com finalidades e estratégias bem definidas.

Relativamente à especificidade do público-alvo deve-se ter em conta alguns aspectos fundamentais como a natureza do património da instituição museológica, o desenvolvimento de estratégias que possam atrair novos visitantes, as limitações do espaço, orçamento, recursos e a formação dos recursos humanos.

Deste modo, para uma correcta implementação deste projecto educativo parece oportuno analisar que tipo de público o Museu da Casa Grande tem vindo a acolher ao longo destes últimos sete anos. Este estudo permitirá por um lado consciencializar-nos sobre a realidade da instituição e do seu público e, por outro, servir de elemento regulador da estratégia a desenvolver para o futuro.

Através da leitura dos dados recolhidos poder-se-á afirmar que o público que visita anualmente o Núcleo-Sede é bastante heterogéneo, podendo subdividir-se de acordo com as duas principais tipologias de visitas:

- Visitas em grupo, com marcação prévia, com grupos numerosos pertencentes ao domínio escolar/ académico/ associativo/ turístico;
- Visitas fortuitas, sem marcação prévia, individuais ou em pequenos grupos familiares.

Podemos afirmar que a primeira tipologia de visita é mais frequente em termos quantitativos, compostas essencialmente por:

- Escolas do ensino oficial;
- Escolas do ensino profissional, particularmente no âmbito de cursos relacionados com a gestão e valorização do património e turismo;
- Associações ligadas à defesa do património cultural;
- Outros movimentos associativos e recreativos;
- Instituições de solidariedade social;
- Grupos inseridos em programas e circuitos turísticos regionais.

Apesar de se verificar em 2006 um pequeno aumento do número total de visitantes nestes últimos quatro anos, regista-se desde 2002 uma clara diminuição das visitas inseridos em grupos escolares.

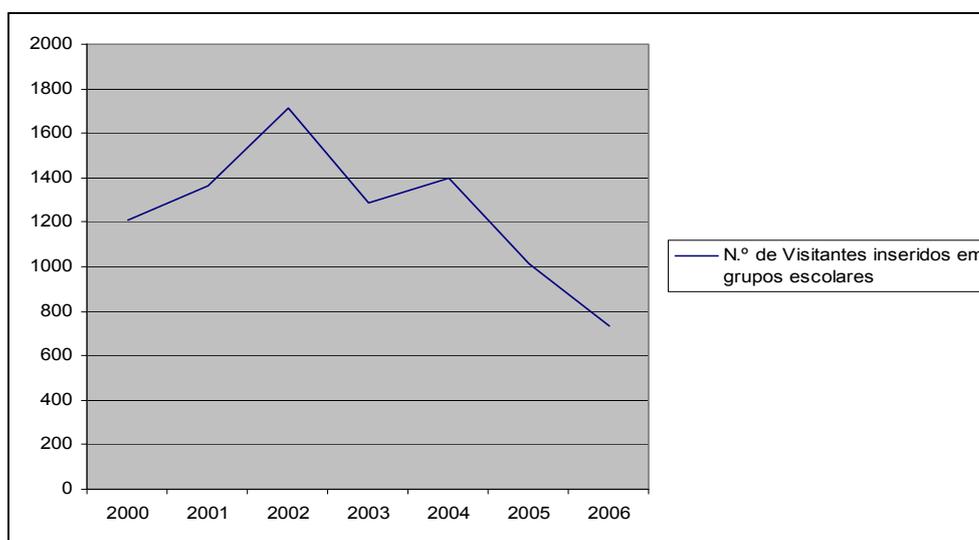


Gráfico 1 – Visitantes escolares entre o ano 2000 e 2006

No entanto, o segundo tipo de visita revela-se também particularmente expressivo, em resultado da situação do museu num território de marcada afluência turística, no qual se localizam dois patrimónios mundiais (as gravuras rupestres do vale do Côa e o

Alto Douro Vinhateiro).

Se considerarmos as estatísticas de visitantes realizadas para o período 2000-2006, verificamos que foram de 29.556 os visitantes que afluíram ao museu desde o início do ano 2000, correspondendo a uma média de 4.926 visitantes anuais. Para além de se verificar um decréscimo no total de visitantes a partir do ano de 2003 até ao presente, após os máximos verificados nos anos de 2001 e 2002, poderá afigurar-se preocupante uma excessiva sazonalidade e concentração das visitas. São facilmente detectáveis dois picos de sazonalidade: um verificado durante os meses de Março/ Abril/ Maio, e um outro durante dos meses de Julho/ Agosto/ Setembro. No entanto, destaca-se o primeiro, o qual traduz cerca de 52 % do número total de visitantes, contra o segundo, que congrega 25,1: do total de visitantes. Desta forma, concluímos que os restantes 6 meses do ano tiveram apenas 23% do total de visitantes ao MCG.

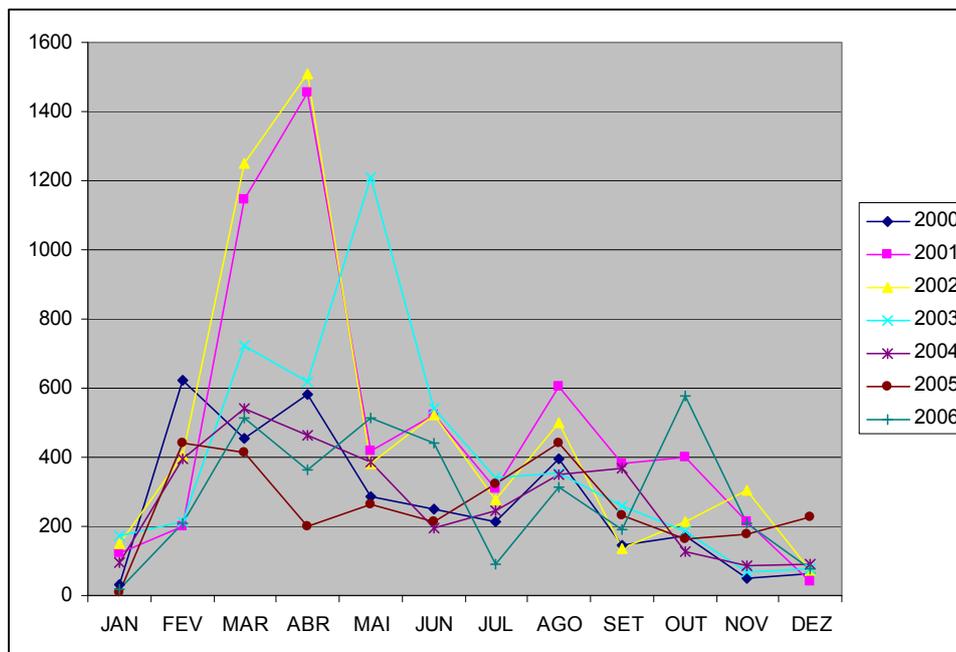


Gráfico 2: Número de Visitantes entre 2000 e 2006

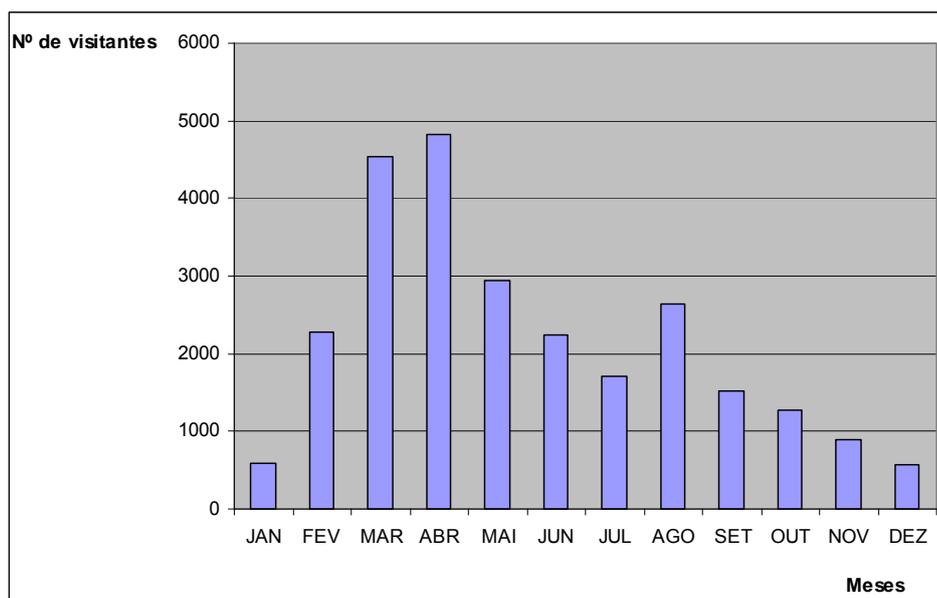


Gráfico 3: Visitantes médios/ meses entre os anos de 2000 a 2006

As épocas mais sensíveis são consonantes, normalmente, com os seguintes eventos:

- *Períodos de marcada afluência turística* – Quinzena das amendoeiras em flor (Fevereiro/ Março) –, Férias da Páscoa (Abril) e Férias de Verão (Julho/ Agosto);
- *Realização de actividades de animação específicas* – Encontros de autocaravanas (Março e Setembro); Dia Internacional dos museus e “Nuit des musées” (Maio); Aniversários da tutela e do museu (Maio e Julho);
- *Calendário das actividades de investigação in situ* – Campanhas de escavação realizadas nos meses de Julho/ Agosto/ Setembro;
- *Calendário das visitas escolares* – As quais são mais frequentes no decorrer do segundo período lectivo (Março/ Abril)

A informação de que o início da primavera e final do Verão constituem

normalmente as épocas mais procuradas de visita ao museu revela-se de extrema importância para o estabelecimento do Plano de Acção Educativa do MCG. Efectivamente, verifica-se ser importante aumentar o número de visitantes durante a “época baixa” através intensificação de promoção e divulgação de actividades educativas nesta altura.

Qualquer indivíduo que visite a região, e particularmente o PAVC – património cultural mais mediático tanto a nível nacional como internacional da área envolvente –, torna-se num potencial público para o MCG. Como tal, parece oportuno averiguar qual o tipo de publico que visita esta instituição pública – não a um nível quantitativo mas sim em termos tipológicos deste público.

Os dados disponíveis, referentes apenas ao período da abertura do PAVC e até o ano de 1998, segundo um estudo realizado por Alda Valadas de Lima e Manuela Reis, o Parque Arqueológico do Vale do Côa recebe maioritariamente – para além dos grupos escolares – visitantes com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos, cuja quase metade têm o ensino secundário completo. Em termos sociais e fracções de classes, foi concluído que cerca de 60% dos inquiridos se posicionava na fracção de classe correspondente à pequena burguesia técnica e de enquadramento.

Estes dados vão ao encontro do que se observa no MCG, permitindo-nos até dizer que uma parte importante do público que visita o PAVC também vêm visitar o Museu da Casa Grande, isto consoante o tempo da estadia no concelho. Aliás esta situação também se verifica com os grupos escolares uma vez que o Parque Arqueológico não tem capacidade para efectuar visitas a um grande número de

visitantes em simultâneo. Deste modo, não são raros, os grupos que optam por dividir-se ao meio, visitando um grupo as Gravuras do Vale do Côa de manhã e o outro o MCG, e alternando na parte da tarde as visitas.

O *Serviço Educativo do MCG* deverá reunir, num primeiro tempo, esforço para captar os públicos mais jovens inseridos em visitas escolares e, num segundo tempo, o público em geral, nomeadamente os grupos seniores. O MCG deve procurar fidelizar estes públicos, mas nunca deverá descuidar a realização de actividades com outros potenciais visitantes.

5.1.3). Recursos humanos²

Embora o Museu da Casa Grande não tenha personalidade jurídica própria é uma entidade que goza de autonomia em termos de recursos humanos e financeiros. A organização interna do MCG divide-se entre uma direcção, um quadro de pessoal próprio ao museu e um conjunto de funcionários afectos à tutela.

Deste modo, o Museu da Casa Grande possui um quadro de pessoal próprio constituído por apenas um Director, um Técnico Superior de Conservação e Restauro, um Técnico Profissional de Património Cultural e um Vigilante-recepcionista. Colaboram ainda em permanência com as actividades do museu os seguintes funcionários, pertencentes ao quadro de pessoal da instituição que tutela o museu: um Gestor Administrativo e Financeiro, um auxiliar de serviço geral e um auxiliar de limpeza.

² Cf. ANEXO V.

Todos os técnicos afectos ao MCG têm por característica serem polivalentes, devido aos escassos recursos humanos existentes. Neste sentido, praticamente todos irão colaborar na programação pedagógica:

Constituirá competência da Direcção do Museu:

- Fazer a gestão de recursos humanos e logísticos afectos ao Serviço Educativo;
- Avaliar as necessidades de manutenção dos edifícios e equipamentos dependentes do museu e do Serviço Educativo;
- Coordenar o Plano de Acção Educativa, em colaboração com os restantes técnicos superiores afectos ao serviço educativo;
- Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no serviço educativo;
- Promover a edição de documentação especializada e relativa ao Acção Educativa;
- Avaliar periodicamente o Serviço Educativo e o seu Plano de Acção Educativa.

Constituirá competência do Técnico Superior

- Elaborar o Plano de Acção Educativa, em colaboração com a direcção e restantes técnicos;
- Promover o Plano de Acção Educativa do museu e outras actividades organizadas pelo Serviço Educativo;
- Propor novas formas de intervenção educativa, colaborando para a sua elaboração;
- Participar na elaboração de suportes de divulgação e outros conteúdos editados

pela tutela que tenham como base a política educativa do museu;

- Desempenhar as funções de guia e de educador na orientação das visitas guiadas ao museu e circuitos patrimoniais envolventes, e das oficinas.

Constituirá competência do Técnico Profissional de Património Cultural:

- Cobrar as tarifas de visita aplicáveis em cada caso específico;
- Desempenhar as funções de guia-intérprete na orientação das visitas guiadas ao museu e circuitos patrimoniais envolventes, e as oficinas;
- Assegurar, no decorrer da visita, a manutenção e segurança das instalações, equipamentos e acervo exposto;
- Propor e desenvolver acções de captação e fidelização de públicos;
- Auxiliar os técnicos nas tarefas do Serviço Educativo e na elaboração do Plano de Acção Educativa.

Constituirá competência do Vigilante-recepcionista:

- Receber os grupos com profissionalismo;
- Cobrar as tarifas de visita aplicáveis em cada caso específico;
- Transmitir informação sobre a estrutura do museu e do seu serviço educativo;
- Garantir a reposição de material de divulgação do museu e do serviço educativo;
- Assegurar a venda e promoção de produtos da loja, nomeadamente os do serviço educativo;
- Fazer o registo diário de entradas e de vendas;

Constituirá competência do Gestor Administrativo e Financeiro

- Organizar a gestão administrativa de processos inerentes à dinâmica do Serviço Educativo;
- Prestar apoio administrativo à realização das actividades educativas realizadas pelo museu;
- Gerir o Serviço educativo;
- Organizar a estatística dos visitantes do museu e núcleos museológicos;
- Gerir os stocks das publicações e objectos a vender na loja do museu;
- Desempenhar as funções de guia e de educador na orientação das visitas guiadas ao museu e circuitos patrimoniais envolventes, e das oficinas.

Constituirá competência ao Auxiliar de Serviço Geral:

- Assegurar o transporte dos visitantes aos sítios arqueológicos;
- Prestar auxílio aos técnicos superiores, técnico profissional e vigilante-recepcionista em várias funções no âmbito da actividade educativa.

Cientes da falta de formação específica, os técnicos aprontam-se em disponibilizar actividades educativas ao público. Parece aqui oportuno salientar que dois dos três técnicos que contactarão directamente com os grupos, embora não tenham uma formação académica na área, têm profundos conhecimentos e experiência no domínio da arqueologia uma vez que desde muito cedo participaram nas campanhas de escavação que a tutela organizava. Dirigentes associativos a mais de dez anos, estes técnicos trabalham desde a abertura da instituição museológica como guias do museu e

dos seus núcleos arqueológicos, ou seja, têm uma longa experiência com o público. Ao educador “[...] é exigida uma outra dimensão fundamental: a sua humanidade, o seu conhecimento pedagógico e psicológico... todo o educador sabe que não é, muitas vezes durante o tempo de ensino que mais se aprende ... não é fácil encontrar monitores com estas qualidades, visto que elas não fazem parte da bagagem normalmente adquirida num curso, não são inerente a uma boa formação técnica. São um dom a ser cuidadosamente procurado onde porventura exista e a cultivar sem descanso” (CABRAL *in* FARIA, 2000: 14-15).

No entanto, certos da importância de colmatar conhecimentos para a abertura deste serviço estão voluntariamente e em regime pós-laboral a frequentar o curso de “Arqueologia Experimental”, orientado numa vertente educativa e organizado pelo P.A.V.C. e pela Setepés.

5.2). Plano de Acção Educativa

Reconhecendo a educação como uma das funções centrais à acção museológica do MCG, decidiu-se dar início à dinamização do *Serviço Educativo* com a criação de um “Plano de Acção Educativa do Museu da Casa Grande”.

Este Plano de Acção Educativa do Museu da Casa Grande surge com a esperança de lançar a primeira pedra para a criação do muito necessário Serviço Educativo. O PAE servirá como um instrumento de trabalho para o *Serviço Educativo*, contribuindo para melhorar a qualidade do serviço, estabelecer as prioridades, orientar o trabalho do sector, envolver e estimular a equipa, creditar a instituição e promover a sustentabilidade.

Tomando por base uma análise dos públicos do museu, determinou-se que o “Plano de Acção Educativa do Museu da Casa Grande” direccionar-se-ia, principalmente e numa primeira, para o público escolar, grupo em que se observa uma diminuição do número de visita nos últimos anos.

Deste modo, este projecto tem por missão oferecer uma proposta de acção educativa para o público escolar, motivando esta comunidade a participar activamente nas acções propostas. Este plano pretende ainda reforçar a missão da tutela na valorização e divulgação patrimonial da confluência da freguesia de Freixo de Numão, assumindo-se como um pólo dinamizador de um programa de desenvolvimento educativo centrado nos seus recursos culturais.

5.2.1). Objectivos

São objectivos do Plano de Acção Educativa do Museu da Casa Grande:

- Consolidar o papel educativo da instituição museológica;
- Desenvolver um conjunto de actividades lúdico-pedagógicas para o público escolar;
- Disponibilizar materiais de apoio de forma a aprofundar o conhecimento do Património Cultural do aro de Freixo de Numão;
- Dar a conhecer os resultados das actividades científicas de investigação arqueológica em articulação com as sucessivas campanhas de escavação desenvolvidas – pela instituição e tutela – na área geográfica de intervenção;
- Facultar os espaços, equipamentos e acervos a comunidade académica e

educativa;

- Promover actividades que cativem mais visitantes;
- Proporcionar formação aos técnicos do museu com intuito de melhorar os serviços que prestam.

5.2.2). Acções

As acções encontram-se agrupadas em seis grandes categorias: visitas orientadas, oficinas pedagógicas, oficinas continuadas, jogos, percursos e apoio a projectos escolares.

As *visitas orientadas* – visita ao museu, visita ao museu e centro histórico e visita temática de arqueologia – são conduzidas por um técnico do museu para responder às necessidades dos grupos escolares, mas também para o público em geral. Todas elas incluem uma visita ao museu e ao seu espólio e podem ser acompanhadas ou não por um curto filme de apresentação.

As *oficinas pedagógicas* oferecem ao público escolar inserido em visita de estudo ou outro grupo um conjunto de três actividades lúdico-pedagógicas (introdução a arqueologia, atelier de cerâmica e atelier de talhe) que se complementam entre si. Cada acção será acompanhada por um técnico do museu que realizará sempre uma abordagem mais teórica - auxiliada ou não por uma pequena sessão multimédia -, antes de satisfazer a curiosidade táctil do grupo.

As *oficinas continuadas*, neste momento compostas por apenas um atelier – a escolinha do avô –, abrangem tanto os grupos escolares como o público em geral. Esta oficina, pedagógica para os mais pequenos e lúdica para os mais velhos, é orientada por um técnico do museu que representa o papel de um professor de antigamente.

Fazem parte dos *jogos* duas actividades lúdicas, um “*peddypaper*” e o “passatempo dos romanos”, que têm como principal objectivo ocupar o tempo livre dos grupos entre actividades.

Relativamente ao *percurso*, esta é uma actividade destinada para os grupos escolares, enquadrados na disciplina de história ou na área das ciências da natureza, ou para qualquer grupo que seja amante dos circuitos pedestres.

Com o intuito de prosseguir com as suas funções científicas, o Museu da Casa Grande faculta o acesso à comunidade académica e educativa, os seus espaços, equipamentos e acervos através da sua acção “*Apoio a Projectos Escolares*”.

5.2.2.1). *Visitas orientadas*

► VISITA AO MUSEU

a- Fundamentação

Um museu cheio de história onde se respira cultura de outros tempos. A visita pretende dar a conhecer o património arqueológico proveniente das sucessivas campanhas arqueológicas do aro de Freixo de Numão mas também os testemunhos do passado recente das gentes e lugares – colecção de etnografia –, profundamente enraizados de sentido de comunidade que contam as histórias e relembram as actividades quotidianas da vida rural da comunidade local. A visita acompanhada por um técnico do museu tem uma orientação pedagógica que estabelece uma ponte entre o passado e o presente.

b- Objectivos

- Aprofundar o conhecimento do património arqueológico;
- Caracterizar as principais fases da evolução histórica;
- Reconhecer os bens culturais dos diferentes povos;
- Aprofundar o conhecimento do património etnográfico do concelho, e mais especificamente da freguesia;
- Estabelecer relações com o passado recente;
- Reconhecer a importância da preservação da memória colectiva.

c- Descrição da actividade

Visita guiada por um técnico do Museu às Coleções de Arqueologia e Etnografia do Museu e às ruínas Romanas, Medievais e Modernas situadas no Quintal da Casa Grande. Durante o decorrer da visita, o guia utilizará uma linguagem adaptada a cada grupo e aprofundará os conteúdos consoante os níveis. Por uma questão de qualidade no serviço prestado, o grupo não excederá as trinta pessoas.

É a partir da recepção que o guia, enquadrado por uma reconstituição de uma cozinha regional e por duas vitrinas com conteúdos arqueológicos, inicia a sua visita por uma introdução ao museu, as suas colecções e a região. Ainda neste espaço, apresenta um pequeno vídeo de sete minutos sobre a vila de Freixo de Numão e sobre o trabalho efectuado pela A.C.D.R. de Freixo de Numão. Esta projecção permitirá cativar a curiosidade do público, fazendo assim nascer o desejo de conhecer melhor o património cultural da freguesia.

A visita continua com uma orientação de base pedagógica, tentando-se, quando possível, estabelecer os conceitos de evolução (da pré-história aos nossos dias) essencialmente nas actividades relativas a Moagem dos cereais e a Tecelagem. Deste modo, cada sala contempla um período da história do Homem ou um tema bem concreto. De facto, o visitante poderá constatar, em algumas salas, uma exposição de base etno-arqueológica, como uma lagareta e um *dolium* romanos associados à actividade vinícola contemporânea.

A última sala apresenta uma amostra de materiais não expostos - convenientemente acondicionados numa reserva -, com intuito de mostrar aos visitantes uma parte do mundo desconhecido dos museus.

A visita, que tem uma duração aproximativa de uma hora, deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Museu da Casa Grande

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Desde dez até trinta visitantes
- Um guia

f- Materiais necessários à actividade

- Televisão
- Vídeo

g- Público-alvo

Todos os públicos

► MUSEU E CENTRO HISTÓRICO**a- Fundamentação**

Um museu cheio de história onde se respira cultura de outros tempos. A visita ao museu pretende dar a conhecer o património arqueológico, proveniente das sucessivas campanhas arqueológicas do aro de Freixo de Numão, e o património etnográfico da comunidade local. A visita ao centro histórico (alvo de um projecto de recuperação) serve para observar o património cultural edificado e contextualizar a vida religiosa e administrativa do antigo concelho de Freixo de Numão.

b- Objectivos

- Aprofundar o conhecimento do património arqueológico;
- Caracterizar as principais fases da evolução histórica;
- Reconhecer os bens culturais dos diferentes povos;
- Aprofundar os conhecimentos sobre o património etnográfico do concelho, e mais especificamente da freguesia;

- Estabelecer relações com o passado recente;
- Reconhecer a importância da preservação da memória colectiva;
- Identificar os diferentes estilos arquitectónicos;
- Aprofundar os conhecimentos sobre a história político-administrativa da freguesia.

c- Descrição da actividade

Depois da visita do Museu da Casa Grande, os visitantes seguirão para o Centro Histórico da freguesia. Durante o percurso a pé no centro da vila, o grupo realizará algumas paragem em frente à Igreja Matriz, ao Pelourinho, ao *Ex Dommus Municipalis*, a Casa Judaica, e as Capelas de Santa Barbara e N. Sr.^a da Conceição onde o guia irá salientar alguns episódios históricos da vida religiosa mas também político-administrativa da freguesia. O facto de percorrer o Centro Histórico e de associar o discurso do guia à realidade também partilhada dos visitantes permitirá uma melhor aprendizagem destes.

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão de qualidade no serviço será composta por o grupo constituído por trinta pessoas no máximo. A linguagem e o aprofundamento dos conteúdos dependerão do grupo alvo.

Esta acção, que tem uma duração aproximativa de uma hora e meia, deverá ser agendadas mediante marcação previa com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Museu da Cada Grande;
- Centro Histórico da Vila de Freixo de Numão;

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Desde dez até trinta visitantes
- Um guia

f- Público-alvo

Todos os públicos

► VISITA TEMÁTICA DE ARQUEOLOGIA**a- Fundamentação**

A importância de Freixo de Numão e dos seus sítios arqueológicos, como reflexo do modo de vida dos nossos antepassados, deve ser divulgada e tornada perceptível aos grupos que aqui acedem.

Esta acção pretende salientar essencialmente o património arqueológico, proveniente das sucessivas campanhas arqueológicas dos sítios investigados no aro de Freixo de Numão, também visitáveis. A identificação dos modos de vida de alguns dos nossos antepassados é meta essencial desta visita.

Pretende-se que esta acção contribua para uma maior procura por parte das

escolas e do público em geral uma vez que oferece um complemento importante à visita do museu. Para muitos visitantes a abordagem aos diferentes sítios arqueológicos, dará origem a uma interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento.

b- Objectivos

- Desenvolver o gosto pela investigação e pelo estudo do passado;
- Aprofundar o conhecimento do património arqueológico;
- Caracterizar as sucessivas fases de evolução histórica;
- Identificar os diferentes processos evolutivos do Homem;
- Contactar com os diferentes patrimónios culturais.

c- Descrição da actividade

Visita ao Museu seguida de saída em viaturas da A.C.D.R. de Freixo de Numão aos sítios arqueológicos que compõem o circuito Turístico/Arqueológico de Freixo de Numão. Podem ser visitáveis as estações arqueológicas: PRAZO, com vestígios de ocupação Neolítica, Romana e Medieval; RUMANSIL I, *villa romana* com lagares de vinho e fornos de cerâmica; CALÇADA ROMANA e MOINHO DE CUBO DAS REGADAS, ZIMBRO II, *villa rústica* Romana.

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão de qualidade no serviço será composta por o grupo constituído por trinta pessoas no máximo. A linguagem e o aprofundamento dos conteúdos dependerão do grupo alvo.

Esta acção deverá ser agendadas mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão. A duração da visita dependerá do tempo de permanência do grupo na freguesia. O tempo disponível, a escolha do tema e/ou do período cronológico, aquando a marcação, determinará a escolha dos sítios arqueológicos a percorrer. A duração da acção dependerá do número de sítios solicitados por parte da organização do grupo, porém uma simples visita ao museu e a um sítio arqueológico demorará entre uma hora e meia a duas horas.

d- Local da actividade

- Museu da Casa Grande
- Sítios arqueológicos

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Desde dez até trinta visitantes
- Um guia

f- Materiais necessários à actividade

- Mini-autocarro
- Carinha de 9 lugares;

g- Público-alvo

Todos os públicos

5.2.2.2). Oficinas Pedagógicas

► **ATELIER DE CERÂMICA**

a- Fundamentação

Este atelier tem por objectivo a aproximação por parte do público de um dos vestígios mais abundante do mundo arqueológico, a **cerâmica**, através da manufactura de um vaso neolítico. A cerâmica é de facto uma das maiores descobertas do Neolítico. Pretende-se uma abordagem sobre este período (sedentarização, agricultura e pastorícia). A cerâmica é uma ferramenta de datação essencial para a arqueologia e tem funções de “marcador cultural” que será discutido aquando à realização de todas as etapas de fabrico de um pequeno recipiente.

b- Objectivos

- Conhecer os modos de vida das populações do Neolítico;
- Identificar os grandes momentos do processo evolutivo deste período;
- Desenvolver o gosto pela investigação e pelo estudo do passado;
- Aprofundar o conhecimento do património arqueológico;
- Contactar com os bens culturais dos diferentes povos.

c- Descrição da actividade

A actividade começa pela apresentação de um PowerPoint sobre o tema “O Neolítico” e segue com a apresentação da matéria-prima. O público será depois levado a preparar a matéria-prima e a manufacturar um pequeno recipiente, decorado com

utensílios da época (conchas, instrumentos em osso, material orgânico, ...).

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão de qualidade no serviço será composta por o grupo constituído no máximo de dezasseis participantes e durará cerca de sessenta a noventa minutos.

Esta acção deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Núcleo Museológico da Casa do Moutinho

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Até dezasseis visitantes
- Um técnico do museu

f- Materiais necessários à actividade

- Batas plásticas,
- Material informático (computador e retroprojector),
- Barro
- Água
- Materiais para decoração: conchas, ossos, ...

g- Público-alvo

Publico escolar (2º e 3º ciclos), sendo possível pensar numa abordagem mais simplificada para tornar possível incluir alunos do nível escolar inferior.

► ATELIER DE TALHE**a- Fundamentação**

O tema principal deste atelier é o da transformação de uma matéria-prima em um utensílio. Este atelier permite também descobrir a geologia. De facto, o sílex foi muito utilizado pelos antepassados para elaborar os seus utensílios, porém outras rochas permitem também o talhe de instrumentos (quartzito, jaspóide, obsidiana, ...). Uma apresentação de alguns minerais às crianças permitira-lhes descobrir diferentes rochas.

b- Objectivos

- Identificar as distintas matérias-primas líticas;
- Aproximação do modo de fabrico de instrumentos líticos;
- Aproximação dos diferentes tipos de utensílios.
- Compreender o modo de vida dos homens pré-histórica

c- Descrição da actividade

A actividade começa pela apresentação de um PowerPoint sobre o tema e segue com a apresentação da matéria-prima e de alguns utensílios líticos da época pré-

histórica. Depois de uma explicação do monitor, o público será levado a talhar os blocos de matéria-prima para manufacturar os seus próprios utensílios.

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão de qualidade no serviço será composta por um grupo constituído por dezasseis participantes e durará cerca de sessenta a noventa minutos.

Esta acção deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Núcleo de pré-história da Casa do Moutinho

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Até dezasseis visitantes
- Um técnico do museu

f- Materiais necessários à actividade

- Blocos de matérias-primas (quartzo, quartzito, sílex, ...);
- Peles de animais

g- Público-alvo

Alunos inseridos em visitas escolares, do 2º e 3º ciclos.

► INICIAÇÃO À ARQUEOLOGIA

a- Fundamentação

O tema principal deste atelier é o contacto directo com as técnicas utilizadas durante uma escavação arqueológica. Assim será recriado um contexto de escavação, onde os visitantes poderão explorar o mundo desconhecido da arqueologia romana.

b- Objectivo

- Reconhecer a Arqueologia como ciência;
- Contactar com o trabalho do arqueólogo;
- Perceber o papel da arqueologia para a compreensão do passado;
- Desenvolver o gosto pela investigação e pelo estudo do passado;
- Contactar com a cultura material da época romana;
- Familiarizarem-se com a época romana;

c- Descrição da actividade

A actividade começa pela apresentação da disciplina arqueológica e dos seus profissionais, os arqueólogos. O jovem público será seguidamente levado a escavar o sítio romano do PRAZO III com intuito de descobrir a vasta cultura material aí exumado. Através de uma forma lúdica, o jovem aspirante a arqueólogo irá aprender o trabalho dos profissionais: escavar, registar no “caderno de campo”, desenhar e fotografar a realidade dos diferentes contextos postos a descoberto. Utilizando este método muito prático irão assimilar muito mais eficazmente a informação transmitida.

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão de qualidade no serviço será composta por o grupo constituído por dezasseis participantes e durará cerca de sessenta a noventa minutos.

Esta acção deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Núcleo Museológico da Casa do Moutinho

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Até dezasseis visitantes
- Um técnico do Museu

f- Materiais necessários à actividade

- Caixa de 4 X 2 m
- Areia
- Caderno/Folhas milimétricas
- Fitas métricas
- Lápis de cor
- Canetas
- Máquina fotográfica

g- Público-alvo

Alunos inseridos em visitas escolares, do 1º e 2º ciclos.

*5.2.2.3). Oficinas Continuadas***► ESCOLINHA DO AVÔ****a- Fundamentação**

Tudo muda, e a escola também! Hoje, inseridos numa era em que os computadores fazem parte da realidade dos alunos, o Museu da Casa Grande dá a conhecer as crianças – e recordar aos mais velhos –, a escola dos tempos dos seus avós.

Esta sessão supõe uma relação de prazer e curiosidade e para isso vai-se tentar fazer nascer o desejo de aprender mais.

b- Objectivo

- Despertar a curiosidade para o conhecimento do passado;
- Estabelecer paralelos entre a escola actual e a existente no tempo dos avós;
- Enquadrar uma época importante da história política nacional.

c- Descrição da actividade

Com base no espólio da antiga escola primária de Freixo de Numão (mobiliários, mapas, quadros, crucifixo, óleo de fígado de bacalhau, palmatória, ...), o público encontra-se inserido num ambiente escolar do tempo do ditador Salazar. O professor

lecciona uma aula de cultura geral que finaliza com uma pequena avaliação³, uma redacção e/ou um desenho, consoante o nível do grupo. O método singular e descontruído aplicado durante esta actividade permite facultar a aprendizagem dos grupos, principalmente dos mais pequenos.

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão logística será acompanhado por um grupo de vinte e quatro participantes no máximo e durará cerca de quarenta e cinco minutos.

Esta acção deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Núcleo Museológico da Casa do Moutinho

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Até vinte e quatro visitantes
- Um técnico do MCG

f- Materiais necessários à actividade

- Quadros de lousa e giz
- Aparos e tinta de china
- Papel e lápis

³ Cf. ANEXO VI.

g- Público-alvo

Todos os públicos

5.2.2.4). Jogos

► **O PASSATEMPO DOS ROMANOS**

a- Fundamentação

A origem dos chamados “jogos de tabuleiro” perde-se na noite dos tempos. Expedições arqueológicas estão, ainda hoje, desvendando mistérios a respeito de antigos jogos disputados pelos romanos. De facto, os romanos entregavam-se a passatempos simples e quase infantis, como os dados, os astrágatos, o *ludus latruncularum* jogo dos soldados que lembra vagamente o jogo das damas e o *duodecim scripta*, o jogo das dozes linhas, semelhante ao gamão.

Esta actividade pretende ocupar o tempo livre entre visitas, levando à descoberta dos passatempos dos romanos.

b- Objectivos

- Ocupar o tempo livre entre visitas;
- Transmitir de forma lúdica alguns conhecimentos sobre o modo de vida - os passatempos – dos romanos;
- Demonstrar a antiguidade de alguns jogos;

c- Descrição da Actividade

Durante a sessão, os visitantes irão experimentar alguns jogos característicos da época romana.

A visita será acompanhada por um técnico da instituição museológica, que por uma questão logística será acompanhado por um grupo de dezasseis participantes no máximo e durará sessenta minutos.

Esta acção deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Núcleo do Moutinho

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Até dezasseis visitantes
- Um técnico do museu

f- Materiais necessários à actividade

- Dados em cerâmica
- Peões em cerâmica e em xisto
- Tabuleiros em xisto

g- Público-alvo

Publico escolar (1º, 2º e 3º ciclo)

► PEDDY PAPER**a- Fundamentação**

Esta acção pretende descobrir o património e a história da pequena freguesia de Freixo de Numão de forma lúdica com intuito de proporcionar uma aprendizagem mais duradoura as crianças. Durante o percurso as crianças irão descobrir os vestígios de um passado recente através das memórias de casas, igrejas, capelas e do contacto directo com as gentes locais. Esta actividade pretende principalmente ocupar o tempo livre entre as visitas.

b- Objectivo

- Transmitir conhecimentos sobre a história da vila;
- Utilizar uma abordagem lúdica para promover a aprendizagem;
- Fomentar o contacto entre o visitante e a população local;
- Ocupar o tempo livre entre visitas.

c- Descrição da Actividade

Esta actividade consiste num passeio pedestre pelo centro histórico da freguesia de Freixo de Numão, acompanhada por um adulto e por uma ficha de orientação que fornecerá todas as pistas. Durante o percurso, as crianças deverão seguir organizados

por grupos a fim de reunir informações sobre o Museu da Casa Grande, a Igreja Matriz, o Pelourinho, a Casa da Justiça, a Casa Judaica, a Capela S. Barbara, a Capela de N. Sra. da Conceição e o Largo da Devesa.

A acção que deverá demorar aproximadamente 45 minutos finalizará na recepção do Museu da Casa Grande. Durante a sessão, cada grupo composto por oito jovens será acompanhado por um adulto.

Esta acção deverá ser agendada mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão e as fichas-guias⁴ serão distribuídas no Museu da Casa Grande aquando a recepção do grupo.

d- Local da actividade

- Museu da Casa Grande
- Centro Histórica da Freguesia

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Grupos de oito pessoas no máximo
- Um adulto por grupo

f- Materiais necessários à actividade

- Papel
- Fotocopiadora

⁴ Cf. ANEXO VI.

- Canetas

g- Público-alvo

Alunos inseridos em visitas escolares, essencialmente dirigidos aos do 2º e 3º ciclo. Podem também fazer o jogo, os jovens que estão inseridos em visitas familiares e que mostrem interesse em fazer o percurso.

5.2.2.5). Percursos

► PASSEIO PEDESTRE

a- Fundamentação

Destinado aos amantes dos percursos a pé, surge aqui uma actividade que concilia a arqueologia e a natureza. Este circuito propõe ao visitante pisar as grandes lajes graníticas que constituem a calçada romana das regadas e outros vestígios de cariz arqueológico, ao mesmo tempo que podem desfrutar da paisagem impar da reserva florística da Mela e de algumas particularidades da freguesia. A aprendizagem descontraída tem um resultado mais duradouro nas crianças mas também nos adultos, proporcionando assim uma visita mais significativa.

b- Objectivos

- Identificar algumas espécies da fauna e da flora;
- Transmitir a importância do meio ambiente;
- Reconhecer a importância da preservação das espécies;

- Transmitir conhecimentos sobre a cultura romana;
- Transmitir conhecimentos sobre a história da vila;
- Utilizar uma abordagem lúdica para promover aprendizagem.

c- Descrição da Actividade

Sempre acompanhado por um técnico do Museu, o visitante começa por visitar o Museu da Casa Grande, segue para o Centro Histórico da Vila, para Calçada Romana das Regadas onde pode admirar a Fauna e a Flora da Reserva Florística da Mela e Escorna Bois. Durante o percurso poderá ainda admirar o Moinho de Cubo das Regadas, a Villa Romana do Zimbro, o Forno/Anta da Colodreira e as quedas de água do Pontão das 3 Bocas, antes de chegar novamente a Largo da Devesa em Freixo de Numão e terminar a visita.

A visita que demora cerca de três horas deverá ser agendada, mediante marcação prévia com antecedência mínima de uma semana nos serviços administrativos da A.C.D.R. de Freixo de Numão.

d- Local da actividade

- Museu da Casa Grande
- Sítios arqueológicos
- Centro histórico da vila

e- Número de pessoas envolvidas na actividade

- Desde dez até trinta visitantes

- Um técnico do museu

f- Público-alvo

Alunos inseridos em visitas escolares, essencialmente dirigidos aos do 2º e 3º ciclo e secundária. Podem também fazer este percurso os grupos de público em geral.

5.2.2.6). Apoio a Projectos Escolares

O Museu da Casa Grande presta apoio técnico aos professores e alunos, dos vários níveis académicos, para a concretização de projectos escolares, desde que existe um enquadramento no âmbito científico do Museu. A instituição disponibiliza para este fim os seus técnicos e os seus espaços.

5.2.3). Calendarização

Este Plano de Acção Educativa tem o seu início previsto em Outubro de 2008 e o seu termo em Setembro de 2009. O período escolhido permite-nos o faseamento eficaz do estudo do Plano de Acção Educativo do MCG e o acompanhamento de um novo ano lectivo das escolas.

Tabela 1 – Calendarização das actividades

	2008			2009								
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
VISITAS ORIENTADAS												
Museu	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Museu/Centro Histórico	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Museu/Sítios Arqueológicos	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●
OFICINAS PEDAGÓGICAS												
Iniciação a Arqueologia	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●
Oficina de Cerâmica	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●
Oficina de Talhe	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●
OFICINAS CONTINUADAS												
Escolinha do Avô	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
JOGOS EDUCATIVOS												
Jogos Romano	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●
<i>Peddypeper</i>	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
PERCURSOS												
Percurso Pedestre					●	●	●	●	●	●	●	●
APOIO APROJECTOS ESCOLARES												
	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Deste modo, encaramos a estruturação faseada do *Plano de Acção Educativa* em dois eixos, a saber:

- **Eixo 1 – Pré-produção** do PAE (Julho/Agosto e Setembro)
- **Eixo 2 – Produção** do PAE (de Outubro 2008 a Setembro 2009)

A estruturação do Plano de Acção Educativa baseia-se na aceção de que a ligação e a complementaridade entre estes eixos são essenciais para o êxito do

programa que visa, em última instância, melhorar e qualificar a realidade do MCG, tendo em vista a prestação de melhores serviços aos públicos a que o museu se dirige.

Tendo em conta a perspectiva faseada que enforma toda a concepção do Plano de Acção Educativa, esta materializa-se numa primeira etapa através do primeiro eixo que consiste em programar o PAE.

Numa segunda etapa, e tendo em consideração os recursos da instituição, a concretização plena do PAE implicará necessariamente a implementação gradual das distintas fases. Na sua programação importa ter em consideração a questão da formação do respectivo pessoal afecto ao Serviço Educativo. Esta questão contempla a realização de acções de formação especializada e/ou de cursos de aperfeiçoamento e de actualização nas áreas de arqueologia e educação/serviços educativos. Seguidamente, dar-se-á corpo a “comunicação e imagem” com o objectivo de promover e divulgar o MCG e as suas actividades. Esta disposição concretizar-se-á com a edição de documentos de apresentação das acções educativas através, nomeadamente, do lançamento de folhetos de divulgação. Simultaneamente, estabelecer-se-ão contactos com as escolas e com os agentes turísticos, e adquirir-se-ão os materiais necessários para o desenrolar das actividades.

Finalmente, esta estruturação incorpora uma visão temporal alargada – como é visível nas tabelas apresentadas –, crendo que, através do progressivo faseamento de acções, serão atingidos resultados de maior alcance.

Tabela 2 – Cronograma da Pré-produção

	2007			
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Concepção do Plano de Acção Educativa	●	●	●	●

Tabela 3 – Cronograma de Produção

	2007			2008								
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
EXECUÇÃO												
Formação de Técnicos	●	●	●									
COMUNICAÇÃO E IMAGEM												
Design				●	●							
Produção conteúdos					●	●						
Tipografia							●	●				
Envio Publicidade									●	●	●	●
CONTACTO												
Agrupamentos Escolas										●		●
Agentes Turísticos									●	●		
MATERIAIS												
Aquisição de Materiais							●	●				

5.2.4). Comunicação

Concebido como eixo basilar do PAE, esta linha programática tenta contrariar alguns dos problemas actualmente existente no MCG. Face à ausência de canais propiciadores da circulação de informação entre as entidades escolares e o museu, torna-se importante disponibilizar alguns instrumentos regulares de comunicação. Estes instrumentos deverão tomar em atenção, e sempre que possível potenciar, os órgãos de comunicação, de índole associativa (ex. Notícias de Freixo de Numão), local (ex. Fozcoense), e regional (ex. NovaGuarda, A Guarda, Pinhel Falcão), já existentes, de

modo a alcançar uma maior articulação de esforços neste campo.

O eixo de “comunicação” dará corpo aos princípios de articulação do Serviço Educativo e do PAE, visando promover, de forma sistemática, a circulação de informação sobre o museu às escolas, bem como a divulgação das actividades do Serviço Educativo para o público em geral.

Este eixo concretizar-se-á com base na produção dos seguintes elementos:

- *Edição de desdobráveis para escolas e público em geral*⁵

Serão enviados para as escolas desdobráveis dos serviços educativos do MCG, e ainda alguns exemplares para agências turísticas. Distribuir-se-ão alguns folhetos nos locais com maior procura turística do concelho (Posto de Turismo, Pousada de Juventude, PAVC,...). Os folhetos terão a programação das actividades a desenvolver e informações sobre o preço, datas e contactos da instituição.

- *Contactos com as escolas e agentes turísticos*

A equipa de trabalho do serviço educativo estabelecerá contactos directos e telefónicos com as escolas da região e agentes turísticos, com a finalidade de melhor apresentar os seus serviços. Nesta ligação, os professores e agentes turísticos serão convidados para uma apresentação dos serviços propostos.

⁵ Cf. ANEXO VII.

- *Dossier pedagógico*⁶

O dossier pedagógico é um suporte de apoio destinado aos professores que se inscrevam nas iniciativas do MCG. Este terá uma proposta de trabalho a concretizar antes e depois das actividades. Entendemos que, antes da visita, os alunos deverão saber onde se situam, do ponto de vista geográfico, e conhecer o enquadramento patrimonial da região. É de facto importante salientar que estamos inseridos num concelho com dois Patrimónios Mundiais. Depois da visita, parece-nos fundamental que os alunos possam olhar para a sua escola e criar um projecto que tenha em conta os conceitos apreendidos no itinerário.

- *Edição da homepage do Museu*

A homepage do museu será um instrumento fundamental para a divulgação e dinamização da instituição e do Serviço Educativo, numa perspectiva de promoção da circulação de informação sobre os respectivos programas e linhas de acção, com actualizações mensais. Este site complementarás as informações dos desdobráveis que enviaremos ás escolas e agências turísticas. Podem aqui também fazer reservas e pedidos de informações.

Esta página na Internet, deverá ainda apresentar actividades on-line para o jovem público explorar. As actividades desenvolvidas de uma forma atractiva e com um desenho gráfico apelativo para as crianças relacionar-se-ão com o espólio da Casa Grande. O “Espaço Infantil” poderá oferecer jogos de memorização – onde serão contempladas as peças arqueológicas e etnográficas que fazem parte do museu –,

⁶ Cf. ANEXO VII.

puzzles – cujas peças formariam um objecto –, palavras cruzadas, etc.. A página do Espaço infantil apresentará uma linguagem acessível e os jogos indicarão a faixa etária e o número de utilizadores que podem jogar. Deste modo, a comunicação do site permitirá a divulgação da instituição museológica da Casa Grande e do seu Serviço Educativo entre as crianças, que serão um elo de ligação com os pais e professores.

- *Imprensa*

É necessário divulgar o plano de acção educativa na imprensa local e nacional. Para atingir esses objectivos é preciso criar parcerias com rádios e jornais locais; enviar regularmente comunicados de imprensa sobre as iniciativas do serviço educativo, convidar jornalistas para conhecerem as actividades; enviar informação para os meios de comunicação da especialidade adaptados ao público-alvo.

5.2.5). Orçamento

5.2.6.1). *Despesas*

As despesas aqui descritas referem-se somente às que estão directamente relacionadas com o PAE. Neste sentido, o orçamento não contabiliza as despesas com os recursos humanos, uma vez que não se prevê nenhum aumento do quadro já existente.

As despesas com a comunicação e imagem são essenciais para a divulgação do Plano de Acção Educativa do Museu da Casa Grande. Para esta rubrica está previsto a criação e a manutenção de uma página web do Museu da Casa Grande. Esta acção é essencial para alcançar uma eficaz promoção dos serviços educativos. Prevê-se ainda a

criação de 5.000 desdobráveis, com a descrição das actividades educativas que serão enviadas para as escolas e alguns agentes turísticos.

A rubrica de despesas de funcionamento diz respeito a pagamentos de Internet, dos correios, de telefone, de água e luz necessários para o bom desempenho do Plano de Acção Educativa.

Para a aquisição de equipamentos específicos, designadamente, elaboração de malas pedagógicas, está inscrita nos Investimento do Plano a verba de 2000 €.

Os custos com o transporte dos visitantes representam a maior fatia do orçamento. Esta despesa diz respeito com os custos com seguros, manutenção e combustíveis do mini-autocarro e carrinhas que asseguram as visitas a alguns sítios arqueológicos.

Tabela 4 – Despesas do PAE

DESPESAS	CUSTO	IVA	TOTAL
Comunicação e Imagem			
Criação e Manutenção de Página Web	2.000,00	21%	2.420,00
Desdobráveis	1.000,00	21%	1.210,00
	3.000,00	21%	3.630,00
Despesas de funcionamento	1580,00	21%	2.000,00
Materiais para o plano de acção	2.000,00	21%	2.420,00
Custos com Transporte dos visitantes	3.120,50	21%	3.950,00
TOTAL	9.889,50	21%	12.000,00

5.2.6.2). *Receitas*

As receitas previstas neste projecto derivam exclusivamente da bilheteira do Museu e das actividades educativas desenvolvidas pelo *Serviço Educativo*. Com a implementação do PAE, o MCG ambiciona receber cerca de 5.500 visitantes gerando

assim 12.000,00 € de receita. A receita mencionada visa contribuir para assegurar o desenvolvimento qualitativo do *Serviço Educativo* e do seu respectivo Plano de Acção Educativa.

Tabela 5 – Receitas previstas pelo MCG

RECEITAS	N.º VISITANTES	RECEITAS
Bilhetes de Grupos Escolares	2.000	4.000,00
Bilhetes de Grupos Adultos	2.250	5.500,00
Bilhetes individual	1.250	2.500,00
TOTAL	5.500	12.000,00

Em termos quantitativos prevê-se com esta implementação um aumento significativo – cerca de 50% em relação aos dois últimos anos – do número de visitantes inseridos em grupos escolares (cf. Gráfico 1). Diagnostica-se que cada visitante inserido num grupo escolar salda uma média de dois euros, preço médio de uma visita ao museu e da sua participação num dos ateliers educativos.

Paralelamente, pretende-se manter a média do número de visitantes inseridos em grupos (gráfico 4). Apesar deste tipo de visita ter tido um desfecho muito negativo para o museu no ano 2004, as estatísticas dos últimos dois anos registam o seu novo aumento. Estes grupos representam a maior fonte de receita do museu, esperando gerar uma receita de 5.500,00 € relativo a visita ao museu e actividades educativas.

Quanto às visitas fortuitas (gráfico 4) – individuais ou em pequenos grupos familiares e/ou amigos, de menos de dez pessoas – acredita-se que se irá manter esta assiduidade e que contribuirá com 2.500,00 € com entradas no museu. De facto, as estatísticas têm demonstrado que as suas visitas ao museu foram estáveis ao longo

destes últimos seis anos.

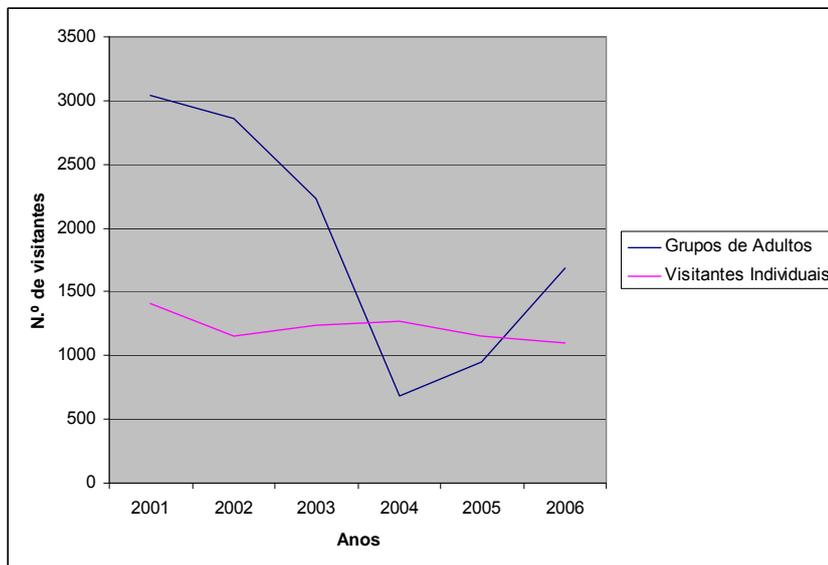


Gráfico 4 – Progresso das visitas ao MCG entre 2001 e 2006 dos grupos de adultos e dos visitantes individuais

5.2.6). Avaliação

Uma avaliação, para merecer esse nome, tem que ter um certo grau de objectividade, ser aceite como válida. A avaliação a efectuar pelo MCG visa colher dados com o fim específico de fornecer informação sobre o Plano de Acção Educativa que vai ser implementado. Assim sendo, neste projecto vai ser alvo de avaliação tanto o processo de implementação do PAE, como o desenrolar das actividades. Este estudo pretende atingir dois fins: tentar ajudar quem concebeu e quem está a desenvolver o Projecto, e apreciar os seus resultados.

Esta avaliação deve ser um processo contínuo e em constante aperfeiçoamento do mesmo. Este processo para ter sucesso deverá ser desenvolvido com a participação activa de todos os intervenientes, através de reuniões internas e inquéritos de opinião

aos responsáveis de cada grupo.

Os resultados obtidos serão periodicamente enviados ao Director do Museu da Casa Grande, que, após compilar a informação avaliará o impacto global do Plano de Acção Educativo do Museu da Casa Grande.

5.2.7). Linhas orientadoras para os anos seguintes

Este Plano de Acção Educativa do Museu da Casa Grande foi estruturado por apenas um ano. Esta opção enraíza-se nos objectivos citados, tendo a todo o momento presente que se trata de um projecto portador de importantes factores de mudança para a instituição e que deverá, por isso mesmo, ser construído e aferido com precauções.

Esta dotação, que se prevê de carácter progressivo ao longo da vigência da estrutura *Serviço Educativo*, permite não só avaliar a sua concretização, como também alargar os seus âmbitos. De facto, ambiciona-se no futuro, por um lado, cativar e fidelizar o público em geral, especialmente os grupos seniores que têm mais disponibilidade para as actividades de lazer e, por outro, atrair grupos de todos os níveis escolares e provenientes de todo o país.

Considerações Finais

A dissertação que agora finalizamos sobre o *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão) – Didáctica da Arqueologia e Acção Educativa*, procurou agir sobre as linhas de actuação na promoção de um programa de divulgação e valorização do património ao implementarmos um Serviço Educativo. Os museus não são somente as colecções, são também os seus públicos e as memórias que estão por detrás dos seus objectos. Deste modo, os museus são por excelência espaços pedagógicos, espaços de divulgação do discurso, de formalização e consolidação de identidades, de forma a ajudar as populações a “sentir” e “viver” o museu.

Para delinear uma política educativa coerente, e dada a realidade do MCG, interessa ter em conta distintos factores, dos quais destacamos: o âmbito territorial em que está inserido o Museu da Casa Grande e a realidade sócio-demográfica a que responde (envolvente social e público potencial); o panorama da sua tutela e das suas temáticas; as condições que permitem cumprir as funções educativas; as potencialidades dos seus recursos logísticos, técnicos e humanos; e as suas necessidades mais prementes.

Por outro lado, as análises colocaram em evidência um conjunto de pontos críticos, que devem ser tomados em conta ao delinear a formação de um *Serviço Educativo* e, simultaneamente, de um Plano de Acção Educativa.

Deste modo, os principais pontos críticos detectados, que poderão constituir constrangimentos à concretização desta nova política educativa, são, na actualidade e ao nosso ver, os seguintes:

- **No plano geográfico:** excessiva centralização dos visitantes nos centros urbanos;
- **No plano tutelar:** escassos meios e recursos logísticos, técnicos e financeiros disponíveis;
- **No plano profissional:** débil expressividade do quadro profissional dos técnicos do Museu da Casa Grande, que condiz com uma carência de qualificação especializada para assumir tais funções.

A par destes aspectos, que deverão ser convenientemente equacionados e tidos em consideração na implementação do Serviço Educativo a que se aspira, na génese, decorrente da realidade da tutela, e, no funcionamento, adaptada à mesma realidade, podemos destacar um conjunto de sinais positivos. Em nossa opinião, esses sinais são:

- **No plano geográfico:** inserção numa região de valor patrimonial inestimável, com a atribuição do estatuto de Património da Humanidade às gravuras Pré-históricas do Vale do Côa e ao Alto Douro vinhateiro;
- **No plano tutelar:** dinamismo e oferta de oportunidade para o desenvolvimento de novos projectos;
- **No plano profissional:** aparecimento de uma nova geração de profissionais, motivada em impulsionar o projecto;
- **No plano programático:** o notável interesse por parte da comunidade na principal área temática do museu, a arqueologia.

Pensamos também que este estudo servirá para o aprofundar do conhecimento da realidade museológica do Museu da Casa Grande.

Um outro estudo poderia consistir em determinar qual o impacto do Serviço Educativo da instituição museológica e compreender as mudanças/alterações nas visitas efectuadas pelas crianças após terem tido contacto com as actividades do MCG.

Referências Bibliográficas

Fontes Escritas

ALARCÃO, Jorge & **OLIVEIRA JORGE**, Vítor (1997) *Pensar em Arqueologia, hoje*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Debates 1, Porto.

ALLARD, Michel; **BOUCHER**, Suzanne (1998) *Éduquer au musée – un modèle théorique de pédagogie muséale*, Éditions Hurtubise HMH Ltée, Montréal.

ALMEIDA, Carlos (Coord.) (2006) *História do Douro e do Vinho do Porto – História Antiga da região Duriense*, Edições Afrontamentos, Vol. I, Porto

ALVES, Francisco (1993) O Museu Nacional de Arqueologia, IN: *Al-madan*, série II, nº2, Almada, pp. 76-80.

ANTOLÍ, Núria Serrat (2005) Acciones didáctica y de difusión en museos y centros de interpretación, IN: *Museografía Didáctica*, Ariel, Barcelona, pp. 103-205.

ARAÚJO, Maria da Graça (2005) *Douro e Côa, Património e Humanidade*. Coimbra. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património Cultural. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BAETA, Ricardo (2005) Serviço Educativo do Museu do Caramulo, IN: *Aprender a olhar*, Edições Firmamento Lda., Lisboa, n.º15, p. 22.

- BALLART HERNÁNDEZ**, Josep & **TRESSERAS**, Jordi Juan (2001) *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, Barcelona.
- BAPTISTA**, António Martinho (1999) *No Tempo sem Tempo: a Arte dos Caçadores Paleolíticos do Vale do Côa*, Parque Arqueológico do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa.
- BARBOSA**, Sandra (2006) *Serviços educativos online nos museus: análise das actividades*. Braga. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Educação na área da Tecnologia Educativa. Universidade do Minho
- BASTO**, Rossano Lopes & **TEIXEIRA**, Adriana (2005) *Normas e Gerenciamento do Património Arqueológico*, IPHAN, São Paulo.
- BESSEGATTO**, Maurí Luiz (2004) *O património em sala de aula: fragmentos de acções educativas*, Editora Evangraf, Santa Maria.
- BRANDÃO**, José M. (1999) As colecções arqueológica do Instituto geológico e mineiro, IN: *O Arqueólogo Português*, Série IV, 17, pp. 111-122.
- BRIGOLA**, J.; **TEIXEIRA**, M. B.; **NABAIS**, A.; **PEREIRA**, F.A.B (2003) Perspectiva histórica, IN: *Lugar em Aberto*, Revista da APOM – Associação Portuguesa de Museologia, Nº1 – I série, pp.32-45.
- CAMACHO**, Maria Clara; **FREIRE**, Cláudia & **MONTEIRO**, Joana (2002) *Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas*, Lisboa, Estrutura de Projecto da RPM/ Ministério da Cultura.
- CARDONA**, Francesc (2005) Museografia didáctica, IN: *Museografía didáctica*, Ariel, Barcelona, pp. 23-61.
- COELHO**, Armando (1999) Museus com colecções de arqueologia. Programas expositivos, IN: *O Arqueólogo Português*, Série IV, 17, pp. 423-427.
- COHEN**, Cora (2001) *Quand l'enfant devient visiteur: une nouvelle approche du partenariat école/musée*, L'Harmattan, Paris.
- COIXÃO**, António Sá (1993) *A primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO**, António Sá (1997) *Um projecto, a Investigação, a Musealização e um Circuito: Freixo de Numão 1980-1996*, ACDR de Freixo de Numão, Freixo de Numão.

- COIXÃO**, António Sá & **TRABULO**, António Rodrigues (1998) *S. Pedro de Freixo: Raízes e Identidade*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.
- COIXÃO**, António Sá & **SOBRAL**, Vítor (coord.) (1998) *Do Imaginário ao Real no Freixo de Antanho*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.
- COIXÃO**, António Sá (1999) *Rituais e Cultos da Morte na Região entre Douro e Côa*, ACDR de Freixo de Numão, Freixo de Numão.
- COIXÃO**, António Sá & **TRABULO**, António Rodrigues (1999) *Por terras do concelho de Foz Côa: Subsídio para a História e Inventário do seu Património*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2ª edição, Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO**, António Sá (1999) *Circuito Turístico-Arqueológico de Freixo de Numão: Guia do Visitante*, Associação Cultural, ACDR de Freixo de Numão, Freixo de Numão.
- COIXÃO**, António Sá (1999) *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2ª edição, Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO**, António Sá & **ENCARNAÇÃO** José de (1999) *Notas Epigráficas – Roteiro da exposição*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO**, António Sá (2001) Novos dados para o estudo do povoamento actual área Urbana de Freixo de Numão – da pré-história aos nossos dias, IN: *CôaVisão*, n.º3, pp. 45-53.
- COIXÃO**, António Sá (2002) *Promoção do turismo científico e cultural do vale do Côa*, Actas das 1^{as} Jornadas Internacionais de Promoção do Turismo Científico e do Património do Vale do Côa, Meda e Vila Nova de Foz Côa.
- COSTA**, Diogo Menezes (2004) Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir, IN: *Revista Habitus*, Goiania, pp. 333-360
- FERREIRA**, J. A. Pinto (1954) *Freixo de Numão – Apontamentos*, Edição Maranús, Porto.
- FERNANDES**, Isabel (2003) Museu: tornar visível o invisível, IN: *Lugar em Aberto* – Revista da APOM – Associação Portuguesa de Museologia, pp. 22-31.
- FERNÁNDEZ**, Luis & **FERNÁNDEZ**, Isabel (1999) *Diseño de exposiciones – Concepto, instalación y montaje*, Alianza Editorial, Madrid.
- GOB**, André & **DROUGUET**, Noémie (2006) *La muséologie – histoire, développements, enjeux actuel*, Armand Colin, Paris.

- GUIMARÃES**, Gonçalves (1999) Das escavações arqueológicas ao Museu do Sítio de Ervamoira, IN: *CoaVisão*, n.º1, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 53-58.
- HOMS**, Maria Inmaculada (1992) *El museo y la educación en la comunidad*, Ceac, Barcelona.
- HOMS**, Maria Inmaculada (2004) *Pedagogía museística – Nuevas perspectivas y tendencias actuales*, Ariel Patrimonio, Barcelona.
- JORGE**, Susana (1999) *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva
- JORGE**, Susana (1999) Cronologia absoluta de Castelo velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas, IN: *Côa Visão* nº 4: pp. 95-112
- JORGE**, Susana (2003) *Recintos Murados na Pré-História Recente*, Porto/ Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
- JORGE**, Vítor (2000) *Arqueologia, Património e Cultura*, Instituto Piaget, Lisboa.
- JORGE**, Vítor (2002) O museu é um mundo, o mundo é o museu, IN *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Vol. 42 (3-4), Porto, pp. 197-200
- JORGE**, Vítor *et al.* (2004) Reflexões Preliminares a propósito de formas de organização do espaço e técnicas de construção em sítios Pré-Históricos recentes (Calcolítico/ I. Bronze) do tipo Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins”, IN: *Portugália*, Nova série, Vol. XXV, pp. 53-73
- LARA**, Durval (2005) *O museu no século XXI ou o museu do século XXI*, [Fórum Permanente, Jornada de debates com artistas e comissários da 26a Bienal de São Paulo](#)
- LIMA**, Alda & **REIS**, Manuela (1999) Os públicos de Foz Côa, IN: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Vol. 39, 1-2, pp. 187-209.
- LIMA**, Alexandra Cerveira Pinto (1995) Parque Arqueológico do Côa: Ideias e Propostas para um projecto, IN: *Dossier Côa*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, pp. 225-258
- LUIS**, Luís (2005) Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa – balanço da investigação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, IN: *CôaVisão*, n.º7, pp. 11-35
- MASACHS**, R.C & **MERILLAS**, O.F. (2004) *Comunicación educativa del patrimonio: referentes, modelos y ejemplos*, Trea, Gijón.

- MATOS, Olga** (2002) *Subsídios para a história da valorização do património arqueológico em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Letras, Área de História, especialidade de Arqueologia, apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MERILLAS, Olaia Fontal** (2003) *La educación patrimonial – Teorías y práctica en el aula, el museo e internet*, Trea, Gijón.
- MERLEAU-PONTY, Claire** (2000) *Les enfants dans les musées: encore un petit effort*, www.ocim.fr/sommaire/publications/63.reedijk.pdf
- MESTRE, Joan Santacana** (2005) Museografía didáctica, museos y centros de interpretación del patrimonio histórico, IN: *Museografía Didáctica*, Ariel, Barcelona, pp. 63-100.
- MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio** (2002) Estação Arqueológica do Prado: Estado Actual dos Conhecimentos, IN: *Côaviso* n° 4, pp. 113-126.
- MOREIRA, Isabel** (1989) *Museus e Monumentos em Portugal – 1772-1974*, Universidade Aberta, Lisboa.
- NABAIS, António** (1993) Museus e Arqueologia, IN: *Al-madan*, série II, n°2, Julho, Almada, pp. 72-75.
- NABAIS, António** (1999) A arqueologia e os museus locais/regionais, IN: *O Arqueólogo Português*, Série IV, 17, pp. 73-79.
- NOGUEIRA, Sandra** (2003) A cultura material no processo educativo: museus, objectos e ofícios tradicionais na reconstrução de identidades e evocações de memória, IN: *Passos de turismo y património cultural*, Vol. 1 (www.pasosonline.org/Publicados/1103/PS090103.pdf).
- OOSTERBEEK, Luís** (1997) Associativismo e Património Arqueológico, IN: *Arkeos*, n.º1, Tomar, pp. 45-53
- OOSTERBEEK, Luís** (1999) Programa museológico e arqueológico do alto Ribatejo, IN: *O Arqueólogo Português*, Série IV, 17, pp. 457-464.
- OOSTERBEEK, L. & E. CARBONELL** - coord. (2000) Gestão do Património Arqueológico Ibérico no seu Contexto Europeu, IN: *Arqueologia Peninsular – História, Teoria e Prática*, Porto, ADECAP, pp. 35-128
- OOSTERBEEK, Luís** (2003) Da investigação à cenografia: construções de meta-realidades, IN: *Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do*

Património, Laboratório de Conservação e Restauro, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, Coimbra e Porto, pp. 349-352.

OOSTERBEEK, Luís (2003) Os usos do património: publico vs. Privado, IN: *Antígona – Law and Humanities Studies online*, Vol. V, (www.direito.up.pt/IJJ).

OOSTERBEEK, Luís (2004) Contra o Ecletismo! IN: *ERA-ARQUEOLOGIA, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, Lisboa, N.º6, pp. 12-15

OOSTERBEEK, Luís (2005) Arqueologia e identidades: a torre de marfim na encruzilhada, IN: *Cardernos do LEPAARQ – textos de Arqueologia, Antropologia e Património*, Vol. II, n.º3, Pelotas, pp. 37-46

OOSTERBEEK, Luís (2006) Património: mudar o paradigma! O sistema global de Avaliação HERITY e a gestão do património cultural, IN: *Revista Museus*, Edição Câmara Municipal de Loures.

PASTOR, Maria Inmaculada (1992) *El museu y la educación en la comunidade*, ediciones ceac, Barcelona

PEREIRA, Isabel (1999) Museus e colecções de arqueologia: conceitos e programas, IN: *O Arqueólogo Português*, Série IV, 17, pp. 29-40

RAPOSO, Jorge (1993) Museus portugueses com colecções de arqueologia, IN: *Al-madan*, série II, n.º2, Almada, pp. 61-71

RAPOSO, Luís (1993) Museus de Arqueologia, IN: *Iniciação à museologia*, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 203-219

RAPOSO, Luís (1997) Arqueologia em Diálogo – O papel dos Museus, IN: *Arkeos*, Tomar, n.º1, pp. 73-90

RAPOSO, Luís (1999) Arqueologia e museus em Portugal desde finais do século XIX, IN: *Al-madan*, série II, n.º8, Almada, pp. 169-176

REEDIJK, Hein (1999) *Quel musée pour les sociétés du XXI^e siècle*, www.ocim.fr/sommaire/publications/63.reedijk.pdf

ROTÉS, Rosa & **CERVANTES**, Magda (2005) Musealización didáctica de conjuntos monumentales, Ariel, IN: *Museografía didáctica*, Barcelona, pp. 395-469.

SAGÜES, Maria del Cármen Valdés (1999) *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*, Trea, Gijón.

- SILVA**, João Carlos (2005) *Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real – Do legado histórico e cultural ao programa museológico*. Coimbra. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património Cultural. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TRABULO**, António (2001) Notas sobre a vida quotidiana oitocentista em Freixo de Numão, IN: *CôaVisão*, n.º3: 39-44
- ZILHÃO**, João (1997) *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa: trabalhos de 1995-1996 – Relatório científico ao Governo da Republica Portuguesa elaborado nos termos da resolução do Conselho de Ministros n.º4/96, de 17 de Janeiro, Ministério da Cultura, Lisboa*
- VITOR**, Isabel (2004) *Os museus e a qualidade*. Lisboa. Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em Museologia. Universidade Lusófona.
- VV. AA.** (1996) *Tempos Áureos de Freixo de Numão – Arte Sacra e diplomática: Séc. XIV/XIX. Catálogo de Exposição* (coord. João Soalheiro), Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- VV. AA.** (2002) *Encontro museus e educação – Encontro museus e educação: actas*, Lisboa, Instituto Português de museus.
- VV. AA.** (2002) *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Catalogo* (coord. Nelson Rebanda), Torre de Moncorvo: Museu do Ferro e da Região de Moncorvo.
- VV.AA.** (2005) *Arte e Arqueologia em Vila Nova de Foz Côa: 13 sítios para um percurso* (Roteiro da Exposição), Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa;
- VV. AA.** (2006) *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa). Arqueologia e Etnografia – Guia do museu* (coord. António Sá Coixão), Freixo de Numão, A.C.D.R. de Freixo de Numão
- VV. AA.** (2006) *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa). Arqueologia e Etnografia – Guia do circuito* (coord. António Sá Coixão), Freixo de Numão, A.C.D.R. de Freixo de Numão

Legislação

Nacional

- Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro – Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural
- Lei n.º 47/ 2004, de 9 de Agosto – Lei-quadro dos Museus Portugueses
- Lei n.º 96/2007, de 29 de Março – Lei Orgânica do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

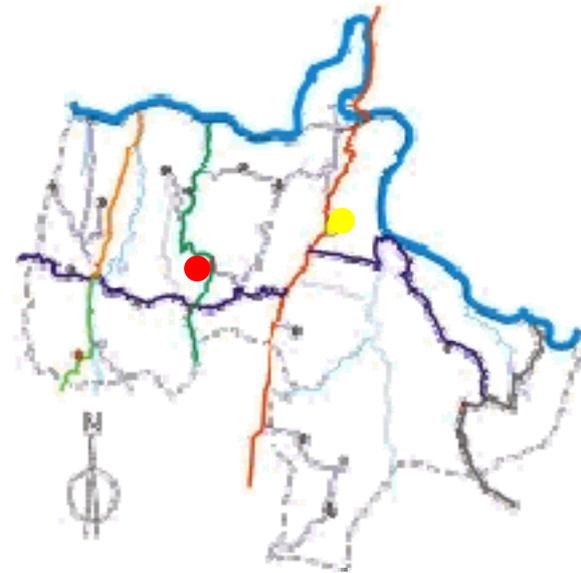
Internacionais

- Carte de Atenas, sobre a protecção dos monumentos (Atenas, 1931)
- Carte de Veneza, sobre a conservação e restauro dos monumentos (Veneza, 1964)
- Carte Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (Lausanne, 1990)
- Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico Subaquático (Sófia, 1996)
- Convenção para a Protecção do Património Mundial (Paris, 1972)

Fontes Informáticas

- www.acdr-freixo.pt
- www.albergariavaledocoa.net
- www.cm-fozcoa.pt
- www.esicomos.org
- www.icom.org
- www.ipa.min-cultura.pt
- www.iphan.gov.br
- www.ipmuseus.pt
- www.ippar.pt
- www.min-edu.pt
- www.unesco.web.pt

ACESSIBILIDADES



-  Rio Douro
-  EN 102 - IP2 SN: Guarda -> Bragança
-  EN 222 OE: S.º João da Pesqueira -> Figueira de Castelo Rodrigo
-  EN 324 SN: Meda -> Estação de Freixo
-  EN 222-4 SN: Vale da Teja > Arnozelo
-  EN 331-1 SN: Penedono -> Vale da Teja

 Vila Nova de Foz Côa

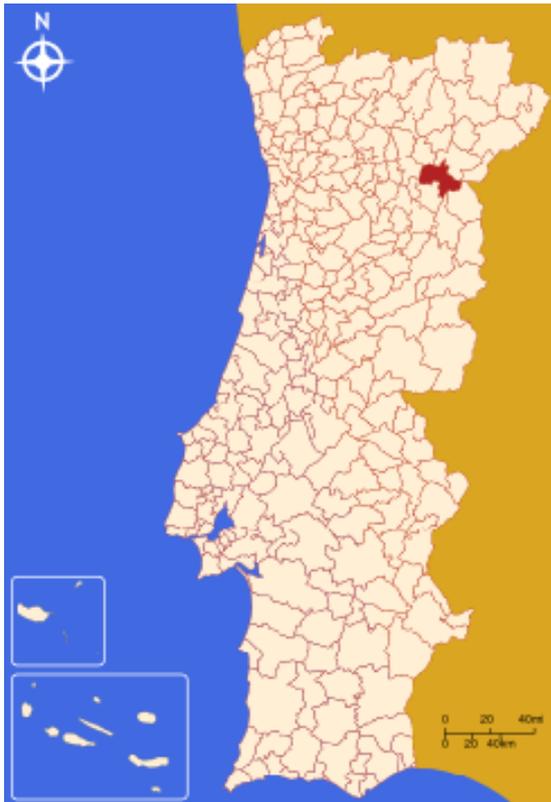
 Freixo de Numão

ANEXO I

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE FREIXO DE NUMÃO¹

¹ Mapas retirados de www.albergariavaledocoa.net

LOCALIZAÇÃO



LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA EM PORTUGAL CONTINENTAL



LOCALIZAÇÃO DE FREIXO DE NUMÃO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

ANEXO II

REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DA CASA GRANDE¹

¹ O Regulamento Interno do Museu da Casa Grande foi elaborado pela Dr^a. Maria da Graça Araújo e Dr^a. Sandra Maria Euzébio Naldinho.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Artigo 1º – Enquadramento legal.....	3
Artigo 2º – Definição e conceito de museu.....	3
CAPÍTULO II – IDENTIDADE DO MUSEU.....	3
Artigo 3º – Denominação e fundação.....	3
Artigo 4º – Localização.....	4
Artigo 5º – Missão.....	4
Artigo 6º – Âmbito de intervenção.....	4
Artigo 7º – Objectivos.....	5
CAPÍTULO III – FUNÇÕES MUSEOLÓGICAS.....	7
Artigo 8º – Segurança.....	7
Artigo 9º – Incorporação.....	7
Artigo 10º – Inventário e documentação.....	7
Artigo 11º – Estudo e investigação.....	8
Artigo 12º – Conservação.....	8
Artigo 13º – Interpretação e exposição.....	9
Artigo 14º – Educação.....	9
CAPÍTULO IV – ORGANOGRAMA E ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS.....	9
Artigo 15º – Organograma.....	9
Artigo 16º – Estruturação de serviços.....	10
Artigo 17º – Competências.....	10
Artigo 18º – Instrumentos de gestão.....	14
CAPÍTULO V – ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS MUSEOLÓGICOS.....	15
Artigo 19º – Estruturação de espaços e equipamentos.....	15
Artigo 20º – Áreas de acolhimento e recepção.....	15
Artigo 21º – Áreas de exposição e animação.....	15
Artigo 22º – Áreas técnicas.....	16
CAPÍTULO VI – INGRESSO E ACESSIBILIDADES.....	17
Artigo 23º – Horário e período de funcionamento.....	17
Artigo 24º – Modalidades de visita.....	18
Artigo 25º – Tarifários.....	18
Artigo 26º – Programas complementares.....	19
Artigo 27º – Normas de acesso às áreas públicas.....	19
Artigo 28º – Normas de acesso às áreas técnicas.....	20
Artigo 29º – Restrições.....	20
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	21
Artigo 30º – Revisão quinquenal	21
Artigo 31º – Omissões	21

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º

Enquadramento Legal

O presente diploma tem por enquadramento legal a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/ 2004, de 19 de Agosto) e a Lei de bases do Património Cultural Português (Lei nº 107/ 2001, de 8 de Setembro).

ARTIGO 2º

Definição e conceito de Museu

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 47/ 2004, de 19 de Agosto, o Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotado de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação. Interpretação, exposição e divulgação, com objectivos educativos, científicos e lúdicos;
- b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

CAPÍTULO II – IDENTIDADE DO MUSEU

ARTIGO 3º

Denominação e Fundação

1- O museu designa-se Museu da Casa Grande de Freixo de Numão, adiante designado por MCG.

2 - O imóvel da Casa Grande foi doado em 1983 pela Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa à Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão que inaugura o edifício como Museu da Casa Grande dia 16 Julho de 1996.

3- O documento referente à fundação do Museu da Casa Grande corresponde à acta da direcção da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, de 16 de Fevereiro de 1996.

ARTIGO 4º

Localização

1- O MCG situa-se na freguesia de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.

2 – O MCG compreende os seguintes núcleos, seguidas do respectivo endereço:

- **Núcleo-sede (Casa Grande)**

Solar Barroco – Rua direita 5155 Freixo de Numão

- **Núcleo museológico de Pré-história (Casa do Moutinho)**

Rua dos Malgos 5155 Freixo de Numão

3- Integram igualmente o MCG os seguintes sítios arqueológicos musealizados, todos localizados no aro da freguesia de Freixo de Numão:

- Prazo
- Castelo Velho
- Zimbro II
- Rumansil I
- Colodreira
- Calçada Romana do Atalho
- Regadas

ARTIGO 5º

Missão

1 - O MCG é um museu local de âmbito regional, que tem por missão o conhecimento, a conservação e a comunicação dos elementos patrimoniais resultantes da interface entre as comunidades e o meio envolvente, numa perspectiva territorial e multidisciplinar.

2 - Enquanto projecto de cariz associativo, o MCG privilegia uma relação de estreita interligação com a comunidade onde se insere, assumindo-se como pólo dinamizador de um programa de desenvolvimento local centrado nos recursos endógenos.

ARTIGO 6º

Âmbito de intervenção

1 – As áreas territoriais de intervenção do MCG situam-se na confluência da freguesia de Freixo de Numão e da zona oeste do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

2 – As áreas temáticas centrais à acção do museu são a arqueologia e a etnografia.

3 – Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, a circunscrição geográfica e temática do museu pode estender-se a outras áreas, no âmbito de estudos enquadráveis na missão e objectivos definidos para a instituição.

ARTIGO 7º

Objectivos

1 - De acordo com o artigo 3º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, o MCG prossegue objectivos educativos, científicos e lúdicos.

2 - Os **objectivos científicos** prendem-se com:

No âmbito do património cultural e museológico em geral:

- a) Promover a continuidade da investigação do património histórico e cultural do concelho de Vila Nova de Foz Côa;
- b) Estabelecer uma política de gestão integrada do património cultural afecto ao território, congregando as funções museológicas previstas na Lei-Quadro dos Museus com as directrizes presentes na Lei de Bases do Património Cultural;
- c) Criar condições para a constituição de colecções de natureza diversa, não contempladas nas áreas disciplinares centrais à acção do museu, desde que representativas da identidade cultural da freguesia e do concelho;
- d) Constituir um pólo atractivo para a fixação de investigadores de diversas áreas disciplinares para o desenvolvimento de projectos científicos creditados;
- e) Instituir-se como um referencial de actividade museológica da Região do Douro Superior e do concelho de Vila Nova de Foz Côa, visando contribuir de forma activa e cooperante na criação e desenvolvimento de instituições coevas.

No âmbito específico do património arqueológico:

- g) Congregar meios conducentes à realização de intervenções de campo (prospecção, sondagem, escavação, acompanhamento e monitorização);
- h) Facultar um espaço privilegiado de apoio para tratamento museográfico de materiais arqueológicos, designadamente: recepção, selecção, conservação, restauro, catalogação e acondicionamento;
- i) Instituir-se como entidade de referência no âmbito do estudo e investigação de colecções arqueológicas numa perspectiva de integração com os respectivos contextos de origem;
- j) Fomentar o estabelecimento de parcerias entre as diversas entidades gestoras do património arqueológico existentes no âmbito concelhio e regional, no sentido de alicerçar projectos concertados de investigação;

k) Proporcionar um elo de ligação entre a comunidade científica e académica e o público em geral, por meio de uma política editorial consistente e regular, apoiada na realização de congressos, *workshops*, mesas-redondas, publicações e visitas temáticas.

No âmbito específico do património etnográfico:

- l) Proporcionar oportunidades para sistematizar o estudo científico sobre o património etnográfico do concelho de Vila Nova de Foz Côa;
- m) Conduzir campanhas de recolha *in situ* de património móvel orientadas no sentido da complementaridade temática da colecção existente, mas também na representatividade biográfica dos elementos da comunidade;
- n) Implementar um plano metodológico de estudo e valorização do património imaterial enquanto elemento estruturante da vivência rural, expresso em realidades performativas, narrativas e rituais;
- o) Promover o registo documental das entidades materiais e imateriais conferindo especial ênfase nos respectivos contextos de produção e uso e das memórias do saber-fazer.

3 - Os objectivos a nível educativo são:

- a) Adaptar o conhecimento apresentado no museu de forma lúdica porém sempre com base científica para facultar a aprendizagem;
- b) Habituar as populações, particularmente as crianças, a frequentar museus e a valorizar o património cultural;
- c) Estabelecer parcerias com as escolas com vista à programação de actividades conjuntas;
- d) Conceber programas educativos que articulem os conteúdos programáticos de diferentes disciplinas com o acervo exposto no museu;
- e) Instituir parcerias com os meios académicos no sentido de facultar espaços e equipamentos para o desenvolvimento de trabalhos práticos;
- f) Produzir e programar exposições temporárias e itinerantes dirigidas a um largo público para divulgar o património regional e promover a aprendizagem ao longo da vida.

-4 – Os objectivos lúdicos prendem-se com:

- a) Perpetuar o espírito associativo, o voluntariado e a militância cívica, como instrumentos de desenvolvimento das pessoas e das comunidades;

- b) Dar continuidade ás funções de animação turístico-cultural, desportiva e recreativa desempenhadas pela tutela do museu, visando o envolvimento da comunidade local nas actividades dirigidas a públicos específicos;
- d) Constituir-se como um pólo de desenvolvimento para o turismo cultural na região do Douro Superior, por meio de parcerias institucionais entre entidades públicas e privadas consignadas a essa actividade, no intuito de congregiar sinergias para um desenvolvimento sócio-económico sustentável da localidade e da região;
- e) Integrar as rotas temáticas e percursos de fruição do património cultural e natural afecto aos dois patrimónios mundiais – gravuras do Côa e Alto Douro Vinhateiro, contribuindo desse modo para a promoção e valorização dos produtos regionais.

CAPÍTULO III - FUNÇÕES MUSEOLÓGICAS

ARTIGO 8º

Segurança

1 – O MCG compromete-se a assegurar as condições de segurança para a protecção e integridade dos recursos patrimoniais, logísticos e humanos afectos à sua actividade.

2 – O MCG possui um plano de segurança que estabelece os procedimentos a adoptar para o efeito, de acordo com o exigido no artigo 33º da Lei-Quadro dos museus portugueses.

ARTIGO 9º

Incorporação

1 – O MCG incorpora bens culturais no respectivo acervo de acordo com os fins de conhecimento, conservação e comunicação definidos na respectiva missão, procedimento que formaliza o respectivo direito de propriedade sobre os mesmos.

2 - O MCG possui um documento regulador da política de incorporação de bens culturais, de acordo com o exigido no artigo 12º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

ARTIGO 10º

Inventário e Documentação

1 – O MCG reconhece a necessidade de inventariar e documentar os objectos componentes do respectivo acervo, constituindo o registo de inventário uma ferramenta de gestão imprescindível à prossecução das funções museológicas.

2 - Os bens culturais incorporados no MCG são alvo de um processo de inventariação e documentação, realizado em suporte informático com o auxílio de um programa específico para o efeito.

3 - Os procedimentos de inventário e documentação de espólio estão definidos na Política de incorporações.

4 - Os procedimentos de segurança relativos ao registo de inventário estão definidos no plano de segurança do MCG.

ARTIGO 11º

Estudo e investigação

1 - O MCG reconhece o estudo e investigação dos respectivos acervos, em articulação com o território circundante e os respectivos contextos de origem, como uma área central à sua missão e objectivos.

2 - O MCG desenvolve actividades científicas de investigação arqueológica em articulação com as sucessivas campanhas de escavação desenvolvidas na sua área geográfica de intervenção.

3 - O MCG promove o estudo das suas colecções, facultando o acesso da comunidade científica, académica e educativa aos seus espaços, equipamentos e acervo.

4 - O MCG tem como prioridade o estabelecimento de protocolos de colaboração com outros museus e organismos vocacionados para o estudo e investigação, bem como a cooperação com a Administração central, regional e local.

5 - As normas de circulação de acervos inseridos em contextos de investigação científica e/ ou académica estão estabelecidas no documento relativo à Política de incorporações.

ARTIGO 12º

Conservação

1 - O MCG reconhece a sua responsabilidade na conservação dos bens culturais nele incorporados, garantindo as condições e medidas necessárias para o efeito e procedendo à necessária vistoria e monitorização das condições ambientais e do acondicionamento das colecções.

2 - Cada um dos espaços que albergam colecções é alvo de um cuidado específico em termos de conservação preventiva, de acordo com as características físicas e o diferencial grau de exposição ao público.

3 – O MCG colabora regularmente com instituições creditadas para o estudo das condições ambientais, bem como para intervir em objectos que necessitem de tratamentos específicos de conservação e/ ou restauro.

4 – O MCG possui um plano de conservação preventiva, documento que institui os procedimentos adequados à especificidade das suas colecções.

ARTIGO 13º

Interpretação e exposição

1- O MCG entende a exposição como instrumento privilegiado para a comunicação interpretativa dos bens culturais aos públicos reais e potenciais.

2- O MCG dispõe de espaços consignados para a montagem e implementação de exposições, distribuídas pelos dois núcleos que o compõem, dispondo de um espaço de exposição permanente e temporária.

3- A acção interpretativa do património cultural afecto ao MCG estende-se ao respectivo território de intervenção, na medida em que pretende articular o discurso expositivo com a informação existente nos circuitos e sítios arqueológicos visitáveis.

ARTIGO 14º

Educação

1- O MCG reconhece a educação como uma das funções centrais à acção museológica, em articulação com a comunidade envolvente.

2- O MCG promove, periodicamente, a realização de actividades educacionais dirigidas a públicos específicos, designadamente o público escolar.

CAPÍTULO IV - ORGANOGRAMA E ESTUTURAÇÃO DE SERVIÇOS

ARTIGO 15º

Organograma

1 – A Tutela do Museu é a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos.

2 - O Museu da Casa Grande é uma entidade que goza de autonomia em termos de recursos humanos e financeiros, embora não tenha personalidade jurídica própria.

3 – A organização interna do Museu da Casa Grande divide-se entre uma direcção, um quadro de pessoal próprio ao museu e um conjunto de funcionários afectos à tutela.

ARTIGO 16º

Estruturação de serviços

1 – A Direcção do museu coincide com a Direcção da tutela.

2 – O Museu possui um quadro de pessoal próprio, que compreende os seguintes funcionários:

- a) Técnico Superior de Museologia
- b) Técnico Superior de Conservação e Restauro
- c) Técnico Profissional de Património Cultural
- d) Vigilante-recepcionista

3 – Colaboram em permanência com as actividades do museu os seguintes funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da instituição que tutela o museu:

- a) Gestor Administrativo e Financeiro
- b) Técnico Administrativo
- c) Auxiliares de serviços gerais
- d) Auxiliar de limpeza

ARTIGO 17º

Competências

1 - Constituem competências da Direcção do museu:

- a) Fazer cumprir o presente regulamento;
- b) Assegurar um bom funcionamento do museu e do seu núcleo;
- c) Fazer a gestão de recursos humanos e logísticos afectos ao museu;
- d) Avaliar as necessidades de manutenção dos edifícios e equipamentos dependentes do museu e proceder as prováveis obras de recuperação;
- e) Representar o museu em actividades de cariz científico e institucional, designadamente com a entidade credenciadora dos Museus Portugueses (Rede Portuguesa de Museus);
- f) Coordenar a elaboração do programa museológico, em colaboração com os restantes técnicos superiores afectos ao serviço do museu;
- g) Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no museu, em conformidade com a legislação em vigor;
- h) Fomentar a investigação direccionada com as áreas centrais do museu;
- i) Organizar e dirigir eventos científicos relacionados com os temas centrais do museu;

- j) Promover a edição de documentação especializada e relativa ao museu e suas colecções;
- k) Propor o Plano anual de actividades do museu e elaborar o devido relatório anual de actividades.

2- Compete ao Técnico Superior de Museologia:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Elaborar o programa museológico, em colaboração com a direcção e restantes técnicos superiores afectos ao serviço do museu;
- c) Gerir os registos de inventário de todo o acervo museológico, complementando-os com elementos documentais que aprofundem o conhecimento sobre os bens culturais incorporados;
- d) Orientar a manutenção e acompanhamento de exposições permanentes, temporárias e itinerantes;
- e) Promover a programação das actividades do museu e outras actividades organizadas pela tutela junto dos canais de divulgação turística, cultural e museológica;
- f) Propor novas formas de intervenção sócio-educativa do museu na comunidade onde se insere, colaborando na elaboração de programas pedagógicos e de animação;
- g) Representar a direcção do museu no âmbito de reuniões de cariz científico e institucional, particularmente junto da entidade credenciadora dos museus portugueses;
- h) Participar na elaboração de suportes de divulgação e outros conteúdos editados pela tutela que tenham como base o acervo e as áreas de intervenção do museu;
- i) Colaborar na realização de projectos de qualificação do museu, integrados em candidaturas a pedidos de financiamento público ou privado.

3- Compete ao Técnico Superior de Conservação e Restauro:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Zelar pela boa conservação física dos acervos em depósito, garantindo as condições adequadas à conservação preventiva das colecções;
- c) Criação e controlo de adequadas condições ambientais e de segurança;
- d) Coordenar e acompanhar o restauro dos bens culturais incorporados no museu e assegurar o acondicionamento destes em unidades de instalações adequadas;
- e) Propor o envio para restauro no exterior de obras que necessitem de tratamento;
- f) Acompanhar a concepção, manutenção e acompanhamento de exposições permanentes, temporárias e itinerantes;

- g) Gerir os registos de inventário de todo o acervo museológico, complementando-os com elementos documentais que aprofundem o conhecimento sobre os bens culturais incorporados;
- h) Orientar a manutenção e acompanhamento de exposições permanentes, temporárias e itinerantes;
- i) Participar na elaboração de suportes de divulgação e outros conteúdos editados pela tutela que tenham como base o acervo e as áreas de intervenção do museu;
- j) Colaborar na realização de projectos de qualificação do museu, integrados em candidaturas a pedidos de financiamento público ou privado.

4 – Cabe ao Técnico Profissional de Património Cultural:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Cobrar as tarifas de visita aplicáveis em cada caso específico;
- c) Desempenhar as funções de guia-intérprete na orientação das visitas guiadas ao museu e circuitos patrimoniais envolventes;
- d) Assegurar, no decorrer da visita, a manutenção e segurança das instalações, equipamentos e acervo exposto;
- e) Organizar os circuitos de visita de modo a minimizar o impacto da presença de visitantes nos espaços e colecções;
- f) Promover actividades culturais e educativas que potenciem o acesso e a fruição do espaço museológico e respectivas colecções;
- g) Propor e desenvolver acções de captação e fidelização de públicos;
- h) Auxiliar os técnicos superiores no tratamento museográfico das colecções, designadamente na catalogação, inventário e marcação e na selecção e montagem de objectos em exposição;
- i) Orientar o vigilante-recepcionista e os auxiliares de serviços gerais no acondicionamento, transporte e recepção dos objectos de museu.

5 – Cabe ao Vigilante-recepcionista:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Receber os visitantes com profissionalismo;
- c) Cobrar as tarifas de visita aplicáveis em cada caso específico;
- d) Orientar os visitantes para o circuito visitável no interior do edifício do museu e no quintal anexo;
- e) Fornecer aos visitantes informações gerais sobre o museu e os circuitos turístico-culturais inerentes ao território envolvente;

- f) Transmitir informação sobre a estrutura do museu e do acervo, em casos da impossibilidade da realização de visita guiada por parte do técnico profissional de museografia;
- g) Zelar pela manutenção e segurança das instalações, equipamentos e acervo exposto;
- h) Garantir a reposição de material de divulgação e *merchandising* da loja;
- i) Assegurar a venda e promoção de produtos da loja;
- j) Fazer o registo diário de entradas e de vendas;
- k) Receber novas doações de objectos para o museu, assegurando o respectivo acondicionamento provisório e preenchendo os campos possíveis da ficha de acolhimento e recepção.

6- Compete ao Gestor Administrativo e Financeiro

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Organizar a gestão administrativa de processos inerentes à dinâmica dos serviços do museu;
- c) Coordenar a realização de projectos de qualificação do museu, integrados em candidaturas a pedidos de financiamento público ou privado,
- d) Prestar apoio administrativo à realização de exposições e outros eventos realizadas pelo museu;
- e) Gerir o Centro de documentação;
- f) Organizar a estatística dos visitantes do museu e núcleos museológicos;
- g) Gerir os stocks das publicações e objectos a vender na loja do museu.

7- Cabe ao Técnico Administrativo:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Prestar apoio administrativo e contabilístico ao museu, assegurando o expediente geral de escritório;
- c) Assegurar os principais contactos relacionados com a actividade do museu.

8 – Cabe aos Auxiliares de Serviços Gerais:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Assegurar o transporte e acondicionamento de bens materiais no âmbito da recepção de novo espólio e de itinerâncias expositivas;
- c) Auxiliar a montagem de objectos em exposição e dos respectivos suportes;
- d) Prestar auxílio aos técnicos superiores, técnico profissional e vigilante-recepcionista em várias funções no âmbito da manutenção e segurança do espaço museológico.

9 – Cabe ao Técnico de Limpeza:

- a) Cumprir o presente regulamento;
- b) Assegurar as condições de higiene e limpeza do espaço museológico;
- c) Zelar pela integridade dos objectos e dos utilizadores do espaço museológico.

ARTIGO 18 °

Instrumentos de gestão

1 - O MCG compromete-se a realizar os seguintes documentos orientadores da gestão dos espaços, equipamentos e recursos inerentes à sua actividade:

a) Documentos de periodicidade anual:

- Plano de actividades;
- Orçamento;
- Relatório de actividades;
- Estatística de visitantes.

b) Documentos de periodicidade quinquenal:

- Revisão do Regulamento interno;
- Revisão da Política de incorporações;
- Revisão do Plano de segurança;
- Relatório de avaliação e evolução.

2 – Salvo nas excepções consignadas no ponto seguinte, cabe à direcção do museu a realização dos documentos citados, cuja viabilidade carece de aprovação de reunião de direcção da Tutela.

3 – Os referidos documentos são disponibilizados ao organismo regulador e credenciador dos Museus Portugueses, designadamente a Rede Portuguesa de Museus, sempre que solicitados, de acordo com o postulado na legislação em vigor.

4 – O MCG encontra-se aberto a sugestões para a realização de estudos e relatórios de gestão de teor mais adaptado à respectiva vocação e âmbito de intervenção, nomeadamente estudos de públicos e de avaliação da satisfação da visita e dos serviços/ informação disponibilizada (de acordo com o artigo 57º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses), de cronograma variável consoante as directrizes da entidade reguladora e a disponibilidade de meios logísticos e humanos.

CAPÍTULO V – ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS MUSEOLÓGICOS

ARTIGO 19º

Estruturação de espaços e equipamentos

1 - Os espaços componentes de cada um dos núcleos que compõem o MCG subdividem-se em três grupos, consoante a sua função, equipamentos que albergam e grau de acesso: Áreas de acolhimento e recepção, áreas de exposição e animação e áreas técnicas.

ARTIGO 20º

Áreas de acolhimento e recepção

1 – Constituem áreas de acolhimento e recepção do público a recepção e a loja, ambas situadas no átrio de entrada do núcleo da Casa Grande.

2 - Na recepção situa-se a bilheteira, onde ocorre a cobrança de ingressos no início da visita, e os principais contactos e comunicações com o exterior.

3 - Existe um livro de sugestões e reclamações onde os visitantes podem deixar testemunho das impressões da visita.

4- A loja do MCG situa-se igualmente no espaço da recepção, onde são comercializadas publicações relativas aos trabalhos de investigação sobre as áreas temáticas centrais à sua acção, divulgação turística da região, produtos de *merchandising* e produtos regionais.

ARTIGO 21º

Áreas de exposição e animação

1 - As áreas de exposição e animação destinam-se à fruição do público visitante, compreendem as salas de exposição permanente e as salas de exposição temporária, as primeiras dedicadas à mostra permanente dos acervos e as últimas à montagem de exposições de carácter temporário, itinerante e organização de actividades pedagógicas.

2 – Áreas de exposição e animação da Casa Grande (núcleo-sede)

a) A Casa Grande (Núcleo-sede) possui apenas espaços de exposição permanente, esta última dividida em núcleos temáticos que congregam parte do espólio arqueológico e etnográfico afecto ao MCG.

b) A exposição patente na Casa Grande assume um carácter permanente na óptica dos núcleos que a compõem, apresentando ao público a evolução das actividades de subsistência e reprodução sócio-económica do território.

c) Sem prejuízo no disposto no número anterior, o MCG reserva-se o direito de proceder a alterações pontuais na selecção de materiais expostos, procedendo á sua eventual substituição aquando da revisão quinzenal do regulamento interno e política de incorporações.

3 – Áreas de exposição e animação da Casa do Moutinho (núcleo de Pré-História)

a) A Casa do Moutinho (Núcleo de Pré-história) possui espaços de exposição permanente e temporária, encontrando-se em funcionamento apenas os últimos, na medida em que a instalação dos primeiros aguarda a implementação de uma parceria com o IPPAR, destinada à execução de um programa museológico específico.

b) A implementação do respectivo programa revestir-se-à de uma componente interpretativa e territorial, em articulação com outras experiências de musealização *in situ* realizadas sobre sítios arqueológicos de cronologia Pré-Histórica Situados na área de intervenção do MCG.

c) A consignação dos espaços afectos a este núcleo obrigará a um reenquadramento e revisão de todo o programa museológico do MCG, a realizar aquando da próxima revisão quinzenal do regulamento interno e da política de incorporações.

ARTIGO 22º

Áreas técnicas

1 - As áreas técnicas estão consignadas aos serviços internos do museu, estando como tal interditas e/ ou de acesso condicionado ao público visitante e apenas disponibilizadas para investigadores autorizados pela direcção.

2 – Constituem áreas técnicas as reservas, os gabinetes, laboratórios, e centro de documentação.

3 - Reservas

As reservas constituem espaços consignados para o acondicionamento de todo o espólio integrado no MCG, seja em situação de depósito ou incorporação.

No sentido em que o MCG é detentor de dois espólios – arqueológico e etnográfico – e sendo inviável o acondicionamento num só espaço de todos os acervos não apresentados na exposição, foram divididas as reservas do seguinte modo:

a) Reservas visitáveis

Consideram-se reservas visitáveis os espaços de acondicionamento de objectos não enquadrados no âmbito expositivo, mas que fazem parte do circuito normal de visita.

Actualmente, o MCG possui apenas uma reserva visitável situada no núcleo sede – Casa Grande, composta por uma sala que alberga colecções de etnografia.

b) Reservas de acesso restrito

Consideram-se reservas de acesso restrito os espaços normalmente interditos aos visitantes, apenas destinados ao pessoal do museu e investigadores afectos ao estudo das colecções.

No núcleo sede - Casa Grande, constituem reservas de acesso restrito o sótão e a capela, espaços que albergam espólio de natureza etnográfica.

No núcleo da Casa do Moutinho, constituem reservas de acesso restrito as salas consignadas para o acondicionamento de materiais arqueológicos.

4 - Gabinetes

Os gabinetes técnicos do MCG localizam-se no núcleo de Pré-história – Casa do Moutinho, constituindo os locais de trabalho dos Técnicos Superiores do Museu e dos investigadores externos constituem os locais de desempenho das funções consignadas, designadamente a informatização do inventário, investigação documental, gestão das colecções e do centro de documentação e planificação de projectos.

5 – Laboratórios

Os laboratórios do MCG são locais reservados ao tratamento museográfico de materiais no âmbito da inventariação, conservação e restauro de espólio, situam-se no núcleo de Pré-história – Casa do Moutinho.

6 – Centro de documentação

O MCG é detentor de um Centro de documentação, sediado no núcleo da Casa do Moutinho, especializado nas áreas de história, arqueologia e museologia, ao qual compete prestar apoio documental, técnico e de informação teórica e científica aos investigadores e alunos das áreas centrais que o solicitem.

CAPÍTULO VI – INGRESSO E ACESSIBILIDADES

ARTIGO 23º

Horário e período de funcionamento

1- O Museu encontra-se aberto de terça-feira a domingo, seguindo o seguinte horário: 9.00h – 12.00h / 14.00h – 18.00h

2 - O encerramento do museu é a segunda-feira.

3 - O Museu encontra-se aberto em todos os dias feriados, excepto a 1 de Janeiro, o primeiro domingo de Setembro e 25 de Dezembro.

ARTIGO 24º

Modalidades de visita

1 – A visita pode realizar-se de forma fortuita ou organizada, este último caso reservado a grupos e dependente de marcação prévia.

2- Qualquer uma das modalidades prevê a realização de visita guiada, realizada por um guia intérprete, com excepção de casos pontuais de indisponibilidade do funcionário afecto a essa função.

ARTIGO 25º

Tarifários

1 – A entrada no museu pode ser onerosa ou gratuita.

2 – A entrada onerosa assume os seguintes formas:

- a) Tarifa normal
- b) Tarifa reduzida

3 – A tarifa normal tem o valor de **1,5 €** destinando-se a visitantes adultos.

4 – A tarifa reduzida assume duas formas distintas:

- a) **1 €** destinando-se a portadores de cartão jovem;
- b) **0,75 €** destinando-se a maiores de 65 anos.

5 – As visitas em grupo, desde que requisitadas com marcação prévia, beneficiam de um desconto de 50 % sobre a tarifa normal.

6 – A entrada gratuita aplica-se aos seguintes casos:

- a) Residentes da freguesia de Freixo de Numão;
- b) Crianças até aos 12 anos de idade;
- c) Professores e alunos provenientes de qualquer estabelecimento de ensino, no âmbito de visitas organizadas em grupo;
- d) Membros de Associações pertencentes à Rede Nacional de Associações juvenis, no âmbito de visitas organizadas em grupos;
- e) Sócios da Liga de Amigos do Museu da Casa Grande;
- f) Sócios da APOM, ICOM e outras instituições associativas ligadas à museologia e ao património cultural que tenham protocolo de colaboração com a tutela do Museu;

g) Investigadores integrados em projectos de estudo e valorização das colecções do museu, sítios arqueológicos e locais de interesse patrimonial geridos pela tutela do museu;

h) Todos os visitantes no dia 18 de Maio – Dia internacional do Museus.

ARTIGO 26º

Programas Complementares

1- A visita ao MCG pode estender-se aos sítios arqueológicos musealizados localizados na sua envolvente, geridos pela tutela do museu.

2 - O MCG organiza ainda, em complemento, percursos orientados no âmbito dos circuitos turístico-culturais existentes na sua área geográfica de intervenção.

3 – A realização destes programas está dependente de solicitação prévia, tendo um tarifário variável consoante os objectivos e extensão da visita, o número de efectivos e a disponibilidade de recursos logísticos e humanos.

ARTIGO 27º

Normas de acesso às áreas públicas

1 - O acesso às áreas públicas do MCG – recepção, loja, salas de exposição e reserva visitável - ocorre no período estipulado para o funcionamento e horário do museu.

2 - A visita ao MCG compreende a visita de espaços interiores e exteriores do núcleo da Casa Grande, designadamente as salas de exposição permanente, reservas visitáveis e ruínas anexas, bem como as salas de exposição temporária no núcleo da Casa do Moutinho, sempre que estas se verifiquem.

3 – Com excepção das situações referidas no ponto anterior, o núcleo da Casa do Moutinho encontra-se encerrado ao público, encontrando-se apenas disponíveis os espaços consignados para actividades de investigação.

4 - Sem prejuízo no disposto no número anterior, a tutela pode autorizar, em casos excepcionais e devidamente justificados, a visita aos espaços interditos do núcleo da Casa do Moutinho ou outros espaços de acesso interdito, nomeadamente no âmbito de actividades de animação sócio-educativa e de divulgação científica, turística ou cultural organizadas pela tutela ou por entidades parceiras.

ARTIGO 28º

Normas de acesso às áreas técnicas

1 - O acesso às áreas técnicas – centro de documentação, laboratórios, gabinetes e reservas - depende sempre de solicitação prévia e autorização por parte da direcção.

2 – Estas áreas obedecem ao regime de funcionamento e horários do MCG, podendo ser alargado em situações pontuais, justificadas no âmbito das necessidades de investigação.

3 – No centro de documentação, os investigadores podem consultar presencialmente as obras existentes, podendo ser autorizado o empréstimo domiciliário de obras, por um período a determinar consoante a sua pertinência para a prossecução da investigação em curso.

4 – Os laboratórios, gabinetes técnicos e reserva, a par do equipamento neles existente, estão disponíveis à comunidade científica para a realização de trabalhos de investigação relacionados com as colecções, os respectivos contextos de origem ou integradas nas áreas temáticas da acção do MCG.

ARTIGO 29º

Restrições

1 – As áreas de acesso condicionado – gabinetes, reservas de acesso condicionado e laboratórios – estão interditas aos visitantes, salvo em casos excepcionais autorizados pela direcção.

2 – Os visitantes estão proibidos de fumar, comer e beber nos espaços consignados para vista no museu.

3 – É proibido tocar nos objectos, vitrines, suportes ou legendas situados nos espaços de visita no museu, bem como nas estruturas imóveis e suportes informativos dos sítios localizados nos circuitos.

3- Os visitantes do MCG estão autorizados a fotografar e filmar todos os espaços do interior do núcleo da Casa Grande à excepção da capela, proibindo-se contudo o uso de *flash*.

4 – É expressamente proibida a reprodução de imagens realizadas no MCG, respeitante ao acervo móvel e ao edifício, com fins comerciais, estando a difusão de acervos com fins de publicação no âmbito da divulgação científica e/ ou turística dependente da autorização da direcção.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 30º

Revisão quinquenal

1- De acordo com o art.º13 da Lei-Quadro dos museus, o regulamento interno será revista e actualizada pelo menos de cinco e cinco anos.

ARTIGO 31º

Omissões

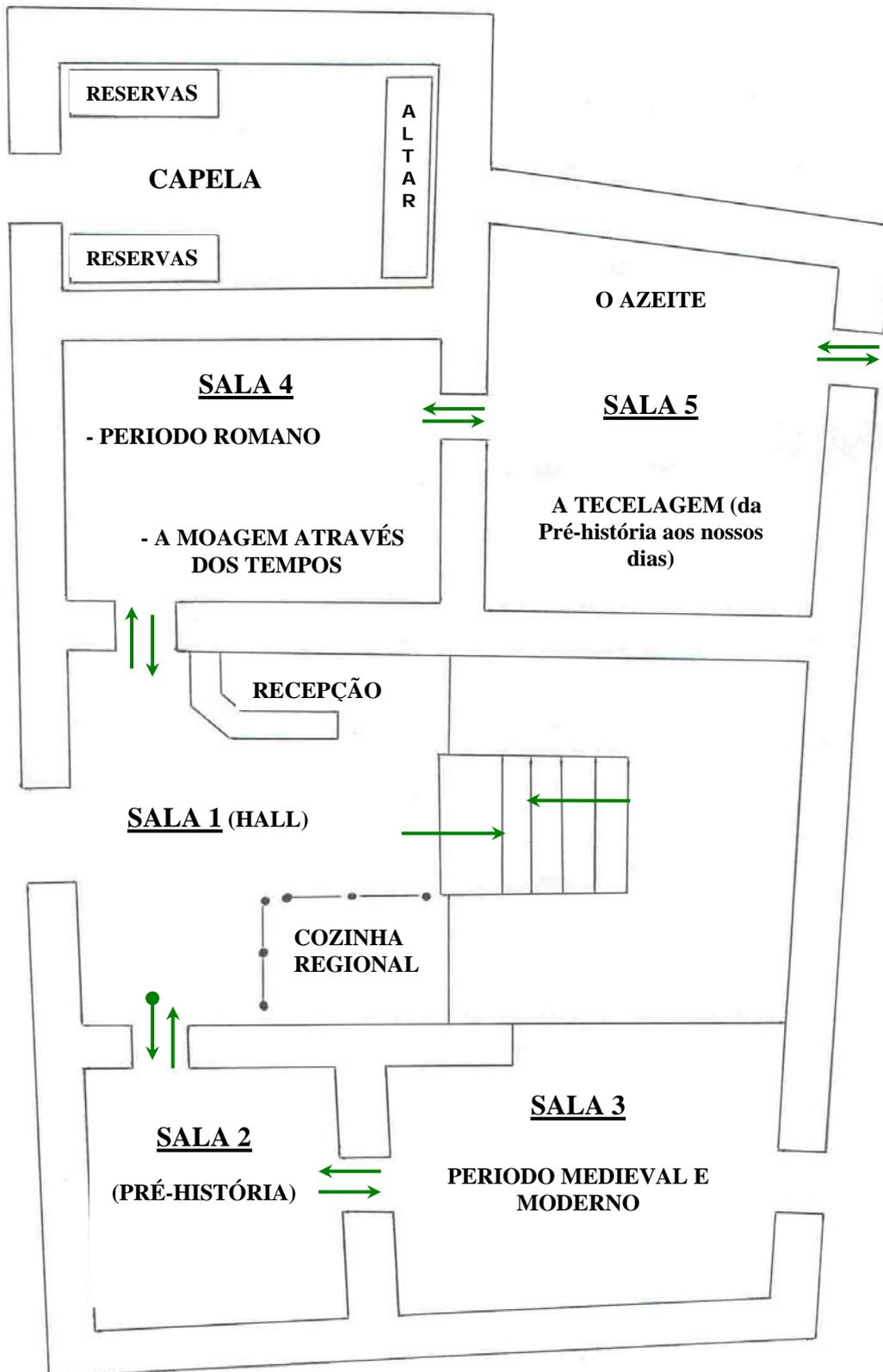
1- Todas as omissões resultantes da aplicação deste regulamento serão interpretadas e integradas de acordo com as normas do presente regulamento.

2- A competência para a resolução de situações e casos omissos neste regulamento é da Direcção do museu, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis.

ANEXO III

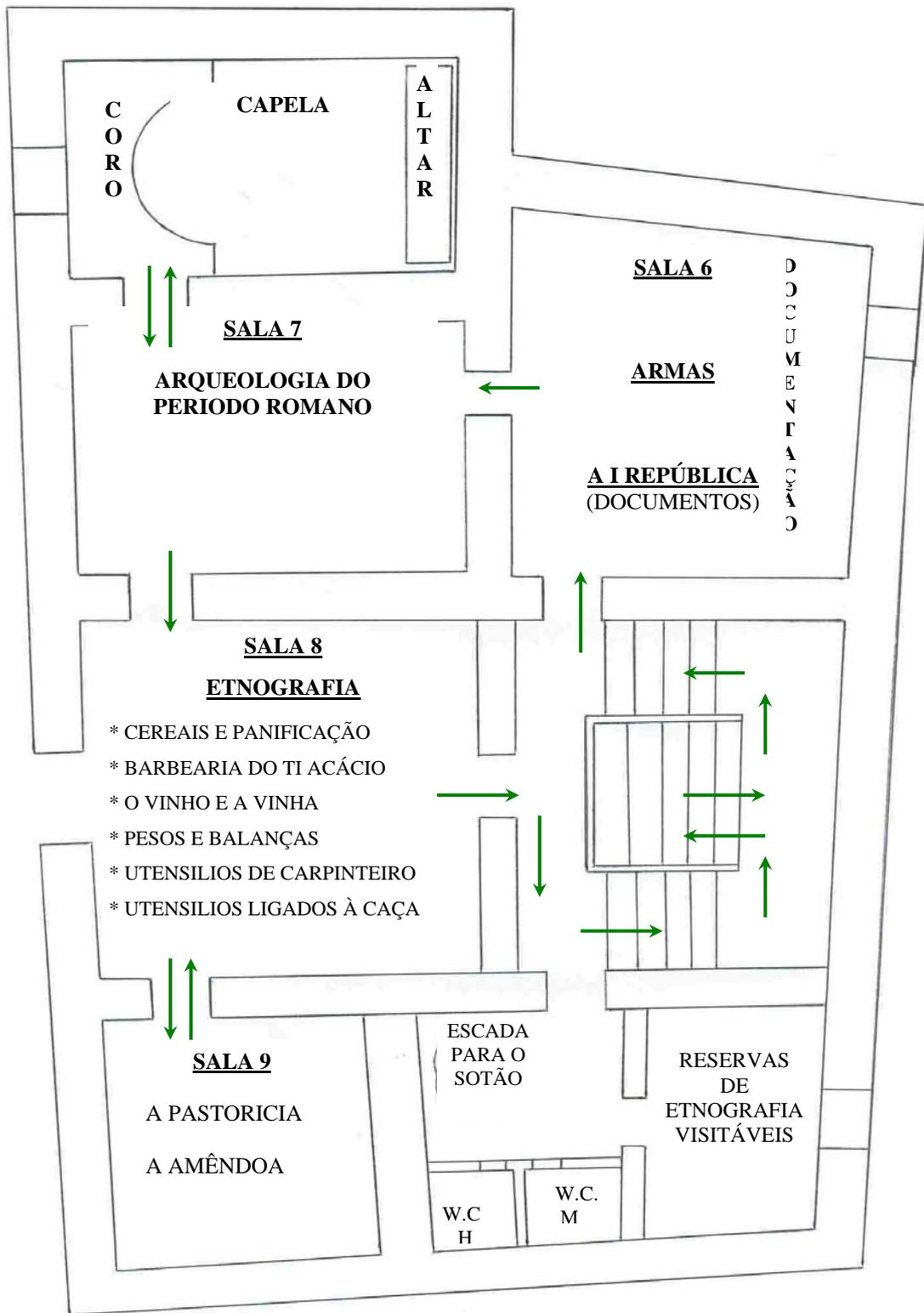
PLANTAS DO MUSEU DA CASA GRANDE

MUSEU DA CASA GRANDE/ RÉS-DO-CHÃO



- → INICIO DA VISITA
- PERCURSO DA VISITA

MUSEU DA CASA GRANDE /1º ANDAR

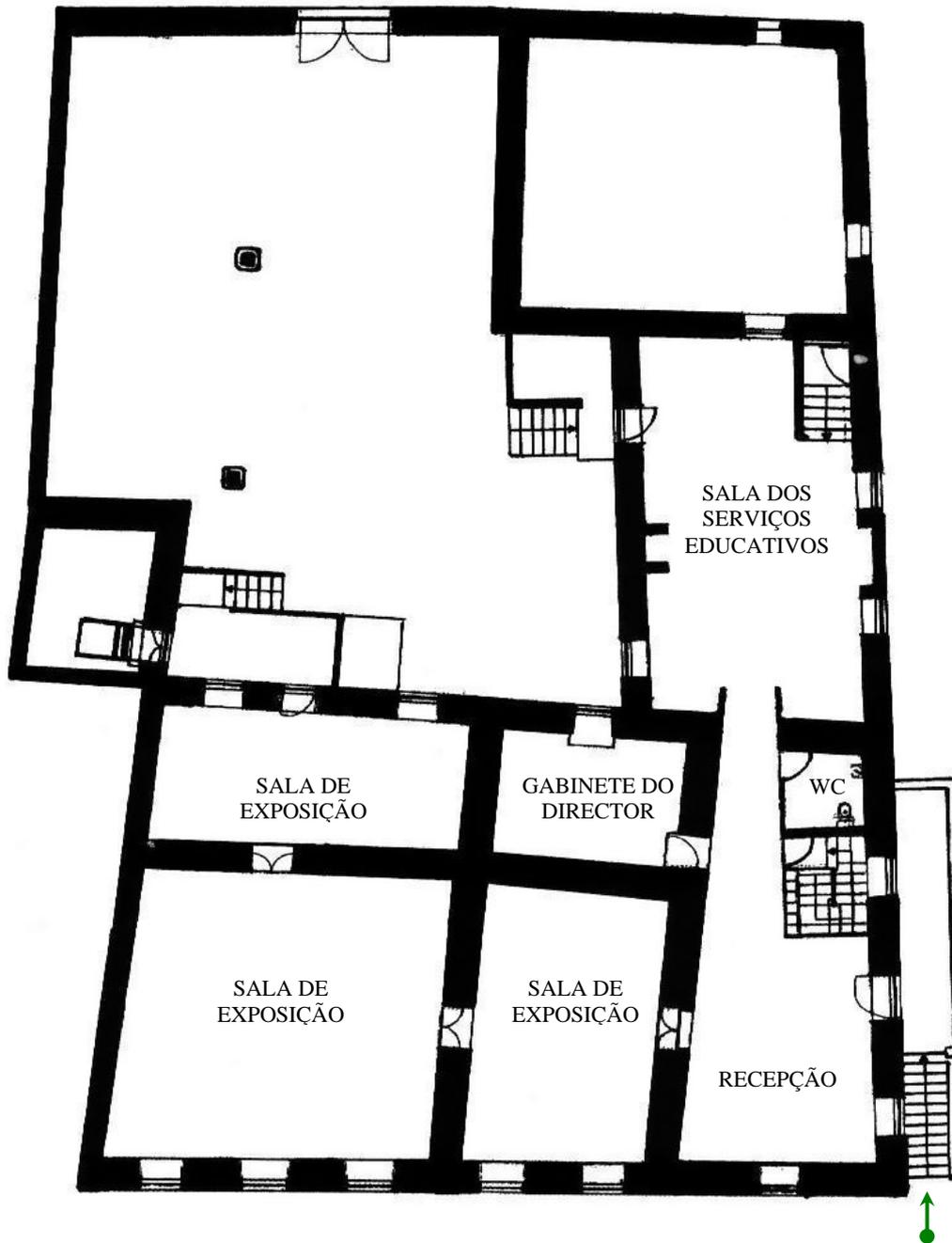


→ PERCURSOS DA VISITA

ANEXO IV

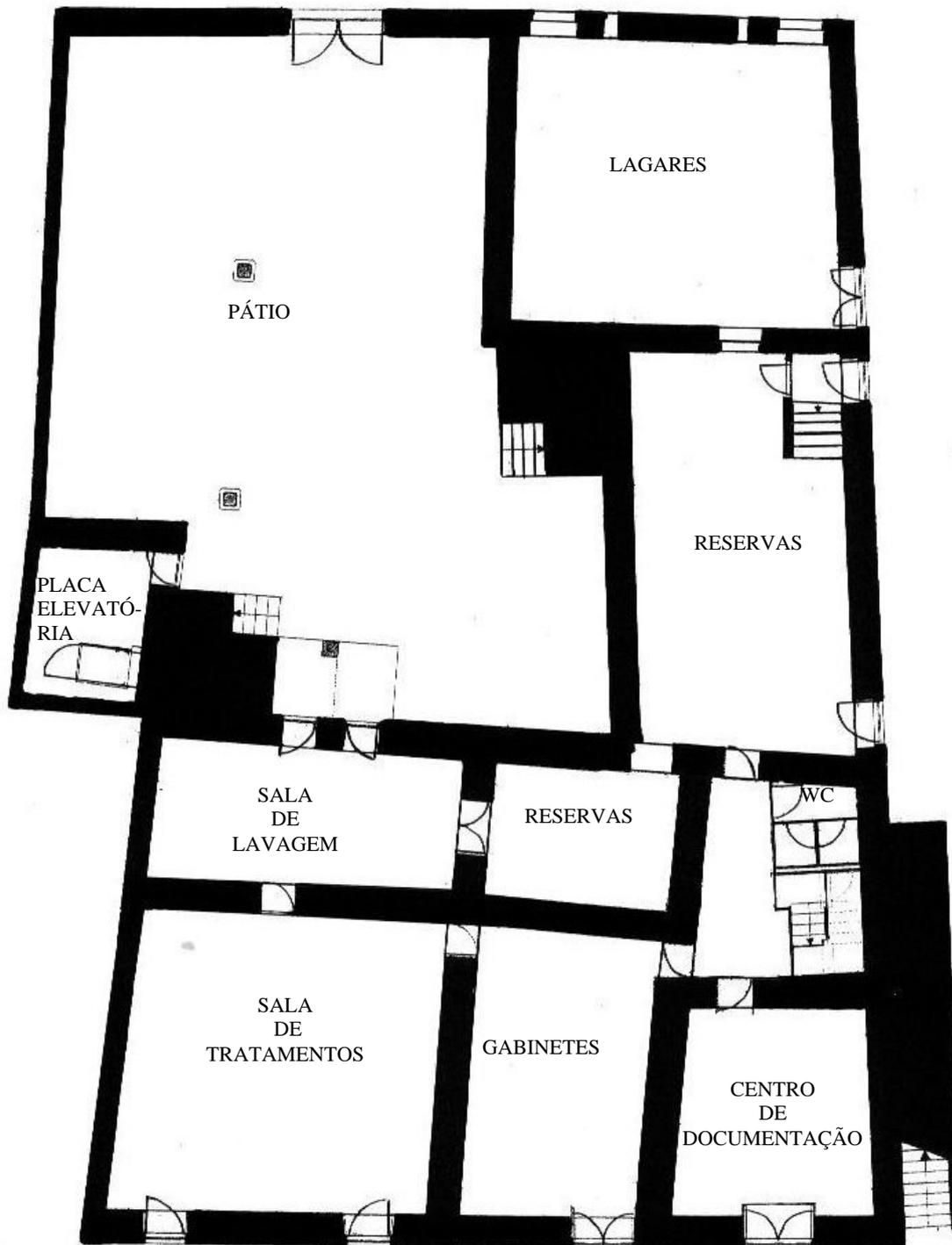
PLANTAS DO NÚCLEO DO MOUTINHO

MUSEU DA CASA DO MOUTINHO / 1º ANDAR



→ ENTRADA PARA O MUSEU

MUSEU DA CASA DO MOUTINHO / RÉS-DO-CHÃO



ANEXO V

ORGANIGRAMAS

**MUSEU DA
CASA GRANDE**

SERVIÇOS EDUCATIVOS

Coord.: Dra. Sandra Naldinho

- Oficinas Pedagógicas
- Oficinas Continuadas
- Percursos Pedestres
- Visitas Orientadas

**DEPARTAMENTO
TÉCNICO**

Coord.: Dr. António Sá
Coixão

- Investigação Histórica
- Investigação Arqueológica
- Programação Museológica

**DEPARTAMENTO
ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO**

Coord.: Dr. Carlos Alves

- Promoção
- Marcação de Visitas
- Gestão Financeira

A.C.D.R. DE FREIXO DE NUMÃO ORGANOGRAMA

**ASSEMBLEIA GERAL
(3 ELEMENTOS)**

**DIRECÇÃO
(15 ELEMENTOS)**

**CONSELHO FISCAL
(3 ELEMENTOS)**

**SERVIÇOS DE
TURISMO CULTURAL**

**SERVIÇOS DE APOIO E
PROGRAMAS P/JOVENS**

**ORGANISMOS
SEMI-AUTÓNOMOS**

**INSTALAÇÕES E
EQUIPAMENTOS**

**SECÇÃO DE CULTURA
E PATRIMÓNIO**

CIRCUITOS
TURÍSTICO-ARQUEOLÓGICOS

REPOGRAFIA

MUSEU DA
CASA GRANDE

ESTÁDIO

PATRIMÓNIO
EDIFICADO

POSTO DE TURISMO

INFORMÁTICA

DEPARTAMENTO DE
FUTEBOL

CENTRO DE JUVENTUDE

PATRIMÓNIO RURAL

ÀREA DE
AUTOCARVANAS

CAMPOS DE TRABALHO
E DE FÉRIAS

PARQUE DE PATRIMÓNIO
E LAZER DO PRAZZO

PATRIMÓNIO
ARQUEOLÓGICO

PARQUE DE PATRIMÓNIO
E LAZER DO PRAZZO

ACTIVIDADES AO
AR LIVRE

PARQUE DE
AUTOCARVANAS

PATRIMÓNIO
NATURAL

CENTRO DE JUVENTUDE

INTERCÂMBIOS

MUSEU DA
CASA GRANDE

PATRIMÓNIO ORAL
TRADIÇÕES E CULTURAS

MUSEU DA
CASA GRANDE

OTL E
FÉRIAS DESPORTIVAS

CASA DO MOUTINHO

LINHA EDITORIAL
(PUBLICAÇÕES)

VISITAS DE ESTUDO

POLIDESPORTIVO

COLÓQUIOS
CONFERÊNCIAS

ANIMAÇÃO CULTURAL

PROMOÇÃO
E DIVULGAÇÃO

BIBLIOTECA

ANEXO VI

MATERIAL DE PEDAGÓGICO

ESCOLINHA DO AVÔ

PEDDY PAPPER

9 – Após o terramoto de 1755, a igreja sofreu enormes danos. Qual a data das obras de reconstrução da Igreja Matriz? _____

10 – Qual o nome da Igreja de Freixo de Numão?

11 – No coração do centro histórico encontramos um monumento símbolo de justiça e poder. Como se chama e qual a data da sua edificação? _____

12 - Estamos rodeados de monumentos e edifícios importantes: Quais são? _____

13 – Qual o estilo arquitectónico da construção da Capela de Santa Barbara? _____

Volte para traz e dirijam-se para a ultima questão

14 – Qual a data de inauguração da capela mortuária _____
Este edifício há 30 anos tinha outras funções. Quais? _____

Dirijam-se de volta ao ponto de partida. Uma vez chegados ao museu, confirmem as vossas respostas.

Parabéns pelo vosso resultado!



BEM-VINDOS
A FREIXO DE NUMÃO
E
AO MUSEU DA CASA GRANDE

FREIXO DE NUMÃO – VILA MUSEU VILA JARDIM

A Vila de Freixo de Numão fica localizada no extremo norte do distrito da Guarda, na área oeste do concelho de Vila Nova de Foz Côa, no coração da região Demarcada do Douro.

A sua área é riquíssima em vestígios e testemunhos valiosos de Património Cultural (arquitectónico, arqueológico) e Natural.

A nascente, a cerca de 12 quilómetros, o rio Côa classificado pela UNESCO como Património Mundial (gravuras rupestres). A norte, à distância aproximada de 10 quilómetros, o rio Douro, cujas margens se integram no “ALTO DOURO VINHATEIRO”, classificado como Património da Humanidade.

FICHA-GUIA

MATERIAL NECESSÁRIO: Caneta / Lápis **PÚBLICO-ALVO:** Alunos 2 e 3 ciclos **DURAÇÃO APROXIMADA:** 40 minutos **GRAU DE DIFICULDADE:** Médio

Nota: É fundamental a presença de um adulto ao longo do percurso



EXPOSIÇÃO

“A ESCOLINHA DO AVÔ”

FICHA DE TRABALHO

NOME _____

ESCOLA / LOCALIDADE _____

1. No tempo do teu avô os meninos que não soubessem a lição levavam umas reguadas com a Palmatória. Porque outro nome também era conhecida? _____

2. Na sala de aula existiam fotografias do Senhor Presidente da República e do Senhor Presidente do Conselho de Ministros.

2.1 – Como se chamava, no tempo do teu avô, o Senhor Presidente da República? _____

2.2 – E como se chamava o Senhor Presidente do Conselho de Ministros? _____

3. No tempo do teu avô ainda não havia lapiseiras mas já se usava tinta para escrever no papel.

3.1 – Onde se deitava a tinta? _____

3.2 – E com o que é que se escrevia? _____

4. Naquela altura Portugal tinha as Colónias ou Províncias Ultramarinas. Vai até ao mapa, vê e responde :

4.1 – Qual era a maior Colónia _____

4.2 – Que Oceano banha Angola? _____

4.3 – Que Oceano banha Moçambique? _____

4.4 – Diz o nome de 4 ilhas do Arquipélago dos Açores _____

4.5 – Diz o nome das ilhas do grupo de Sotavento do Arquipélago de Cabo Verde _____

5. Dirige-te até ao Mapa de Portugal Continental. Responde ás seguintes perguntas:

5.1 – Quais os rios afluentes da margem direita do Rio Douro? _____

5.2 – Que nome tem a serra que fica junto à vila de Figueira de Castelo Rodrigo?

5.3 – Qual é a serra mais alta de Portugal? _____

5.4 – Que nome tem o rio onde há as gravuras do Paleolítico e que desagua no Douro, ao pé de Foz Côa? _____

6. Na Escolinha do teu avô os Senhores Professores eram muito exigentes. Obrigavam os meninos a saber o nome dos rios, das serras, dos caminhos de ferro, distritos e suas capitais, em quantas partes se dividia o corpo humano, a história de Portugal na “ponta da unha”, contos e mais contos que eram feitas no quadro e na pedra-lousa, etc, etc...

Procura na Escolinha quadros sobre a História de Portugal e responde :

6.1 - Quem foi o 1º Rei de Portugal? _____

6.2 – A 1ª Dinastia ou Dinastia Afonsina vai de 1143 a 1383.

6.2.1 – Quantos Reis teve a 1ª Dinastia? _____

6.2.2 – Quantos Reis com o nome Afonso teve essa Dinastia? _____

6.2.3 – E quantos Reis com o nome Sancho? _____

6.3 – Qual dos Reis foi chamado Rei Lavrador e mandou plantar o pinhal de Leiria?

6.4 – Qual dos Reis teve um romance amoroso com D.ª Inês? _____

6.5 – Quantos Castelos figuram no selo ou chancela do Rei D. Pedro I? _____

7. A seguir vais fazer exercícios de Matemática (contas) na pedra lousa, utilizando o ponteiro.

Freixo de Numão, ____/____/_____

CLASSIFICAÇÃO _____

O Professor



“A ESCOLINHA DO AVÔ”

PROVA DE DESENHO

Data ____/____/____ Nome _____

Idade ____ anos Escola _____

ANEXO VII

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

DOSSIER PEDAGÓGICO

DESDOBRÁVEL

ANEXO VIII

INQUÉRITO PARA OS PROFESSORES

INQUÉRITO SOBRE O MUSEU DA CASA GRANDE

(Inquérito dirigido aos professores que acompanham os alunos nas visitas ao Museu da Casa Grande, afim de conhecer as necessidades do museu e também a sua importância a nível pedagógico)

Nome da Escola: _____

Morada: _____

E-mail: _____

Nome do docente: _____

Área/Grupo: _____

Ano (s) lectivo (s) que acompanhou (aram) na visita: _____

1. Já tinha visitado anteriormente o Museu da Casa Grande e os seus núcleos arqueológicos?

Sim Não

2. Tem conhecimento do Serviço Educativo do Museu da Casa Grande?

Sim Não

Se **sim**, como teve conhecimento

Internet Comunicação Social Desdobráveis outros professores

outros _____

3. Existe documentação informativa para professores/educadores?

Sim Não

4. Qual o objectivo da visita ao Museu da Casa Grande?

Pedagógica Lúdica

5. As actividades estão relacionadas com as áreas curriculares?

Sim Não

6. Existiu planificação, por parte do docente, no âmbito desta visita ao Museu da Casa Grande?

Sim Não

7. Prevê-se alguma actividade posterior a visita do museu

Sim Não

8. Na sua opinião, a duração da visita ao Museu da Casa Grande foi

Curta Ideal Excessiva

9. Na sua opinião, a duração dos ateliers pedagógicos do Museu da Casa Grande foram

Curta Ideal Excessiva

10. Na sua opinião, os conteúdos programáticos das actividades educativas do MCG foram

Insuficientes Suficientes Bons Muito bons

11. O material didáctico apresentado pelo MCG foi

Insuficientes Suficientes Bons Muito bons

12. Na sua opinião o grupo ficou

Muito insatisfeito Pouco satisfeito Satisfeito Muito satisfeito

13. Outras actividades que gostaria que o MCG realizasse

Sugestões/Criticas/Comentários:

Agradecemos a sua colaboração

O Museu da Casa Grande

PERCURSOS

PEDESTRE

Destinado aos amantes dos percursos a pé, surge aqui uma actividade que concilia a arqueologia e a natureza. Este circuito propõe ao visitante pisar as grandes lajes graníticas que constituem a calçada romana das regadas, ao mesmo tempo que podem desfrutar da paisagem impar da reserva florística da Mela.

Destinatários: grupos escolares e público em geral

Duração da actividade: 120 minutos

Número de participantes: 30 participantes

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: Fevereiro a Setembro

APOIO A PROJECTOS ESCOLARES

O Museu da Casa Grande presta apoio técnico aos professores e alunos, dos vários níveis académicos, para a concretização de projectos escolares, desde que enquadramento no âmbito científico do Museu. A instituição disponibiliza para este fim os seus técnicos e os seus espaços.

ACCÕES E CUSTOS DE PARTICIPAÇÃO

Oficinas Pedagógicas 11,5 €/por aluno

Visitas Orientadas - Museu 11 €/por pessoa

Visitas Tem. de Arqueologia 13 €/por pessoa

Jogos 10,5 €/por pessoa

Percorso Pedestre 12 €/por pessoa



CONTACTOS

Museu da Casa Grande
Rua Direita
5155 Freixo de Numão
Tel.: 279 789 573

Horários: 09h00-12h00 e 14h00-18h00
de 3.ª Feira a Sábado

Marcação das actividades:

A.C.D.R. de Freixo de Numão
Av. Do Prof. Guilherme Cunha
5155-235 Freixo de Numão
Tel./Fax: 279 789 573
Email: Freixo.acdr@clix.pt

Horários: 09h00-12h30 e 14h00-17h30
de 2.ª a 6.ª feira



ACTIVIDADES EDUCATIVAS

OFICINAS PEDAGÓGICAS

ATELIER DE CERÂMICA

Acção que evoca o Neolítico e fabrico das cerâmicas.

Destinatários: grupos escolares do 2.º e 3.º ciclos

Duração da actividade: 60 a 90 minutos

Número de participantes: 16 participantes

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: Outubro 2008 a Junho 2009

ATELIER DE TALHE

Acção que evoca uma modalidade de interpretação do quotidiano dos homens pré-históricos.

Destinatários: grupos escolares do 2.º e 3.º ciclos

Duração da actividade: 60 a 90 minutos

Número de participantes: 16 participantes

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: Outubro 2008 a Junho 2009

INICIAÇÃO À ARQUEOLOGIA

Acção que evoca o trabalho de campo dos arqueólogos: escavar, desenhar, registar as informações da escavação.

Destinatários: grupos escolares do 1.º e 2.º ciclos

Duração da actividade: 60 a 90 minutos

Número de participantes: 16 participantes

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: Outubro 2008 a Junho 2009

OFICINAS CONTINUADAS

ESCOLINHA DO AVÓ

Acção em que os participantes serão integrados numa escola do antigo regime.

Destinatários: público em geral e grupos escolares

Duração da actividade: 45 minutos

Número de participantes: 24 pessoas

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: todo o ano

VISITAS ORIENTADAS

VISITA AO MUSEU

Visitas ao museu e suas colecções (arqueologia e etnografia) acompanhadas por um técnico, adequadas a cada grupo.

Destinatários: público em geral e grupos escolares

Duração da actividade: 60 minutos

Número de participantes: 30 pessoas

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: todo o ano

VISITA AO MUSEU E CENTRO HISTÓRICO

Visita ao museu e ao centro histórico da Vila acompanhada por um técnico, adequadas a cada grupo.

Destinatários: público em geral e grupos escolares

Duração da actividade: 90 minutos

Número de participantes: 30 pessoas

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: todo o ano

VISITA TEMÁTICA DE ARQUEOLOGIA

Visita direccionada para arqueologia, com visita ao museu e alguns sítios arqueológicos, acompanhado por um técnico, adequadas a cada grupo.

Destinatários: público em geral e grupos escolares

Duração da actividade: 120 minutos

Número de participantes: 30 pessoas

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: todo o ano

JOGOS

PEDDY PAPER

Um percurso pela Vila de Freixo de Numão, acompanhado por um adulto com o auxílio de uma ficha de orientação.

Destinatários: 2.º e 3.º ciclos

Duração da actividade: 40 minutos

Número de participantes: 8 por grupo

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: todo o ano

PASSATEMPOS DOS ROMANOS

Acção que pretende evocar a importância dos jogos na sociedade Romana. O público irá ter contacto directo com jogos com 2.000 anos.

Destinatários: 1.º, 2.º e 3.º ciclos

Duração da actividade: 60 minutos

Número de participantes: 16

Horário: 3.ª feira a sábado

Funcionamento: todo o ano

